



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA  
LATINA (PPGICAL)**

**A GUERRA CONTRA AS DROGAS E A GEOPOLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA A  
AMÉRICA DO SUL**

**HAIA AYMAN SHAHADEH**

Foz do Iguaçu  
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA  
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**A GUERRA CONTRA AS DROGAS E A GEOPOLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA A  
AMÉRICA DO SUL**

**HAIA AYMAN SHAHADEH**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. André Luís André

Foz do Iguaçu  
2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA – PTI

S525g

Shahadeh, Haia Ayman.

A guerra contra as drogas e a geopolítica estadunidense para a América do Sul / Haia Ayman Shahadeh. - Foz do Iguaçu, 2023.

101 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ILAESP, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL).

Orientador: André Luís André.

1. Narcóticos - Controle - Estados Unidos. 2. Globalização. 3. Intervenção (Direito internacional público). 4. Operações militares. I. André, André Luís. II. Título.

CDU 343.575

HAIA AYMAN SHAHADEH

**A GUERRA CONTRA AS DROGAS E A GEOPOLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA A  
AMÉRICA DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Doutor André Luis André  
PPGICAL/UFS

---

Prof. Doutor Amir El Hakim  
UNESP

---

Prof. Doutor Cristóvão Henrique Ribeiro da Silva  
UFAC

---

Prof. Doutor Lucas Kerr de Oliveira  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o professor André Luís André pela sua constante orientação, proporcionando conhecimentos significativos para a elaboração do trabalho presente, da dissertação, bem como para a formação de uma futura pesquisadora.

À minha mãe por estar sempre ao meu lado, encorajando-me a ser uma pessoa melhor, tanto na vida cotidiana como academicamente. Também, ao meu pai, que apesar de estar distante, sempre apoiou as minhas decisões.

Ao meu marido por me incentivar a continuar a minha carreira, proporcionando melhores condições para concretização deste fim, bem como pelo seu apoio emocional.

Às amigas que foram construídas ao longo do curso, principalmente à Izabelle Gusmão, pelos momentos marcantes que vivemos.

E por fim, mas não menos importante, a todos os professores do programa de pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina e aos professores da banca.

*“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”*  
**Paulo Freire**

## RESUMO

O narcotráfico se tornou uma das atividades ilícitas mais lucrativas globalmente, fazendo parte do mercado mundial, onde em vários momentos históricos, beneficiou-se de crises econômicas para a expansão dos seus negócios. Diante disso, procuramos destacar a fronteira como um lugar privilegiado para manutenção desse negócio lucrativo, já que o ilegal e o legal se tornam um híbrido, isto é, uma coisa só. Assim, busca-se compreender o narcotráfico na América do Sul, abordando suas fases de produção, circulação e distribuição, bem como os fatores que proporcionaram o trânsito de drogas na região, ressaltando como que a globalização possibilitou ao tráfico a se organizar em redes como empresas transnacionais, servindo como uma justificativa de “ameaça” à geopolítica estadunidense, originando a chamada “guerra contra as drogas” na América do Sul. Para atingir as finalidades propostas, foi elaborada a seguinte metodologia: Primeiramente, definiu-se o período histórico, com referência em Braudel (1965), no qual, embora o século XXI seja o foco principal, observou-se a urgência de considerar alguns eventos históricos do século XX. A ideia é ressaltar as variáveis-chaves que, em cada parcela de tempo, guiarão o sistema de dimensões chamado período, visto que um elemento não se desenvolve por si só, nem é capaz de se alterar sem levar consigo os outros na direção de seu movimento. A segunda metodologia foi definida para entender a organização espacial do narcotráfico em escalas, o que nos permite perceber os impactos da sua dinâmica capitalista nos países da América do Sul e ao mesmo tempo, examinar como os Estados Unidos se beneficiaram desse cenário para instalação de bases militares nas fronteiras. Tendo em vista este propósito, determinou-se as seguintes escalas geográficas, de acordo com a concepção de Neil Smith (2002): global, regional e nacional. Em Relação a estrutura da pesquisa, dividiu-se em dois capítulos: 1) Fundamentação teórica, onde é discutido sobre os principais conceitos que serão utilizados para a pesquisa, como: Narcotráfico, Globalização, Território, Espaço Geográfico, entre outros; e 2) Guerra contra as Drogas: formação de uma força-tarefa militarista estadunidense na América do Sul, com o intuito de apresentar a origem e o destino das drogas, além de aprofundar-se sobre esta política proibicionista. Ao desenvolver estes tópicos, foi possível aplicar a teoria dos Estados potentes e Estados falidos à temática do narcotráfico.

**Palavras-chave:** Narcotráfico; Globalização; Estado Potente; Estado Falido; Operações Militares

## RESUMEN

El narcotráfico se ha convertido en una de las actividades ilícitas más lucrativas a nivel global, formando parte del mercado mundial, donde, en diversos momentos históricos, se ha beneficiado de las crisis económicas para la expansión de su negocio. Ante esto, buscamos destacar la frontera como un lugar privilegiado para mantener este lucrativo negocio, ya que lo ilegal y lo legal se convierten en un híbrido, es decir, en una sola cosa. Así, buscamos comprender el narcotráfico en América del Sur, abordando sus fases de producción, circulación y distribución, así como los factores que propiciaron el tránsito de drogas en la región, enfatizando cómo la globalización ha permitido que el tráfico se organice en redes como empresas transnacionales, sirviendo como justificación de "amenaza" a la geopolítica estadounidense, dando origen a la llamada "guerra contra las drogas" en América del Sur. Para alcanzar los propósitos propuestos, se desarrolló la siguiente metodología: En primer lugar, se definió el período histórico, con referencia a Braudel (1965), en el cual, aunque el siglo XXI es el foco principal, se observó la urgencia de considerar algunos acontecimientos históricos del siglo XX. La idea es destacar las variables clave que, en cada porción de tiempo, orientarán el sistema de dimensiones llamado período, dado que un elemento no se desarrolla por sí solo, ni es capaz de alterarse sin arrastrar a los demás en la dirección de su movimiento. La segunda metodología fue definida para comprender la organización espacial del narcotráfico en escalas, lo que permite percibir los impactos de su dinámica capitalista en los países de América del Sur y, al mismo tiempo, examinar cómo Estados Unidos se ha beneficiado de este escenario para instalar bases militares en las fronteras. Con este propósito, se determinaron las siguientes escalas geográficas, según la concepción de Neil Smith (2002): global, regional y nacional. En relación a la estructura de la investigación, ésta fue dividida en dos capítulos: 1) Fundamentación teórica, donde se discuten los principales conceptos que serán utilizados para la investigación, tales como: Narcotráfico, Globalización, Territorio, Espacio Geográfico, entre otros; y 2) Guerra a las Drogas: la formación de una fuerza de tarea militarista norteamericana en América del Sur, con la intención de presentar el origen y destino de las drogas, así como la política prohibicionista. Al desarrollar estos temas, fue posible aplicar la teoría de los estados poderosos y los estados fallidos al tema del narcotráfico.

**Palabras clave:** Narcotráfico; Globalización; Estado poderoso; Estado fallido; Operaciones Militar

## ABSTRACT

Narco-trafficking has become one of the most lucrative illicit activities globally, being part of the world market, where in several historical moments it has benefited from economic crises for the expansion of its business. In light of this, we seek to highlight the border as a privileged place to maintain this lucrative business, since the illegal and the legal become a hybrid, that is, one thing only. Thus, we seek to understand narco-trafficking in South America, approaching its phases of production, circulation, and distribution, as well as the factors that provided the transit of drugs in the region, emphasizing how globalization made it possible for trafficking to organize itself in networks as transnational companies, serving as a justification of a "threat" to U.S. geopolitics, originating the so-called "war on drugs" in South America. To achieve the proposed goals, the following methodology was elaborated: First, the historical period was defined, with reference to Braudel (1965), in which, although the 21st century is the main focus, it was observed the urgency to consider some historical events of the 20th century. The idea is to highlight the key variables that, in each portion of time, will guide the system of dimensions called period, since one element does not develop by itself, nor is it able to change without taking with it the others in the direction of its movement. The second methodology was defined to understand the spatial organization of narco-trafficking in scales, which allows us to perceive the impacts of its capitalist dynamics in the countries of South America and at the same time, examine how the United States has benefited from this scenario to install military bases on the borders. With this purpose in mind, the following geographical scales were determined, according to Neil Smith's (2002) conception: global, regional and national. In relation to the structure of the research, it was divided into two chapters: 1) Theoretical Foundation, where the main concepts that will be used for the research are discussed, such as: Narcotraffic, Globalization, Territory, Geographic Space, among others; and 2) War on Drugs: The Formation of a U.S. Military Task Force in South America, with the intention of presenting the origin and destination of drugs, as well as the prohibitionist policy. By developing these topics, it was possible to apply the theory of powerful states and failed states to the theme of narco-trafficking.

**Key words:** Nacro-trafficking; Globalization; Powerful State; Failed State; Military Operations.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> – Interações na Zona fronteiriça.....	35
<b>Figura 2</b> – Redes do narcotráfico.....	37
<b>Figura 3</b> – Resumo da contextualização dos conceitos: Globalização, mundialização e internacionalização.....	46
<b>Figura 4</b> – Países da América do Sul.....	62
<b>Figura 5</b> – Os biomas da América do Sul.....	65
<b>Figura 6</b> – As zonas climáticas da América do Sul.....	66
<b>Figura 7</b> – Bacia hidrográfica do rio da Prata.....	68
<b>Figura 8</b> – As principais operações de rastreamento de cocaína conforme as apreensões comunicadas (2015 - 2019) .....	70
<b>Figura 9</b> – Principais países identificados como origem e destino das remessas de cocaína, como descrito pelas apreensões comunicadas (2015-2019) .....	71
<b>Figura 10</b> – Nancy Reagan, Primeira-Dama dos Estados Unidos, segura uma camiseta estampada com seu famoso slogan antidrogas "Just say no" .....	79
<b>Figura 11</b> – Bases militares dos EUA a nível mundial (1989) .....	81
<b>Figura 12</b> – Bases militares dos EUA a nível mundial (2020) .....	82

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> – Uso de cannabis por região e globalmente (2019) .....	73
<b>Gráfico 2</b> – Uso de cocaína por região e globalmente (2019) .....	73
<b>Gráfico 3</b> – Cultivo de coca nos países Andinos.....	74
<b>Gráfico 4</b> – Potencial de produção nos países Andinos.....	7

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Acordos, decretos e tratados relativos às drogas e crimes conexos entre os países da América do Sul (1976 -2020) .....	85
<b>Tabela 2</b> – Leis estadunidenses e internacionais para combater o tráfico de drogas e temas afins (1961 - 2009) .....	88

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALALC	Associação Latino-americana de Comércio Livre
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ASEP	Acordo Sul-Americano sobre Drogas sobre Entorpecentes e Psicotrópicos
CEI	Comunidade de Estados Independentes
CIA	Central Intelligence Agency
DEA	Drug Enforcement Administration
DOD	Department of Defense
FMI	Fundo Monetário Internacional
INCB	The International Narcotics Control Board
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo de livre-comércio da América do Norte
NDAA	The National Defense Authorization Act
ONU	Organizações das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do comércio
PIB	Produto Interno Bruto
T-D-R	Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>23</b>
1.1. O PAPEL DO ESTADO NA MANUTENÇÃO DO NARCOTRÁFICO: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO NAS FRONTEIRAS .....	24
1.2. GLOBALIZAÇÃO, MUNDIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO .....	38
1.3. ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO .....	48
<b>2. GUERRA CONTRA AS DROGAS: FORMAÇÃO DE UMA FORÇA - TAREFA MILITARISTA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA DO SUL .....</b>	<b>61</b>
2.1. NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA DO SUL: PAÍSES PRODUTORES, CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORES .....	63
2.2. A CONQUISTA MILITARISTA DA POLÍTICA PROIBICIONISTA IMPERIALISTA: BASES MILITARES, ACORDOS MULTILATERAIS E OPERAÇÕES FRONTEIRIÇAS.....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: APLICAÇÃO DA TEORIA DOS ESTADOS POTENTES E ESTADOS FALIDOS AO TEMA DO NARCOTRÁFICO .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

O tráfico internacional de drogas começou a desenvolver-se nos meados dos anos 70, e teve o seu crescimento na década de 1980, tendo atingido um valor anual de mais de US \$500 bilhões (COGGIOLA, 2001). Assim, o narcotráfico acabou se tornando uma das atividades ilícitas mais lucrativas globalmente, fazendo parte do mercado mundial, onde em vários momentos históricos, beneficiou-se de crises econômicas para a expansão dos seus negócios. Além do mais, o dinheiro proveniente da droga obedece à lógica do sistema financeiro, a qual é eminentemente especulativa, ou seja, necessita cada vez mais de capital "livre" para girar, e o tráfico de drogas favorece este processo, estimulando a "aparência mágica" do capital que se acumula e se move rapidamente (COGGIOLA, 2001).

A partir disso, a ONU (Organizações das Nações Unidas) iniciou uma iniciativa para combater e prevenir o narcotráfico, fundando em 1997, o UNODC (O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), a fim de oferecer apoio aos países-membros na elaboração das suas leis nacionais sobre drogas, com base nas seguintes convenções: Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), emendada pelo protocolo de 1972; Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971) e Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988). A agência internacional definiu o tráfico de drogas como sendo: *“global illicit trade involving the cultivation, manufacture, distribution and sale of substances which are subject to drug prohibition laws”*.

É um negócio capitalista que se organiza como uma empresa orientada para o lucro, alcançando vários segmentos políticos, sociais, e econômicos para o seu desenvolvimento e aprimoramento, uma vez que necessita da colaboração do Estado (corrupção) para garantir as condições necessárias, especialmente as de transporte, o que facilita a entrada dessas substâncias, bem como, para o controle das informações reproduzidas pelos meios de comunicação, pois em muitos casos, por exemplo, as apreensões de drogas que são exibidas em geral não constituem frequentemente um grande revés para o traficante. Essa “parceria” entre o narcotráfico e o Estado funciona como uma cadeia de eventos, ou melhor dizendo, como um circuito legalizado que retira dinheiro "limpo" (narcodólares) à circulação, impedindo investimentos em projetos que podem ser prejudiciais ao negócio, contribuindo, em contrapartida, a alimentação do desemprego e da decadência que provocam um aumento do consumo e consequentemente de lucro.

O resultado disso pode ser visto a partir dos dados levantados pelo UNODC em 2016, afirmando que, em médio, o narcotráfico faturou US \$900 bilhões ao ano, o que representa um crescimento de 80% em comparação com os números de 2001 acima

mencionados, e é equivalente a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ou 1,5% do PIB global (UNIFESP, 2016). A estatística revela uma dimensão do poder de uma indústria que impulsiona e move o crime organizado, com todos os seus tentáculos: tráfico de armas, órgãos e pessoas, prostituição, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro e outras atividades relacionadas, que juntos movimentam cerca de 2 trilhões de dólares, ou 3,6% de toda a riqueza produzida a escala mundial.

Diante disso, procuramos destacar a fronteira como um lugar privilegiado para manutenção desse negócio lucrativo, já que o ilegal e o legal se tornam um híbrido, isto é, uma coisa só. Para Barroso e Carvalho (2020), esta zona fronteira tornou-se um ponto estratégico para circulação, produção e comercialização de drogas. Dessa forma, a interpretação da fronteira é essencial, em que deve ser entendida mais como uma zona do que uma linha artificial, onde ocorrem as interpenetrações e as separações entre os Estados, assumindo um conteúdo econômico e político (COSTA, 1992). Segundo Raffestin (1993), a fronteira apresenta uma característica geopolítica, isso significa que o poder vem de alto e se apoia em áreas, permitindo ao Estado controlá-las, desenvolvendo estratégias, especialmente militares, cujo objetivo é a dominação.

O termo “Fronteirização” se refere ao fato de que a fronteira não é e nunca será um dado fixo, mas dinâmico e em conflito permanente, visto que assume significados distintos de acordo com os interesses de diversos atores (GRIMSON, 2003). Isso facilita a compreensão de que a estrutura desse território é disputada por diferentes tipos de relações de poder, que se expressam territorialmente de modo “multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2006, p. 97).

Entre eles está o narcotráfico, que atua como um negócio lucrativo baseado numa integração vertical, articulando-se em redes para atender às demandas e ofertas de produtos a escala internacional (DEL OLMO, 1985, *apud* SUÁREZ SALAZAR, 1989). Essa concepção do narcotráfico é a mais concreta, visto que se manifesta como a “face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo” (SANTANA, 1999, p. 101). Os países da América do Sul estão introduzidos nessa dinâmica mercantil, em que para alguns autores essa prática se acentuou com a implementação de blocos econômicos e regionais, o que será debatido no segundo capítulo.

Para Santana (1999), essa atividade se tornou mais intensa no atual período geopolítico, a globalização. Isso se deve aos novos avanços tecnológicos efetivados pelo sistema hegemônico capitalista, proporcionando o desenvolvimento das indústrias de drogas, bem como o seu consumo de forma massiva (SANTANA, 1999). Neste contexto, a globalização é vista como uma metáfora, pois não é o espaço geográfico que se

globalizou, mas uma pequena parte da sociedade e de empresas que “unificaram” o mundo manuseando ideologias hegemônicas (SANTOS, 1996b).

Com os avanços dos meios de comunicações e de transportes, o trânsito das drogas para outros continentes tornou-se mais rápido, em que a localização geográfica continua tendo uma importância fundamental para a sua concretização. Destaca-se o caso do Brasil, por exemplo, por fazer fronteira com a maioria dos Estados do Sul, além da vasta costa marítima que facilita o acesso ao Oceano Atlântico, tornando-se um ponto estratégico para o narcotráfico (FRAGA, 2007; PROCÓPIO FILHO & VAZ, 1997). Isso “explicaria” as pressões internacionais, sobretudo dos EUA e da União Europeia. Essa medida faz parte da geopolítica hegemônica estadunidense, segundo Fraga (2007), a repressão às drogas transformou-se numa das principais estratégias intervencionistas estadunidense para a constituição de projetos militares nesses países considerados produtores de drogas.

Assim, busca-se compreender o narcotráfico na América do Sul, abordando suas fases de produção, circulação e distribuição, bem como os fatores que proporcionaram o trânsito de drogas na região, ressaltando como que a globalização possibilitou ao tráfico a se organizar em redes como empresas transnacionais, servindo como uma justificativa de “ameaça” à geopolítica estadunidense, originando a chamada “guerra contra as drogas” na América do Sul. Trata-se de um pretexto que possuiu como finalidade alinhar os países do sul com as políticas dos EUA, onde as fronteiras tiveram um papel fundamental nesse processo, uma vez que se tornaram extremamente militarizadas, contribuindo para o surgimento de facções criminosas e milícias, entre outras consequências mais tarde.

É importante ressaltar que se trata de uma pesquisa interdisciplinar, e é por isso que procurou-se citar perspectivas variadas de diferentes autores. Para atingir as finalidades propostas, foi elaborado a seguinte metodologia: Primeiramente, definiu-se o período histórico, com referência em Braudel (1965), no qual, embora o século XXI seja o foco principal, observou-se a urgência de considerar alguns eventos históricos do século XX. No seu texto “História e Ciências Sociais: a longa duração”, ao afirmar que as periodizações históricas são indispensáveis a todas as ciências do homem, uma vez que correspondem às metas dos pesquisadores, concluiu-se que um acontecimento pode ter um conjunto de significados ou relações, no qual o mesmo destaca aqueles movimentos que ocorrem abaixo da superfície dos eventos. Refere-se a uma análise histórica lenta, porém mais percebida, e por isso a utilização da perspectiva de longa duração aparece como sendo a mais coerente.

Verifica-se que o tempo determinado pela investigadora, é chamado por Milton (1988 a) como período tecnológico, que se inicia com o fim da Segunda Guerra mundial

(1939-1945). “Este é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos” (SANTOS, 1988 a, p. 21). Trata-se de um conjunto de momentos comandado por forças externas que têm configurado diversas condições mundiais em termos de organização espacial, em que, no caso de hoje, nos referimos à hegemonia imperialista dos Estados Unidos, que sempre apontou o outro como inimigo: Em algum momento o conflito era contra o comunismo; após o término da Guerra Fria (1947-1991), tornou-se contra às drogas; com os atentados de 11 de setembro de 2001, utilizou-se o discurso sobre uma nova “ameaça”, o terrorismo; e atualmente, vê-se uma manifestação internacional acerca das queimadas na Amazônia, servindo apenas como um pano de fundo para o seu projeto intervencionista.

Complementando a primeira metodologia, a ideia é ressaltar as variáveis-chaves que, em cada parcela de tempo, guiarão o sistema de dimensões chamado período, visto que um elemento não se desenvolve por si só, nem é capaz de se alterar sem levar consigo os outros na direção de seu movimento (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Portanto, cada ação desenrola-se de acordo com o seu tempo, em que num dado momento se conjuga com as demais ações. É no espaço que todos se reúnem, com as suas múltiplas possibilidades, ou seja, as diferentes utilizações do espaço relacionam-se com as distintas formas de uso do tempo. Compreende-se que não podemos separar a noção do espaço da lógica temporal, uma vez que a “cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 1988 a, p. 17).

Baseando-se na percepção de Milton (1988 a), o espaço é percebido como resultado de uma série de variáveis que interagem entre si. Neste sentido, para alcançar os objetivos mencionados, precisamos entender o comportamento de cada uma das variáveis por meio de períodos históricos que condicionam a conjuntura do espaço estudado. Não podemos deixar de lado o fato de que o espaço, dentro do sistema capitalista, é mutável, produzido e intensamente hierárquico, servindo como um meio/recurso a partir do qual a diferença social é construída e reconstruída (SMITH, 2002). Desse modo, o espaço é tratado como uma condição e produto da reprodução da sociedade e do capital, em que, visando expandir a sua influência no cenário da globalização, cada ator social estimula determinadas ações que eventualmente entram em conflito com as condutas de outros agentes sociais (SOUZA, 2013).

Através da seguinte análise, apresenta-se a segunda metodologia com o intuito de compreender a organização espacial do narcotráfico em escalas, o que nos permite perceber os impactos da sua dinâmica capitalista nos países da América do Sul e ao

mesmo tempo, examinar como os Estados Unidos se beneficiaram desse cenário para instalação de bases militares nas fronteiras. Tendo em vista este propósito, determinou-se as seguintes escalas geográficas, de acordo com a concepção de Neil Smith (2002): global, regional e nacional. Conhecida como a teoria de “políticas de escala”, o autor propõe entender as estruturas e as diferenças espaciais como resultados de interações sociais desencadeadas por disputas de poder em múltiplas dimensões.

Ao citar Lefebvre, Smith (2002) afirma que as diferentes sociedades não produzem apenas o espaço, mas também a escala, a qual pode ser a diferenciação mais elementar do espaço geográfico, sendo, na sua totalidade, um processo social. Assim, buscou-se abordar de forma mais detalhada as escalas escolhidas para elaboração da pesquisa presente: A global, que com o modo de produção capitalista, é concebida como a escala do capital financeiro e do mercado mundial, construída por várias misturas de poder político, econômico, cultural e ideológico; A regional, é o lugar da produção econômica, onde a divisão social do trabalho é expressada de forma mais aguda em termos espaciais graças à cooperação e competição interclasses; e a nacional, que é percebida através da concorrência e cooperação política-militar, ou seja, com a emergência do capitalismo, a escala nacional tornou-se predominantemente um lugar de poder estatal, de modo que as fronteiras que dividem as nações são, em geral, produtos de conquistas militares, conflitos políticos e tratados (SMITH, 2002; 2000).

Com a ampliação da definição de cada escala geográfica, conseguimos compreendê-las como sendo históricas e socialmente produzidas, assim como moldadas por relações de poder, que desempenham uma função chave nos estudos referentes às estruturas desiguais e hierárquicas do espaço. Para Castro (2000), essas escalas são fundamentais para o pesquisador, pois facilitam a percepção da realidade, indicando os elementos que atribuem sentido ao recorte territorial visado, para em seguida examinar suas articulações e a problemática do estudo. Diante disso, precisamos entender como o poder se desenvolve espacialmente, considerando o objeto da pesquisa, onde as drogas são comercializadas como commodities no mercado global, o que nos leva para a terceira metodologia orientada para concretização da nossa hipótese.

Cada vez mais, as drogas são encaradas como um “serviço” para aqueles que estão no topo, em outras palavras, para os seus principais consumidores, estabelecendo assim uma relação econômica entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, no nosso caso, a América do Sul, que fará parte do processo de circulação deste produto. A partir dessa hipótese, a perspectiva de classe é abordada como algo temático que possui escalas diferentes, isto é, como *genus* e *species*, conforme a concepção de Domenico Losurdo (2015), uma vez que procura identificar os Estados envolvidos (o perfil da

população que ativa esse mercado); os fluxos provenientes da América Latina em direção aos países consumidores e o quanto que isso movimento de capital de acordo com a quantidade de drogas exportadas. Trata-se de entender como um país enriquece ou consegue conquistar os seus interesses à custa dos outros.

É neste sentido que a hegemonia se manifesta, em forma de domínio e liderança, no qual se destaca o núcleo hegemônico dos Estados Unidos, que é sustentado, sobretudo, por valores militares. Diante disso, com base no pensamento de John Agnew (2008), que aborda quatro modelos de espacialidade do poder através dos quais a hegemonia é exercida, estamos interessados em analisar um deles, que é o de rede hierárquica. Refere-se a um modelo pautado na estruturação espacial da economia mundial, em que o centro, periferia e semiperiferias estão interligados por fluxos de bens, pessoas e investimentos, originados por redes de comércio e comunicação que conduzem às concentrações regionais de riqueza relativa ou pobreza, produzindo um desenvolvimento desigual (AGNEW, 2008). Este modelo tem-se concentrado mais na distribuição do poder político desde 1945, como resultado da crescente infiltração dos territórios estatais, da população e dos fluxos de mercadorias no comércio global, os quais estão submetidos à hegemonia estadunidense.

No entanto, não podemos minimizar a problemática do trabalho presente somente a uma hipótese previamente colocada, que consiste na complexa interação entre os países que estão integrados nessa dinâmica mercantilista do narcotráfico, uma vez que precisamos também analisar as consequências dessa geopolítica militarista, tendo em consideração a atual conjuntura mundial: a pandemia causada pela COVID-19, já que toda pesquisa é resultado circunstancial do contexto em que foi conduzida. Dessa forma, para investigar o significado das ações e das relações que se encontram camufladas nas redes do narcotráfico, recorreremos à pesquisa qualitativa, em busca de esclarecimento da dita situação (CHIZZOTTI, 2018).

Refere-se a um método de reflexão sobre os processos através dos quais os dados foram coletados, já que reconhecemos os nossos limites metodológicos devido à pandemia. Segundo Antônio Chizzotti (2018), na abordagem qualitativa, os fenômenos não se limitem às percepções sensíveis e aparentes, mas expressam-se numa complexidade de oposições, revelações e ocultamentos. É necessário ir além da sua aparência imediata para descobrirmos a sua essência. Assim, por meio da interpretação dos dados, atribuímos um conjunto de significados ao objeto estudado, interligando-o com as teorias científicas abordadas, levando em conta que não se trata de um conhecimento fixo e neutro (CHIZZOTTI, 2018).

Assim, para compreendemos o tema desta pesquisa: o narcotráfico e suas

correlações com a geopolítica contemporânea, bem como a sua maneira de condicionar os territórios em processo de transfronteirização na América do Sul, dividiu-se em dois capítulos. Inicialmente, optou-se por abordar o principal objeto e problemática da pesquisa, o narcotráfico e as suas redes de produção, circulação e consumo nas fronteiras, enfatizando o papel do Estado para manutenção dessas atividades. Para isso, citou-se os seguintes autores: Norberto Emmerich (2015), Misha Glenny (2018); Manuel Castells (2004); Rogerio Haesbaert (2005); André Roberto Martins (1998); Claude Raffestin (1993), entre outros, com o intuito de conceitualizar os termos de narcotráfico e fronteira, para em seguida, aprofundar-se sobre a hipocrisia da política proibicionista, as redes do narcotráfico (cinco mercados) relação hierárquica entre consumidores e produtores (países centrais e periféricos – Estados potentes e Estados falidos) e as interações na zona fronteira, no qual, elaborou-se duas figuras para compreensão destes temas.

No segundo tópico do primeiro capítulo, procurou-se justificar o uso do termo globalização para explicar a dinâmica do narcotráfico, a fim de diferenciar este conceito de dois termos que muitas vezes são confundidos: mundialização e internacionalização. Assim, mencionou-se os seguintes autores: Marianna Racs e Ágnes Szilágyi (2016); Josiel Alan Marques (2017); Marcos Aurélio Saquet (1998); Giovanni Arrighi (2003, 1994); Renato Ortiz (1994); Jane Knight (2003), Manuel Castells (2002; 2004) e o principal Milton Santos (2003, 1996a, 1996b) que aborda as três facetas da globalização. Além disso, preparou-se uma figura a fim de compreender os conceitos acima mencionados de forma resumida.

Já no último tópico do primeiro capítulo, focou-se em dois conceitos: Espaço geográfico e território. A fim de entender a justificativa da pesquisadora de basear a conceitualização na vertente crítica da geografia, discute-se as principais correntes geográficas: Geografia Tradicional (1870-1950), Geografia Quantitativa (1950-1970) e Geografia Crítica (entre os anos 70 e 90). Além disso, buscou-se compreender o processo multiescalar e multidimensional de Haesbaert (2006): territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), aprofundando-se para tal, termos como: territorialidade, região, regionalização e regionalidade. Para tal, citou-se: Roberto Lobato Corrêa (2000); Thiago Augusto Queiroz (2014); Antônio Carlos Robert Moraes (2009); Richard; Hartshorne (1939); Eliseu Savério Sposito (2004); Edward Soja (1993); Henri Lefebvre (2013) Claude Raffestin (1993); Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006); Becker (1988), entre outros.

No segundo capítulo, aborda-se a estratégia militarista estadunidense “Guerra contra as Drogas” na América do Sul, no qual, inicialmente discute-se sobre os países produtores, consumidores e distribuidores. A região é inserida devido ao mercado

consumidor, acabando por ser vista como um "inimigo" internacional por parte dos Estados Unidos e outros países ocidentais, que ignoram a origem dos problemas de produção e distribuição da droga, a qual depende da procura do mercado, estabelecido nos seus países. Sendo assim, apresenta-se as características climáticas e cartográficas da América do Sul, bem como os fatores geopolíticos, afim de enfatizar os elementos que proporcionam as fases do narcotráfico. Além disso, mapas e dados estatísticos são apresentados, obtidos a partir das seguintes fontes: UNODC; SEDAC e CMBio-MMA.

Em relação ao segundo tópico, aprofunda-se sobre a política proibicionista liderada pelos EUA, que requer o apoio dos países sul-americanos através de acordos e decretos que legitimam a sua intervenção nas fronteiras. Diante disso, aborda-se o conceito de geopolítica, para em seguida salientarmos o "fracasso", em termos sociais, desta guerra, pois não eliminou a oferta e a procura das drogas, nem os lucros inerentes às mesmas. Além disso, a insistência dos EUA em tal abordagem não só conduziu ao fracasso completo desta guerra, como se provou ser contraproducente para os interesses de todos os países da América do Sul, uma vez que as intervenções militares feitas intensificaram a repressão policial. Por fim, são compartilhados mapas e tabelas sobre bases militares estadunidenses (1989 e 2020), bem como Acordos, decretos e tratados relativos às drogas e crimes conexos entre os países da América do Sul (1976 -2020).

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo pretende-se abordar os principais conceitos que serão utilizados ao decorrer da pesquisa, bem como discutir sobre o principal objeto e a problemática do trabalho: narcotráfico. Sendo assim, no primeiro tópico busca-se conceitualizar o narcotráfico como uma empresa transnacional ou/e uma indústria que não está relacionada apenas ao tráfico de drogas, visto que seu processo organizacional se baseia na conquista territorial para então ter o poder de comercialização das drogas, ou seja, sem esta violência quase legítima num território, de fato, haverá venda de drogas, mas não o narcotráfico, que manifesta uma relação social de dominação.

Após isso, enfatiza-se o papel do Estado na execução das fases produtivas, em outras palavras, na manutenção das redes do narcotráfico (EMMERICH, 2015): o mercado de produção, o mercado de trânsito, os produtos químicos precursores, lavagem de dinheiro e o mercado de consumo. É importante ressaltar que os sujeitos envolvidos nessas fases, na maioria das vezes, vivem em condições de miséria, marginalização e desespero devidas da falta de oportunidades. A partir disso, foca-se na rede hierárquica do narcotráfico por meio hipocrisia da política proibicionista propagada pelos Estados potentes para os Estados falidos.

Além disso, explica-se o conceito de fronteira, debatendo o termo desde a perspectiva da Geografia Clássica ou Tradicional com Friedrich Ratzel a fim de compreendermos a noção crítica escolhida pela pesquisadora para o trabalho presente. Também, será evidenciado o processo de transfronteirização como resultado das ligações e/ou fluxos de atores, mercadorias e informações diferentes em escalas geográficas distintas (regional, global e nacional).

Já no segundo tópico, buscou-se conceitualizar os seguintes termos: Globalização, Mundialização e Internacionalização, em que notou-se que é preciso enfatizar determinados fatos históricos que resultaram em acontecimentos conflituosos de expansão e reprodução do capitalismo como modo produtivo, possibilitando a pesquisadora interpretação dos processos sociais no espaço geográfico e o processo de territorialização dos poderes hegemônicos. Além disso, o principal objetivo deste tópico é justificar a escolha do termo "globalização" para a análise da dinâmica do narcotráfico.

Assim, inicia-se a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde os EUA procuravam se afirmar como potência mundial, beneficiando-se das consequências do pós-guerra, especialmente na Europa, já que a região enfrentava uma devastação econômica. Isso acabou afetando a América do Sul, especialmente, Brasil e Paraguai, já que significou a inserção de ambos em projetos nacionais desenvolvimentistas, pois durante a guerra, a comercialização com a Europa era quase impossível, dando início a

vários processos de regionalização.

Seguindo essas discussões, direcionamos nosso foco para o novo alvo da agenda geopolítica estadunidense, que, juntamente com o terrorismo e os movimentos nacionalistas no Oriente Médio, o narcotráfico nas fronteiras se tornará uma "preocupação" global. Com isso, explica-se como que a globalização proporcionou ferramentas que facilitam o funcionamento deste negócio, abordando, de acordo com o pensamento de Milton Santos, as três facetas da globalização para caracterizar o momento atual, compreendendo, ao mesmo tempo, a diferença entre mundialização e internacionalização.

Por último, foca-se em dois conceitos, considerados os principais da geografia, uma vez que se referem às ações do homem sobre a superfície terrestre: Espaço Geográfico e Território, tendo como objetivo distingui-los. Desse modo, enfatiza-se algumas correntes do pensamento geográfico para obtenção da definição central dos conceitos, ou seja, a escolhida para execução da pesquisa. Inicia-se com a corrente da Geografia Tradicional (1870-1950) com Ratzel e Hartshorne; em seguida aborda-se a segunda corrente, conhecida como Geografia Quantitativa (1950-1970), baseada no neopositivismo e no raciocínio hipotético-dedutivo; no fim, enfatiza-se ambos os conceitos nos pressupostos da Geografia Crítica (entre os anos 70 e 90).

É sobre esta última corrente que a pesquisadora baseará sua conceitualização dos termos acima mencionados. A principal base filosófica desta tendência geográfica é o materialismo histórico, que, de fato, designa uma renovação da geografia, rompendo tanto com a tendência tradicional quanto com a metodologia quantitativa. Aqui, o espaço geográfico e o território são inspirados pelas linhas de pensamento de Karl Marx. Para no final compreendermos o processo multiescalar e multidimensional de Haesbaert (2006): territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), aprofundando-se para tal, termos como: territorialidade, região, regionalização e regionalidade.

### 1.1. O PAPEL DO ESTADO NA MANUTENÇÃO DO NARCOTRÁFICO: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO NAS FRONTEIRAS

A globalização possibilitou novos fluxos de distribuição de produtos, e isto é aplicável às mercadorias comercializadas no tráfico, que atravessa várias fases de produção, o que contribui para a rápida expansão do narcotráfico, o qual está constantemente à procura de novas rotas para dinamizar o seu intercâmbio a escala internacional de acordo com a lógica da oferta e da demanda. Este sistema foi e ainda é um dos principais temas a ser discutido pelos atores hegemônicos, sobretudo, após a Guerra Fria (1947 – 1991), uma vez que o tráfico de drogas visa minar de maneira interna as políticas estatais e por

esta razão é caracterizado como um foco de interesse, visto que não respeita nem os limites fronteiriços e tão pouco os estatais (OLIVEIRA; MATA, 2021).

Assim, neste tópico pretende-se conceitualizar o narcotráfico abordando o papel do Estado no processo de execução das fases produtivas, especialmente nas fronteiras, introduzindo a rede hierárquica do narcotráfico, sobretudo, entre os Estados potentes e Estados falidos, evidenciando a hipocrisia da política proibicionista. Bem como conceitualização da fronteira, partindo da concepção de Ratzel e os processos transfronteiriços por meio de um gráfico ilustrativo.

Com a intensificação dos fluxos de bens, consumo, pessoas e capital trazidos pela globalização, especialmente desde os anos 70, o tráfico internacional de droga, em conformidade com a ordem política e econômica prevalecente, tornou-se também globalizado (FILHO; VAZ, 1997). Desse modo, o narcotráfico consiste numa ação ilícita, através da venda de drogas que são proibidas dentro de uma delimitação territorial, em que podemos considerar que se trata de uma atividade muito mais vasta a nível agroindustrial-comercial e financeira que, devido à sua integração vertical e ao seu impacto planetário, é cada vez mais assemelhada a uma empresa transnacional do que a uma família do crime organizado (SALAZAR, 1989).

É importante enfatizar, de acordo com Norberto Emmerich (2015), que o narcotráfico é geralmente apresentado e estudado como uma prática totalmente relacionada às drogas. E como qualquer declaração apresentada como "óbvia", é também confusa, incompleta e incerta. O grau de desenvolvimento do narcotráfico como um problema global requer uma visão mais abrangente que lhe permita ser visto como parte integrante de uma totalidade.

Consequentemente, no seu livro "*Geopolítica del narcotráfico en América Latina*", Emmerich (2015) apresenta uma série de teses sobre o narcotráfico, nas quais: só pode ser compreendido através do estudo da formação histórica do Estado nacional; trata-se de um processo, não uma acumulação de fatos que podem ser analisados um a um; é uma atividade invisível, ou seja, é apenas parcialmente visível na fase dos crimes predatórios, quando se luta pela conquista de um território; o narcotráfico, sendo de caráter organizacional, segue rotinas organizacionais padronizadas, isto é, procedimentos previsíveis, estruturados, repetitivos e burocráticos; possui um comportamento político com fins estatais; o tráfico e a droga estão ligados, mas são entidades distintas, já que o narcotráfico está mais fortemente associado ao Estado do que à droga.

Portanto, definir o narcotráfico como tráfico de droga é etimologicamente correto, ontologicamente errado e politicamente inútil, visto que é um processo organizacional cujo objetivo é conquistar território para produzir ou/e vender droga. Sem este monopólio qua-

se legítimo de violência num determinado território, pode haver comercialização de drogas, mas não narcotráfico.

Refere-se a uma ação que interfere gravemente no território por onde passa, já que inclui desde os locais de produção, sistemas de transformação química da substância, fluxos comerciais, lavagem de dinheiro até consumo final (FERNANDES, 2016). Este conjunto de redes é constituído no território de maneira articulada, mantendo suas esferas de poder, sendo estreitamente ligado às grandes corporações econômicas no âmbito privado e aos setores políticos do Estado (HAESBAERT, 2005).

Os efeitos deste negócio-industrial podem ser vistos a escala nacional e regional: No âmbito macroeconômico, o mercado de drogas pode atingir proporções diferentes para cada país, tendo um impacto no Produto Interno Bruto (PIB) ou na taxa de câmbio, considerando as dimensões do tráfico internacional (SALAMA, 2000). De forma similar, podem ser apontadas algumas especificidades microeconômicas no comércio de drogas, esclarecendo muitas questões sobre a inovação dessa indústria, como a estrutura do mercado, as formas de comercialização, os preços, o comportamento dos consumidores, entre outros (RYDELL; EVERINGHAM, 1994).

Entende-se, portanto, a declaração de que o objetivo final do narcotráfico é o lucro é empiricamente verdadeiro, mas cientificamente falso, pois esta atividade gera capital, não apenas dinheiro; é uma indústria e não apenas um negócio; é uma relação social de dominação, e não apenas uma prática comercial ilegal (EMMERICH, 2015). Sobre este último ponto, é evidente que as condições socioeconômicas têm sido um fator determinante na incorporação dos indivíduos de setores empobrecidos e marginalizados com baixo nível de escolaridade no negócio-indústria.

As dimensões do tráfico de droga e os seus enormes lucros fazem dele um negócio altamente lucrativo e uma fonte primária de emprego para estes grupos (VILLATORO, 2013). A rapidez com que os narcotraficantes adquirem recursos tornou-se "...a esperança de sair de uma situação deprimida e submersa, de progredir socialmente e de partilhar os benefícios do crescimento e da modernização"<sup>1</sup> (Kaplan, 1992, p. 110).

As pessoas envolvidas nessas duas fases do narcotráfico: produção e distribuição, dedicam-se a estas atividades, na maioria das vezes como consequência das condições de miséria, marginalização e desespero derivadas da falta de oportunidades, na medida em que a necessidade de sobrevivência e o medo implicam, como efeito imediato, a criação de formas de defesa e proteção frente ao tráfico nas suas diferentes fases (VILLATORO, 2013). No entanto, é evidente que mesmo assumindo os riscos a que se ex-

---

<sup>1</sup> No original: "...esperanza de salida de las condiciones deprimidas, sumergidas, de ascenso social y de participación en los beneficios de lo que pueda haber de crecimiento y modernización"

põem, com as práticas de crueldade, intimidação e terror, além das consequências criminosas da própria atividade e o pagamento de taxas, especialmente às forças policiais e militares (poder estatal), os envolvidos no tráfico não obtêm realmente grandes benefícios do seu trabalho, mas apenas o básico para sobreviver.

Segundo Córdova (2011, p.121), “Os lucros de milhares e milhões de dólares vão para outro lado, para outros países, tanto para os grupos de traficantes como para aqueles que pretendem combater a atividade”<sup>2</sup>. Nota-se, então, a presença de um agente chave para a manutenção deste negócio industrial- lucrativo: o Estado. De acordo com Souza e Silva (2018), de fato, esta discussão torna-se ainda mais complexa quando se introduz o Estado nesta economia derivada do narcotráfico, uma vez que pode ser tanto o protetor do bem-estar social como o condutor da violência, devido à repressão policial e militar (postos de fronteiras), com destaque para as regiões fronteiriças.

Assim, muitos responsabilizam o Estado pelas consequências violentas decorrentes da aplicação de políticas proibicionistas, uma vez que a restrição do uso de certas substâncias psicoativas contribui para acrescentar valor ao seu mercado, inaugurando, dessa forma, relações governadas regidas pela violência, em virtude da disputa pelo controle e poder sob as relações de subordinação ou insubordinação, tanto de grupos criminosos como do próprio poder estatal. Enquanto outros justificarão o Estado como necessário para estes fins: haverá aqueles que apresentarão soluções destinadas a eliminá-lo, através de discursos neoliberais que procuram a liberalização de todas as drogas, já outros pregarão diferentes tipos de acordos que conciliam a legalização e a regulamentação do Estado (SOUZA; SILVA, 2018).

O atual Estado capitalista nasceu como uma organização criminosa que gradualmente legalizou, ao longo de vários séculos, as rotinas de acumulação desempenhadas pela crescente burguesia, que exerce a sua influência como um funcionário que implementa políticas públicas sobre o narcotráfico, penalizando esta atividade como sendo uma rigorosa observância de uma ética capitalista de produção social e de acumulação individual desigual (EMMERICH, 2015). Ao fazê-lo, sujeitam uma boa parte da sociedade a um processo de cooptação violenta, um sistema de seleção onde alguns entram e outros são eliminados.

Neste sentido, é compreendido o significado da dialética da "Guerra" ao narcotráfico, que em outras palavras significa “guerra aos vínculos menores de uma atividade de acumulação capitalista ilegal que se converterá em acumulação normal”<sup>3</sup> (EMMERICH,

<sup>2</sup> No original: “[L]as ganancias en miles y millones de dólares se quedan en otros lados, en otras manos, tanto de los grupos de traficantes como entre quienes pretendidamente combaten la actividad”.

<sup>3</sup> No original: “guerra a los eslabones menores de una actividad de acumulación capitalista ilegal que se convertirá en acumulación normal”.

2015, p. 18). Trata-se de uma estratégia que busca manter o Estado potente, ou seja, para proteger o seu território de possíveis ameaças, países mais fortes adotam muitas vezes métodos mais liberais nos seus territórios, como liberalização de determinadas drogas, enquanto outros são forçados a executar políticas proibicionistas intervencionistas propostas por estes Estados mais fortes.

Se um país mantiver a proibição, ele também está garantindo que do lado da oferta todos os lucros irão para redes clandestinas; e do lado da demanda, ele está garantindo que quaisquer problemas sociais ou de saúde pública associados ao uso de drogas só virão à tona na grande maioria dos casos quando eles estiverem fora de controle. Se a ONU estiver certa e as drogas representarem 70% da atividade do crime organizado, a legalização das drogas seria de longe o golpe mais letal possível para as redes transnacionais do crime organizado (GLENNY, 2018).

É aqui que entra a hipocrisia do proibicionismo, visto que embora o fracasso da "guerra contra as drogas", uma política militarista estadunidense que será analisada no próximo capítulo, seja bem conhecida, ela é mantida como uma tendência ideológica, especialmente nos países subdesenvolvidos. Em outras palavras, as políticas proibicionistas conduzem à consecução dos ambiciosos objetivos dissimulados de controle da liberdade individual e, sobretudo, de controle social e criminalização da população pobre empenhada na venda de drogas proibidas (ROCHA, 2015).

Se o consumo de narcóticos no Ocidente (que criou e impôs o modelo do mundo globalizado) tivesse caído significativamente (depois de quase meio século), os defensores da Guerra às Drogas teriam argumentos confiáveis para persistir com essa política. Mas o consumo só tem aumentado ano após ano. A produção manteve o ritmo e os preços caíram cada vez mais. Se, em vez disso, o objetivo fosse fortalecer as gangues, máfias, terroristas, insurgentes e bilionários das drogas que podem corromper países inteiros, ficaria claro que a política deve ser mantida. (GLENNY, 2018, p.378, tradução nossa)<sup>4</sup>.

A ex-defensora pública e juíza aposentada no Rio de Janeiro, Maria Lúcia Karam, numa entrevista exclusiva para o DAR (Coletivo Desentorpecendo a Razão) em 2010, aborda o fracasso deste modelo intervencionista, uma vez que, mesmo após um século de proibição, não houve a fingida erradicação das drogas que se tornaram ilícitas, nem uma redução da sua circulação. Pelo contrário, estas substâncias proibidas ficaram mais

---

<sup>4</sup> No original: Si el consumo de narcóticos en Occidente (que es quien ha creado e impuesto el modelo del mundo globalizado) hubiese descendido de forma apreciable (después de casi medio siglo), quienes apoyan la Guerra a las Drogas tendrían argumentos creíbles para persistir en esta política. Pero el consumo no ha hecho más que aumentar un año tras otro. La producción ha mantenido el ritmo de crecimiento y los precios han bajado y bajado. Si, en cambio, el objetivo fuese fortalecer a las bandas, las mafias, los terroristas, los insurgentes y los multimillonarios de la droga que pueden corromper a países enteros, estaría claro que hay que continuar adelante. (GLENNY, 2018, p.378).

baratas, mais potentes e muito mais fáceis em termos de acesso. Segundo Karam (2010, Revista o Viés), “A proibição causa violência. Não são as drogas que causam violência, mas sim a ilegalidade imposta ao mercado”.

Isso significa que a produção e o comércio de drogas não são atividades propriamente violentas, mas é a ilegalidade que provoca a violência, ou seja, a produção e o comércio de drogas só são acompanhados de armas e violência quando ocorrem num mercado ilegal. Além disso, é importante termos consciência de que a “guerra contra as drogas” não é exatamente dirigida contra as drogas. Como qualquer outra guerra, é direcionada contra pessoas (os produtores, comerciantes e consumidores) e, assim como qualquer intervenção do sistema de justiça criminal, os mais atingidos pela repressão são os mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico (KARAM, 2010, Revista o Viés).

Através desta entrevista podemos notar que foi o proibicionismo que inaugurou o narcotráfico e todos os fenômenos que lhe estão associados. Fernandez (1997) problematiza este aspecto, afirmando que o narcotráfico está entre as três atividades mais lucrativas do mundo, constituindo uma rede direta e indireta que emprega milhares de pessoas no processo de produção, distribuição e consumo. É por isso que este negócio não é apenas uma conduta criminosa, mas um verdadeiro produtor de mercadorias, e, portanto, difere de outros crimes organizados (roubo a banco, sequestros etc.) por proporcionar valor agregado, o que explicaria o baixo nível de efetividade da lei penal contra o narcotráfico.

De fato, proibir um mercado não significa destruí-lo, mas sim deixar um mercado em desenvolvimento dinâmico sob o controle de corporações criminosas. De acordo com Misha Glenny (2018, p.327), “Além disso, proibir um mercado significa enriquecer o mundo do crime em centenas de milhares de milhões de dólares, dando aos criminosos um amplo acesso aos bens públicos que os toxicodependentes canalizarão para os bolsos dos traficantes de droga”<sup>5</sup>. Assim, proibir a comercialização das drogas significa proporcionar às corporações criminosas oportunidades e recursos para exercer uma influência e controle sobre sociedades e nações inteiras.

Neste aspecto, os países que autorizam ou/e contribuem para a invasão dos seus territórios, sobretudo, a partir de políticas proibicionistas militaristas são chamados de Estados falidos (EMMERICH, 2015). Aqui, por exemplo, a corrupção segue um caminho sinuoso e não está necessariamente em contradição com a lei: para que o poder do Estado esteja sujeito à lei, conclui que o Estado e os poderosos grupos privados (atores estratégicos) podem aderir aos procedimentos e à lei para tomar decisões para seu benefício

---

<sup>5</sup> No original: “Es más, prohibir un mercado significa enriquecer al mundo criminal con cientos de miles de millones de dólares al otorgar a los delincuentes un amplio acceso a bienes públicos que los adictos canalizarán hacia los bolsillos de los narcotraficantes”

exclusivo. Podem também fazer o contrário: invocar uma legitimidade superior para ignorar as normas legais do poder público (não pagamento de impostos, financiamento e formação de grupos armados de autodefesa, fomento de uma economia ilegal).

No contexto latino-americano, o narcotráfico é uma atividade econômica ilegal cada vez mais politizada. A partir disso, é importante destacar o conceito de corrupção política, em que, de acordo com Emmerich (2015), refere-se a um abuso do poder que lhes foi confiado pelos líderes políticos para fins lucrativos, com o objetivo de aumentar o seu poder ou riqueza, abrangendo um vasto espectro de crimes e delitos cometidos por eles.

Assim, podemos dizer que a capacidade instrumental do Estado é decisivamente modelada pela globalização das principais atividades econômicas, dos meios de comunicação e, conseqüentemente, pela globalização da criminalidade (CASTELLS, 2004). Compreender isso é fundamental para percebermos a relação hierárquica dos Estados potentes com os Estados falidos, uma vez que a presença do crime, no nosso caso o narcotráfico, e o seu impacto na política não é algo novo, mas a sua ligação global, o seu condicionamento das relações internacionais, tanto econômicas como políticas, devido à escala e dinamismo da economia criminosa, é inédito.

De acordo com Manuel Castells (2004, p. 288), “A profunda infiltração, e a eventual desestabilização, dos Estados-nação sob a influência da criminalidade transnacional é uma novidade.”<sup>6</sup>. Embora o narcotráfico seja o setor industrial mais significativo economicamente, o seu poder se estende pelo mundo através de armas, tráfico de pessoas, contrabando, lavagem de dinheiro, entre outros, em que sem eles, este negócio não seria global ou muito rentável, o que nos leva de volta ao discurso da Maria Lúcia Karam: é a proibição que gera a violência.

Podemos resumir a influência do narcotráfico da seguinte forma: 1) Em muitos casos, toda a estrutura do Estado, que frequentemente inclui os mais altos escalões, é penetrada por ligações criminosas, seja através de corrupção, ameaças ou financiamento político ilegal, causando assim estragos na condução dos assuntos públicos; 2) as relações internacionais entre Estados em muitos países acabam por depender em graus variáveis de uma boa ou má colaboração na luta contra a economia criminosa. O caso típico até agora tem sido as relações entre os Estados Unidos e alguns países latino-americanos; 3) fluxos financeiros do narcotráfico são cada vez mais vistos como elementos-chave para estimular ou desestabilizar economias nacionais inteiras (CASTELLS, 2004).

---

<sup>6</sup> No original: “Es nueva la profunda penetración, y eventual desestabilización, de los estados nacionales en una variedad de contextos, bajo la influencia del crimen transnacional”.

Sabendo-se que o narcotráfico atua globalmente, já não é um problema individual dos Estados, mas internacionalizou-se, expandindo-se para além das fronteiras nacionais, ou seja, não é controlado pelas regras das fronteiras estatais, que mantêm a sua soberania por meio das suas respectivas jurisdições políticas para o seu funcionamento. O narcotráfico é essencialmente um fenômeno transnacional, tal como outras formas de contrabando e organizações criminosas.

A partir deste ponto, é importante contextualizar a fronteira, que é um termo extremamente polêmico, uma vez que para a maioria das pessoas a simples menção do termo "fronteira" provoca uma reação negativa, na medida em que, de fato, a memória humana registou ao decorrer do tempo um número infinito de confrontos e muitos sofrimentos relacionados com o seu estabelecimento, manutenção ou devastação. Assim, atribuímos, quase mecanicamente, a noção de "fronteira" à ideia de "guerra", "restrição", "vigilância" e "repressão" (MARTIN, 1998).

É interessante constatar que na teorização sobre as fronteiras se verificou um fenômeno que é ao contrário que normalmente ocorre na relação entre as ciências sociais e as ciências naturais. Mesmo devido à sua precedência histórica, as ciências naturais têm fornecido modelos explicativos que mais tarde tentaram ser transferidos para a realidade social. Este procedimento, chamado "darwinismo social", acabou sendo muito criticado por praticamente anular a intervenção do "livre arbítrio" e da "racionalidade" humana na sua própria história (MARTIN, 1998).

Isto é visto na Geografia Clássica ou Tradicional com Friedrich Ratzel, que avaliava como o meio natural influenciava o desenvolvimento das sociedades, podendo de certa forma ser enquadrado naquela corrente, especialmente no que diz respeito à sua percepção organicista do Estado. Todavia, foi devido à sua busca de compreender o significado das fronteiras interestaduais, aquelas construídas pelo homem, em que se chegou a uma definição genérica. De acordo com Martin (1998, p.14), Ratzel escreveu na sua Antropogeografia que "a fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar".

Compreende-se que para Ratzel a origem da fronteira se encontra num movimento que é próprio de cada "ser vivo", envolvendo uma zona de paragem momentânea (e não duradoura), principalmente quando é confrontado com a falta de condições vitais necessárias para a continuação do movimento ou quando confrontado com a resistência de outro movimento na direção oposta. A fronteira pode avançar se as condições vitais a favorecerem nessa direção ou se o movimento na direção oposta se enfraquecer. Inversamente, poderá retirar-se se perder a vitalidade ou se a força oposta se tornar mais poderosa (MARTIN, 1998).

Embora tenha salientado que as fronteiras naturais teriam mais importância para os povos menos desenvolvidos, Ratzel ponderou, no entanto, que o limite definido contribuiu para o amadurecimento de um povo, e quanto mais a natureza favorece a constituição da fronteira, mais rápido os povos seriam constituídos. É fundamental abordar que no século XIX acentua-se o agravamento da rivalidade franco-alemã. Assim, segundo Martin (1998), desde a década de 1920, o general e geógrafo Karl Haushofer (1869 - 1946) buscou conceber um projeto ambicioso que visava restaurar para a Alemanha uma posição de destaque no cenário mundial, especialmente devido a sua derrota na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1916). Introduzido a Hitler quando assumiu o poder, Haushofer foi recompensado pelo “*führer*” com a direção da Academia Germânica em 1933, passando a comandar um conjunto de instituições.

Interessado em estabelecer um “*lebensraum*” (espaço vital) de dimensões mundiais para a Alemanha, Haushofer radicaliza certas formulações de Ratzel, especialmente as que dizem respeito aos limites. A chave das suas propostas reside na concepção biológica de Ratzel do Estado. Uma vez que o Estado é um organismo vivo e as fronteiras ou limites são uma parte integrante e inseparável deste organismo, estão, portanto, sujeitos a mudanças permanentes. Por conseguinte, nada mais natural do que a constante modificação das fronteiras para a expansão dos povos. Haushofer afirma, nos termos de Martin (1998), que não podem existir limites fixos para a necessidade de expansão do Estado. Desta forma, ele analisará a fronteira como um campo de batalha e, conseqüentemente, no lugar de mencionar “fronteiras”, Haushofer considerou mais apropriado utilizar a noção de “região fronteira”, o que será manuseado até os dias atuais.

Perceba-se, então, que durante e após a Primeira Guerra Mundial, os princípios teóricos de Ratzel foram reutilizados e aplicados ao desenvolvimento da geopolítica alemã por Haushofer, que defendeu a “fronteira natural”, visando reconstruir a Alemanha com a tese do “espaço vital”, influenciando Hitler a aplicá-la no Estado expansionista nazi. Assim, enquanto os alemães defendiam as fronteiras naturais, entre os franceses, após terem contestado as teses ratzelianas, reinaria a teoria da “fronteira espiritual” (MARTIN, 1998).

Na década de 1930, o geógrafo e geopolítico francês Jacques Ancel (1879 – 1943) começou a desafiar as teses sobre fronteiras que Haushofer expressou na sua obra “*Grenze*” de 1927, opondo-se à concepção germânica de uma fronteira natural, defendendo o princípio herdado da Revolução Francesa da “inviolabilidade das fronteiras”, uma característica legal internacional para sustentar a paz. O mesmo considera que a fronteira linear é uma ilusão cartográfica expressa pelos traços observados nos mapas, enquanto a fronteira natural seria uma obra de fantasia causada pela paisagem, e dessa forma, Ancel

justificava que a concepção de fronteira deveria ser procurada historicamente, em que encontraria o sentimento ou espírito fronteiriço, expressando de fato o significado coletivo de "pertencer" a um espaço comum, nacional (MARTIN, 1998).

Com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), Haushofer suicidou-se com a sua esposa em 1945, aos 73 anos de idade. O trabalho de Ancel seria mais tarde alvo de críticas, mas é defendido por Raffestin (1993), ao afirmar que Ancel é um dos poucos autores que tentou teorizar a geografia política, inspirando-se na tradição possibilista, ele desenvolveu um conjunto de obras sobre fronteiras que não podem ser negligenciadas. Não há dúvida de que os seus trabalhos envelheceram, mas marcaram, no entanto, um momento na geografia política francesa.

Por falar em Raffestin (1993), a fronteira para ele é uma zona camuflada numa linha, uma vez que a cada demarcação linear de grande precisão corresponde a uma zona geográfica, em que se estas zonas estiverem equipadas com armamento, tornam-se postos avançados, inclusive de proporção impermeável. É neste sentido que o Estado moderno é incorporado como um território que domina a totalidade dos seus habitantes, separado de outros territórios por fronteiras e limites nitidamente definidos (HOBBSAWN, 1990).

De acordo com Ferrari (2014), o Estado moderno seria o responsável pela emergência de limites rígidos entre as sociedades nacionais e, a partir daí, todo o espaço terrestre seria fragmentado de uma forma mais concreta por divisões entre as mesmas com limites precisos. Por isso, no período contemporâneo, as fronteiras surgem como técnicas de organização política do espaço geográfico em Estados. Lembrando que para se constituir, o Estado deve reunir três características fundamentais: população, território, e governo, este último considerado a autoridade soberana (RAFFESTIN, 1993).

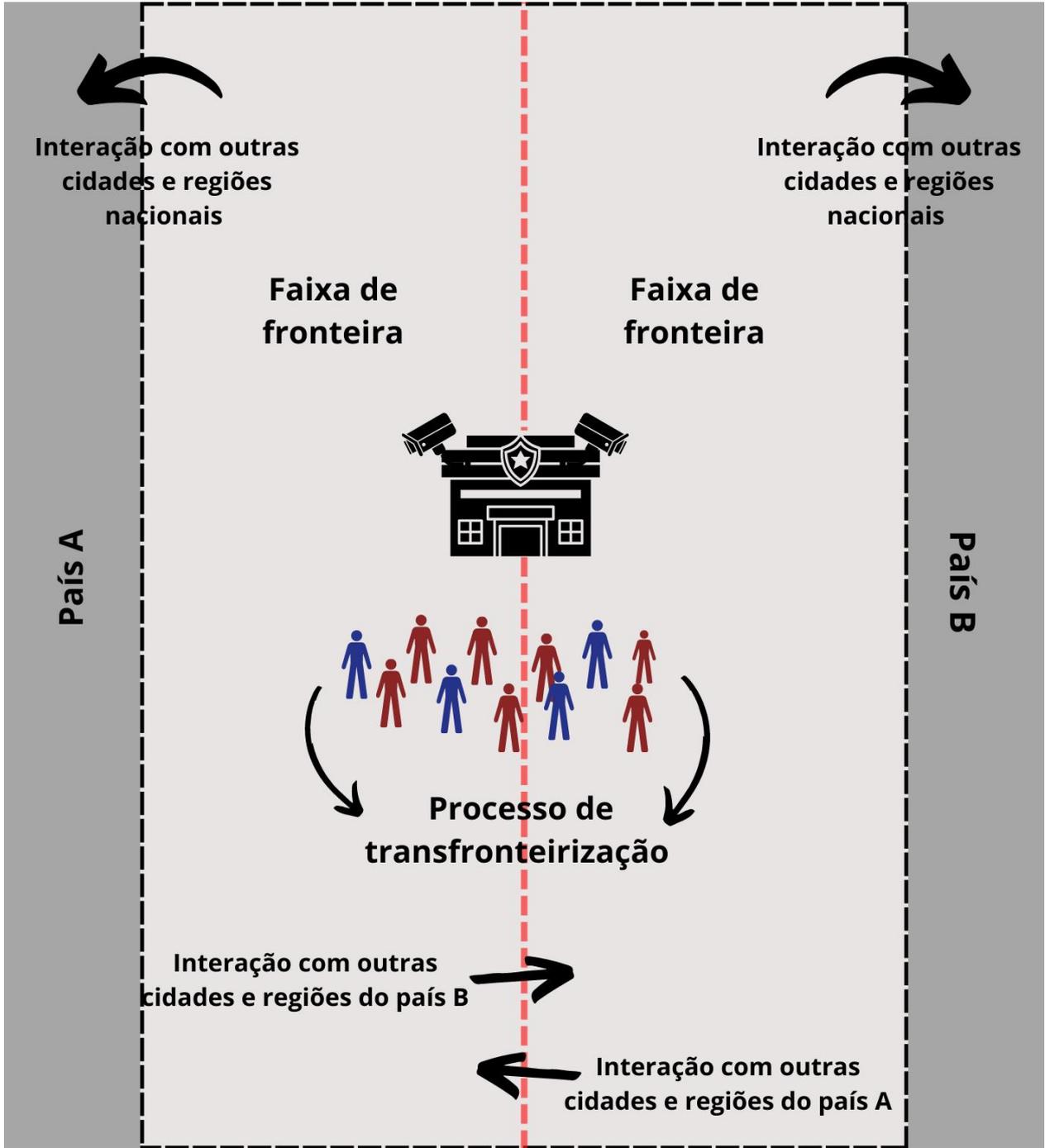
Para Foucher (1991) *apud* Ferrari (2014), as fronteiras no âmbito da formação territorial do Estado moderno aparecem como estruturas espaciais elementares, de modo linear, com uma função de ruptura ou descontinuidade geopolítica, tendo como finalidade não só separar o espaço (limite visível ou não), bem como o tempo das histórias, sociedades, economias, culturas, línguas, entre outros. É por isso que as fronteiras são mais do que linhas artificiais que definem o que está enquadrado daquilo que não está enquadrado, é onde o nada se torna um objeto, incluindo as relações sociais, políticas, econômicas entre outras, aliás é nesta ocasião que o poder se manifesta, ou seja, através de um processo de intercâmbio e/ou comunicação entre dois ou mais países, criando aquilo a que Raffestin chama de campo de poder.

Entende-se que a interação entre os habitantes de uma determinada zona fronteiriça (dividida em duas ou mais faixas fronteiriças) entre dois ou mais países é inevitável,

bem como entre Estados, que estabelecem acordos bi e multilaterais, construindo bases jurídicas para promover uma maior integração econômica e social, uma vez que, de fato, não há território sem sujeitos, de acordo com Souza e Gemelli (2011, p. 104), “todo o território se faz por meio dos sujeitos sociais. É preciso identificar as territorialidades que subjazem aos territórios”. É fundamental abordar que este processo de cooperação procura melhorar as habituais relações interestatais, e é frequentemente usufruído por grupos e organizações criminosas que tiram vantagem dos fluxos de mercadorias e pessoas.

No entanto, não podemos defender plenamente esta lógica, pois transmite a impressão de que vivemos livremente num "mundo sem fronteiras". De acordo com Gonçalves (2004), é na lógica capitalista que a fronteira é negada, uma vez que o capital quer fluir através do mundo sem fronteiras. Assim, o capital não só produz espaço em geral, mas também produz as próprias escalas espaciais que dão coerência ao desenvolvimento desigual, dado que elevou a sua capacidade de ser transescalar em benefício próprio, ou seja, a de lucro rápido e sem restrições (SMITH, 1988). Estas ligações e/ou fluxos entre diferentes atores e escalas (regional, nacional e global) fazem parte do chamado “processo de transfronteirização” (RUCKERT, DIETZ, 2019). A seguir, elaborou-se um esquema para esclarecimento dos termos abordados.

Figura 1 – Interações na Zona fronteiriça



Posto de fronteira



Limite internacional



Zona fronteiriça



Habitante do país B

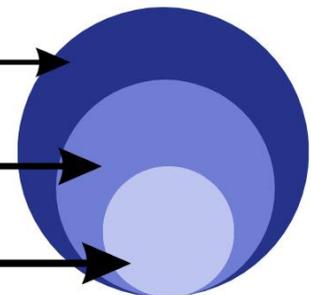


Habitante do país A

Escala Global

Escala Nacional

Escala Regional



Fonte: Elaboração própria de acordo com a análise feita.

Através da contextualização de fronteira, podemos retornar para o nosso principal foco deste tópico: As redes do narcotráfico, que inclui, de acordo com Norberto Emmerich (2015), cinco mercados: o mercado de produção, o mercado de trânsito, os produtos químicos precursores, lavagem de dinheiro e o mercado de consumo. A cadeia produtiva deste “serviço” inicia-se a partir da aquisição de insumos, que podem ser importados ou transportados, no qual, normalmente, a cadeia produtiva é continuada próxima do local onde o cultivo ocorre. Este, por sua vez, é efetivado por camponeses e trabalhadores rurais informais, em condições por vezes de trabalho escravo.

Assim, por meio dos insumos, as drogas ilegais são produzidas e enviadas para os narcotraficantes, locais ou/e globais (SOUZA; SILVA, 2018). Emmerich (2015) destaca uma das características do mercado de produção: controle militar do território (nas mãos da guerrilha ou por forças militares) que impede a redução significativa das colheitas, ou seja, trata-se de atores, estatais ou não, que controlam o processo de produção, dominando o território. Relembrando que um Estado que carece de formas permanentes de integração e penetração territorial é um Estado frágil, falido.

Já o mercado de trânsito, o mais fluido de todos, é subdividido em três tipos: trânsito de dinheiro, trânsito para produtores e trânsito para consumidores externos ou/e internos. No que respeita aos precursores químicos, um país (ou mais) é identificado como responsável pelo fornecimento dos precursores necessários para o fabrico de drogas ilícitas. De acordo com Emmerich (2015), existem atributos decisivos que favorecem um país no abastecimento de tais produtos: a sua localização geográfica, especialmente se partilha uma fronteira com um ou mais países produtores; uma infraestrutura e meios de transporte que permitem a expedição de grandes quantidades de drogas para fora do país; e a colaboração de organizações estatais.

É neste sentido, que introduzimos o quarto aspecto, lavagem de dinheiro. Refere-se a um mercado frequentemente mencionado e menos punível, as suas características são: Sem restrições geográficas, pois os lavadores podem enviar dinheiro para e de qualquer parte do mundo, onde é necessário haver um sistema financeiro/bancário desenvolvido com leis de investimento permissivas e fortes regras de confidencialidade e de proteção do sigilo bancário (EMMERICH, 2015).

Este mercado (lavagem de dinheiro) é encontrado em todas as etapas da cadeia produtiva do narcotráfico, pois é preciso corromper continuamente as ações do Estado para repressão deste negócio-industrial-lucrativo, e isto é feito com a realização de pagamentos aos agentes estatais. Segundo Souza e Silva (2018, p. 229), “a lavagem de dinheiro é uma prática utilizada para formalizar os ganhos do negócio ilegal. Em outras palavras, “limpa-se” um dinheiro “sujo” associando-o com outros negócios formais”. Por fim,

o mercado de consumo: Surge como uma consequência do trânsito de drogas, em países com uma grande extensão geográfica ou com áreas isoladas e de difícil acesso, com uma notória incapacidade de controle por parte das autoridades estatais.

O controle territorial é de importância primordial, um aspecto típico dos mercados de consumo, em que, para dominar o território, são exercidos níveis elevados de crime predatório, um tipo especial de crime violento que não exerce o poder no sentido político do termo, mas sim "presas" no território, eliminando os concorrentes. Não procura a obediência, procura a extinção do inimigo. O controle territorial é frequentemente efetuado em cumplicidade com as autoridades policiais, judiciais e políticas da área, e é exatamente por isso que o território é controlado pelo narcotráfico, já que o sofre de uma síndrome de abandono de autoridade e legalidade, é uma espécie de "zona sem lei" ou "zona não governada" (EMMERICH, 2015).

**Figura 2 – Redes do narcotráfico**



**Fonte:** Elaboração própria de acordo com a análise feita.

A análise das redes do narcotráfico nos permitiu perceber a complexidade dos processos produtivos deste negócio, desde a obtenção dos insumos até o consumo, proporcionando também uma melhor compreensão das relações de interdependência entre os atores e agentes envolvidos: forças militares; trabalhadores informais; Estado; organizações estatais; atores hegemônicos, entre outros. Compreende-se, então, que a estrutura do narcotráfico depende da criação, ativação, articulação, evolução e eventual destruição

de vínculos sociais que criam as condições necessárias para uma série de transações sociais entre os indivíduos envolvidos.

Além disso, percebeu-se que na divisão do trabalho no tráfico de drogas em escala global, é dividido em duas partes: países periféricos, vistos como produtores (commodities); e países centrais, que são consumidores (que internalizam as commodities, as refinam, as industrializam e as vendem em seus mercados consumidores, muitas vezes legalmente) a fim de atender os endinheirados. É o que Misha Glenny (2018) chama de o “planeta McMafia”, que destaca a conexão íntima dos negócios ilegais, como o narcotráfico, com o mundo das finanças, políticas e leis, onde o capital produzido por esta atividade vem de múltiplas fontes e é explicitamente criminoso, financiando cada vez mais empresas legais em uma escala cada vez maior. Esta discussão será analisada de forma mais detalhada no próximo capítulo, ao examinar o narcotráfico na América do Sul.

López e Segura (2018), propõem como hipótese que estas redes sejam geralmente constituídas por dois subconjuntos: o primeiro apoia o funcionamento de todas as atividades de produção, distribuição e marketing de bens; o segundo subconjunto sustenta todas as atividades de segurança e corrupção que procuram a sobrevivência da organização e garantem o funcionamento da cadeia de produção fora da lei. Assim, neste tópico, introduziu-se várias problemáticas da pesquisa, no qual, para dar continuidade ao estudo, os próximos tópicos foram elaborados para esclarecer alguns conceitos, sobretudo, no âmbito da Geografia, são eles: Globalização; Mundialização; Internacionalização; Espaço Geográfico; Território, entre outros.

## 1.2. GLOBALIZAÇÃO, MUNDIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

A fim de conduzir considerações teóricas sobre os seguintes termos: Globalização, Mundialização e Internacionalização, percebeu-se a necessidade de investigar certos aspectos históricos que implicaram acontecimentos conflituosos de expansão e reprodução do capitalismo como modo produtivo, proporcionando a interpretação dos processos sociais no espaço geográfico e do processo de apropriação e territorialização dos poderes hegemônicos (SAQUET, 1998). Além disso, o objetivo dessa análise é justificar a determinação do fenômeno da globalização na explicação da dinâmica do narcotráfico e, para isso, é fundamental compreendermos o conteúdo ideológico com o qual o conceito foi moldado.

Inicia-se a pesquisa a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde os Estados Unidos buscavam impor-se como uma potência mundial, beneficiando-se da guerra e de outros meios financeiros. Isso pode ser visto um ano antes do fim da hostilidade, através da Conferência Internacional de Bretton Woods, realizada em julho de

1944, com o propósito de promover a cooperação internacional e assegurar o financiamento de países com problemas econômicos por meio das seguintes instituições: Organização Mundial do comércio (OMC), sucessora do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT); o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (MARQUES, 2017). Esta última estava estreitamente vinculada a uma estratégia destinada a analisar a situação econômica dos Estados envolvidos no conflito.

É importante salientar que, no final da guerra, a Europa enfrentava uma verdadeira devastação, sobretudo na esfera econômica. Assim, com a ajuda financeira dos EUA, foi possível a reconstrução e a recuperação dos seus aliados europeus, procedendo estrategicamente com a constituição do Plano Marshall em 1947. A União Soviética poderia ter usufruído do Programa, mas recusou, alegando que se tratava de uma medida de dominação econômica e política. Anos mais tarde, em 1949, a URSS, através do seu representante Stalin, fundou o Conselho de Ajuda Econômica Mútua (COMECON), que apresentava funções semelhantes às do FMI (MARQUES, 2017).

Em termos de impacto regional, esse contexto pós-guerra significou a inserção do Brasil e do Paraguai no âmbito de um projeto nacional desenvolvimentismo (1946 - 1964), já que durante o conflito, a comercialização com a Europa era quase impossível, e isto só se alterou com a aplicação do Plano Marshall, que reeditou a divisão internacional do trabalho na qual a América Latina desempenhou mais uma vez um papel secundário (RACS; SZILÁGYI, 2016). Este período histórico só foi propício para a economia latino-americana na medida em que os seus produtos primários proporcionaram o acesso aos mercados dos países devastados pela guerra.

Compreende-se que a ideia da hegemonia imperialista era, por um lado, oferecer condições concretas para a recuperação da Europa, principalmente nos setores agrícola e industrial, o que acabou por prejudicar o desenvolvimento das exportações latino-americanas; por outro lado, prometer ajuda ao mundo subdesenvolvido para que se desenvolvesse, e isto seria feito com base nos seus conhecimentos tecnológicos (TOTA, 2017; RACS; SZILÁGYI, 2016). Isso é nítido no longo discurso de Harry S. Truman<sup>7</sup> em 20 de janeiro de 1949, que foi uma referência importante da geopolítica estadunidense para a região sul. Resumindo a sua declaração:

(...) devemos embarcar em um novo programa ousado para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas do mundo está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Eles são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles quanto para as áreas mais prósperas (...)

---

<sup>7</sup> Foi o 33º presidente dos Estados Unidos, tendo servido entre 1945 e 1953.

pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos nos dar ao luxo de utilizar para a assistência de outros povos são limitados. Mas nossos imponderáveis recursos em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis (...) O velho imperialismo -- exploração para lucro estrangeiro -- não tem lugar em nossos planos (American Rhetoric, 2017, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Com a tal afirmação: “o velho imperialismo (exploração para o lucro estrangeiro) não tem lugar nos nossos planos”, a América Latina começou a adotar um modelo de desenvolvimento industrial chamado de “substituição de importações”, executado com facilidade devido ao fato de as zonas de acumulação estarem temporariamente limitadas aos EUA, Europa e Japão, ou seja, tratava-se de uma transferência de capital líquido e maquinaria para o Norte (FERREIRA, 1990). Este processo foi implementado durante muito tempo, todavia, a verdade é que não passava de uma ilusão desenvolvimentista.

No Brasil não foi diferente, especialmente após o regresso de Vargas<sup>9</sup>, quando está problemática do projeto nacional-desenvolvimentista (caracterizado pelo populismo político durante o período de 1946 a 1964) passou a manifestar-se de forma mais rigorosa, materializado nas exportações tradicionais e na substituição das importações de consumidores industriais, assim como de certos bens de consumo e de capital duradouros. De fato, o país teve uma enorme potencialidade importadora, investindo em segmentos estratégicos e em grandes projetos como: Petrobrás; Eletrobrás; construção de estradas (transporte); inauguração da capital federal Brasília e a adoção de políticas trabalhistas. Mas, em certa medida, serviu os interesses imperialistas (CRUZ, 2008; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2005).

A estratégia de desenvolvimento do Paraguai, por sua vez, baseou-se em três pilares: “a exportação de commodities agrícola, a venda de energia elétrica para os vizinhos (Brasil e Argentina) e o comércio de reexportação ou de triangulação (COSTA; OLIVEIRA, 2019, p. 5)”. Durante o século XX, houve uma aproximação do regime ditatorial paraguaio de Alfredo Stroessner à Ditadura Militar no Brasil, sendo marcada pela

---

<sup>8</sup> No original: (...) we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas (...) For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among the nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible (...) The old imperialism -- exploitation for foreign profit -- has no place in our plans (American Rhetoric, 2017).

<sup>9</sup> Getúlio Vargas (1882-1954) foi presidente do Brasil por quase vinte anos, onde os seus mandatos estão divididos da seguinte forma: 1º 3 de novembro de 1930 – 29 de outubro de 1945; 2º 31 de janeiro de 1951 – 24 de agosto de 1954.

construção da Ponte da Amizade Internacional (1959-1965) e pela assinatura do Tratado de Itaipu (1973), proporcionando ao Paraguai a abertura de novas vias de comunicação não só com o Brasil, mas também com outros países. Além disso, esta ligação entre os dois Estados tornou-se possível, por exemplo, a expansão da agricultura empresarial de soja pelos brasileiros que se deslocaram para o Paraguai (os "brasiguaios") e a intensificação do comércio de triangulação ou reexportação de produtos provenientes da China, revelando, ao mesmo tempo, a dependência da economia paraguaia em relação ao mercado brasileiro.

Tendo em consideração esta abordagem. Tanto o Brasil como o Paraguai, além de outros países da América Latina, viram no regionalismo uma oportunidade eficiente para expandir mercados, com a intenção de diminuir a dependência em relação à América do Norte após os prejuízos sofridos pela guerra (RACS; SZILÁGYI, 2016). Não é por acaso que, em 1960, foi fundada a Associação Latino-americana de Comércio Livre (ALALC)<sup>10</sup> como a primeira organização de integração comercial com o objetivo acima proposto. No entanto, com a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)<sup>11</sup> em 1980, a ALALC chegou ao fim, implicando assim a sua substituição. É importante salientar que durante esses vinte anos aconteceram várias mudanças políticas e econômicas, tais como golpes e crises militares, sendo que no período militarista (1964-1989), o papel das ditaduras foi de desmantelamento e privatização do setor público, e a expansão das empresas multinacionais na indústria nacional (RACS; SZILÁGYI, 2016).

Voltando a analisar as sequências das ações políticas pós-guerra em escala mundial, verificou-se uma aceleração, ao mesmo tempo, no processo de mundialização da economia, tal como o crescimento dos chamados Tigres Asiáticos, a partir dos anos 1970, e a reunificação da Alemanha com a queda do Muro de Berlim em 1989; e na formação dos blocos econômicos. De acordo com Saquet (1998), foi dado o primeiro passo neste sentido em 1957 com o Tratado de Roma e a concretização concomitante do Mercado Comum Europeu. Em 1991 ocorreu a dissolução da URSS e a formação subsequente da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Nesse mesmo ano, com o Tratado de Assunção, estabeleceu-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Já em 1994, foi formado o Acordo de livre-comércio da América do Norte (NAFTA).

Dando continuidade a restauração econômica dos países europeus após a guerra, aborda-se o caso da Alemanha, que na condição de derrotada foi dividida em quatro zonas sob a responsabilidade dos Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra.

---

<sup>10</sup> Os seguintes representantes assinaram o documento principal da organização, denominado Tratado de Montevideu: Argentina, Brasil, Bolívia (em 1967), Chile, Colômbia (em 1961), Equador (em 1962), México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (1966).

<sup>11</sup> O bloco econômico abrange 13 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Cuba, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela

Trata-se de um sistema que conduziu o país a ser cenário de um dos maiores eventos globais, devido ao fato das disputas contenciosas e crescentes entre os EUA e a URSS terem provocado a divisão da Alemanha em duas partes com diferentes sistemas de domínio (socialismo e capitalismo), onde o principal símbolo dessas divergências foi a construção de um muro na cidade de Berlim, em 1961 (MARQUES, 2017). Por um lado, foi designada de Alemanha Oriental (República Democrática da Alemanha), liderada pela União Soviética; por outro, de Alemanha Ocidental (República Federal da Alemanha), sob a liderança dos Estados Unidos.

Para Marques (2017), esta divisão não foi apenas à escala local, pois o seu impacto adquiriu dimensões globais, resultando na repartição do mundo entre essas duas potências que tentavam constantemente impor influência e presença nas suas respectivas áreas de dominação. Essas intransigências geraram um conflito que ficou conhecido como Guerra Fria (1947-1991). Embora não tenha tido um confronto direto e armado, aquele mundo “bipolar” caracterizou-se por grandes investimentos armamentistas e em pesquisas espaciais, e por disputas entre comunistas e capitalistas. São fenômenos que estruturaram geopoliticamente uma nova ordem mundial fortemente associada ao movimento de reprodução do capital, que moldou a cunhagem e o uso do termo globalização, uma vez que ocorreram mudanças em diferentes cenários políticos, sociais, culturais, jurídicos e, sobretudo, econômicos (SAQUET, 1998; MARQUES, 2017).

Assim, com o fim da Guerra Fria, forma-se uma nova agenda geopolítica com temas inéditos, na qual, segundo Biagi (2001), antes os EUA recorriam a intervenções e golpes para estabelecer a sua hegemonia, agora usam a lógica do mercado e das bolsas de valores, já que o inimigo não é mais o socialismo. Portanto, os Estados Unidos arranjaram uma nova justificativa, garantindo, dessa forma, o seu poder hegemônico através da globalização, forçando os demais países a aderirem a um modelo de acordo com as suas regras e interesses imperialistas. Refere-se a um processo de reintegração dos mercados financeiros que, após os acontecimentos acima referidos, tinham sido segmentados e regulamentados nacionalmente, “num mercado global único e amplamente desregulado” (ARRIGHI, 2003, p. 14). Na sua análise sobre a manutenção hegemônica, George Friedman (2009, p. 165) elabora vários cenários do sistema internacional, dando privilégio ao mercado estadunidense:

O mercado americano, ainda enorme, será um enorme consumidor de produtos japoneses e, em menor grau, turcos, e os Estados Unidos também continuarão sendo a principal fonte de novas tecnologias. Sair do mercado americano ou das tecnologias seria, no mínimo, doloroso. Os Estados Unidos usarão estas alavancas contra ambos os países. Impedirá a exportação de algumas tecnologias, particularmente aquelas com aplicações militares potenciais, e limitará a importação de alguns produtos

desses países (FRIEDMAN, 2009, p. 165, tradução nossa).<sup>12</sup>

No entanto, esse modelo chegou à exaustão devido a diversos fatores, entre eles: o duplo fracasso da guerra no Iraque, a qual possui uma associação com a designada "síndrome do Vietname", em que mesmo derrotando a União Soviética e interferindo na primeira Guerra do Golfo, não se conseguiu remediar a referida "síndrome", uma vez que a primeira se assentava na capacidade financeira norte-americana superior, não se devendo à sua força militar, e a segunda, em virtude de Saddam Hussein não ter sido deposto do poder; e o segundo motivo pela qual a hegemonia dos EUA foi desvendada pela adoção do Projeto para o Novo Século Norte–Americano como reação aos eventos de 11 de setembro de 2001, forçando o rompimento com a década de 90 (ARRIGHI, 1994; ALCOFORADO, 2010). Estes acontecimentos proporcionaram, por um lado, a "ascensão pacífica" da economia chinesa, que gradualmente, respeitando o "curso natural das coisas", emergiu como uma potência mundial e líder do renascimento econômico oriental (resultante da sua formação socioespacial). E por outro lado, a procura norte-americana de proteger a sua economia, o seu mercado, e as suas empresas, tanto quanto possível.

Prosseguindo com a nova agenda da geopolítica estadunidense, fundamentada no poder militar para garantir estabilidade e centralidade econômica e política a escala mundial; para além do terrorismo e dos movimentos nacionalistas no Oriente Médio e nas demais regiões, entre os novos assuntos que passam a ser discutidos está o tráfico de drogas nas fronteiras. Ao citar Beck (1999), Norberto Emmerich (2015) afirma que as regiões fronteiriças já não podem funcionar tão eficientemente como os "contentores" de poder, pois na globalização, bens, tecnologias, pessoas, serviços, mercadorias e informações atravessem as fronteiras como se não existissem. No entanto, esse discurso de "fim das fronteiras" é totalmente contraditório ao período atual, que introduz uma ideia de um mundo interconectado e interdependente, devido às evoluções dos meios de transportes e de comunicações, mas, ao mesmo tempo, desde a emergência dessa ideologia, testemunhou-se a criação de novas fronteiras, intensamente militarizadas e monitoradas, evidenciando o fato de que a transnacionalização serviu apenas o mercado, permitindo a internacionalização do capital.

Isso afetará também a política externa, que acabou se tornando essencialmente

---

<sup>12</sup> No original: The American market, still huge, will be an enormous consumer of Japanese and, to a lesser extent, Turkish products, and the United States will also remain the major source of new technologies. Getting cut out of the American market or technologies would be painful, to say the least. The United States will use these levers against both countries. It will stop the exportation of some technologies, particularly those with potential military applications, and limit the importation of some products from these countries (FRIEDMAN, 2009, p. 165).

multilateral, constituindo uma nova noção de segurança global e coletiva que surgiu pela primeira vez com a Guerra do Golfo em 1991, envolvendo uma relação simbiótica entre as forças militares mais capazes (EUA e Reino Unido) e os financiadores das operações (Japão e Alemanha) (CASTELLS, 2004). São alianças militares de dominação que buscam o policiamento em conjunto contra ameaças imprevisíveis ao sistema, gerando uma relação de poder regional, local ou/e global, uma vez que essas alianças de poder possuem diferentes funções e mecanismos para manter em equilíbrio os seus interesses em diferentes proporções, dimensões e territórios.

Compreende-se, então, que a partir dos acontecimentos globais e históricos investigados desde a Segunda Guerra Mundial, foram tomadas várias medidas econômicas conduzidas por atores hegemônicos e corporações transnacionais associadas ou não ao Estado-nação. O termo globalização foi introduzido para justificar “a mudança do sistema global vigente para outro sistema descentralizado e controlado pelo mercado” (MARQUES, 2017, p. 19). Isso significa que a ideologia que fermentava à época se focalizou em resolver questões no âmbito da economia. No entanto, antes de explicarmos o conceito de acordo com o pensamento de Milton Santos, que aborda três faces da globalização para caracterizar o momento atual, pretende-se entender a concepção de mundialização e internacionalização.

O fenômeno da mundialização é antigo, mas as suas modalidades de existência se alteraram ao decorrer dos anos, onde, segundo Paiva (1998), em um determinado momento foi percebida por meio de objetivos implementados pelas grandes nações, tais como a consolidação de impérios, a expansão dos limites fronteiriços e a ampliação territorial. No período atual, “a mundialização engloba, ao mesmo tempo, a dimensão das trocas de bens e serviços, a dimensão dos investimentos diretos no exterior e a dimensão da circulação dos capitais financeiros” (MICHALET, 2003, p. 21). Todavia, se pensarmos dessa forma, a mundialização seria simplesmente resultante da globalização.

Mas alguns pesquisadores diferenciam os dois processos através do campo cultural, em que destaca-se Renato Ortiz (1994), que desenvolve a sua análise para além das questões econômicas. Seguindo a linha de pensamento do autor, seria mais convincente compreender a mundialização como processo e totalidade que envolve um conjunto de manifestações culturais, reproduzindo-se e desfazendo-se, como toda sociedade, no contexto de disputas e ambições partilhadas por diferentes organizações sociais: comunidades, etnias e nações. Para existir, deve se localizar, enraizando-se nos costumes, práticas e hábitos cotidianos dos indivíduos, provocando mudanças no nosso modo de vida.

Sendo assim, enquanto na globalização discute-se sobre os processos econômicos

e tecnológicos; na mundialização o que se salienta são as questões culturais. No entanto, isso não significa que as inovações tecnológicas não possuem uma influência capital na mundialização da cultura, pelo contrário, uma vez que fornecem infraestruturas para a sua concretização, de acordo com Ortiz (1994), computadores e satélites tornaram possível a comunicação à distância, beneficiando o desenvolvimento de cadeias televisivas planetárias e firmas globais. Diante disso, percebe-se que há uma independência no sistema técnico existente, ou seja, os meios de comunicação estão articulados a um único fluxo.

Em razão disso, o movimento da mundialização segue o caminho da desterritorialização, constituindo um espaço que precisa se “localizar” com a presença de objetos mundializados (ORTIZ, 1994). Isso significa que é necessário detectar o fenômeno por meio de seus sinais exteriores, já que não é sustentado exclusivamente pelos avanços tecnológicos, mas também por objetos compartilhados em grande escala, que compõem a nossa paisagem. “As corporações transnacionais, com seus produtos mundializados e suas marcas facilmente identificáveis, balizam o espaço mundial. Biscoitos Nabisco, iogurte Danone, chocolate Nestlé, cerveja Budweiser, tênis Reebok mapeiam nossa familiaridade” (ORTIZ, 1994, p. 107).

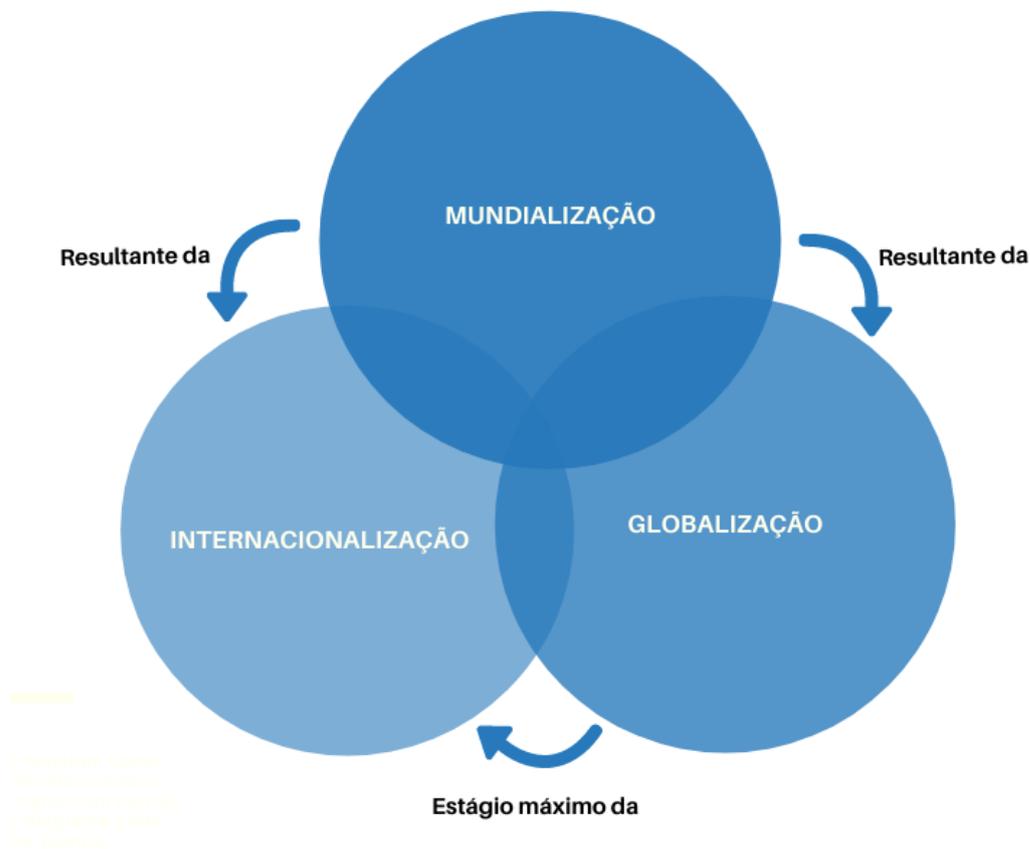
Quanto à internacionalização, o conceito é aplicado em diversas áreas e deve ser interpretado como as consequências das trocas políticas, econômicas, culturais, que se dão entre diferentes nações ao redor do mundo, controladas por governos, corporações globais (produzem bens padronizados para todos os mercados) e multinacionais (produzem bens sob medida para os mercados nacionais) (TEDLOW; ABDELAL, 2003). Trata-se de um processo de comercialização de produtos ou/e serviços de uma determinada empresa fora do seu mercado local, ou seja, direcionado para o mercado externo, aumentando assim o número de transações através das fronteiras (HARRIS; WHEELER, 2005).

Jane Knight (2003) aborda três dimensões que se complementam e, em conjunto, contribuem para a explicação da internacionalização, são eles: internacional, intercultural e global. Internacional é usado no sentido das relações entre nações ou Estados; a interculturalidade é para citar a diversidade cultural dos países, comunidades e instituições; e finalmente, a global, um termo controverso e carregado de valores nos dias atuais, está incluído para dar a sensação de alcance planetário (escala). Para distinguir a internacionalização da globalização, recorreremos a Haesbaert e Limonad (2007), onde afirmam que a diferença entre ambos os conceitos é de caráter qualitativo.

Por um lado, a primeira diz respeito à expansão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais e, portanto, não se trata de um fenômeno

novo. A globalização, por outro lado, é uma forma mais complexa e avançada da internacionalização, representando um certo nível de integração funcional entre as ações capitalistas introduzidas na esfera da economia em escala global e um aumento acentuado dos fluxos de capital financeiro de ordem volátil ou fictício (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Isso significa que a globalização configura o estágio supremo da internacionalização, isto é, da ampliação do “sistema-mundo” em todos os lugares - indivíduos, com maior ou menor intensidade (SANTOS, 1996a).

**Figura 3** – Resumo da contextualização dos conceitos: Globalização, mundialização e internacionalização.



**Fonte:** Elaboração própria de acordo com a análise feita.

A partir da Figura 3, pode-se concluir que a globalização é o ápice da internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2003). A escolha do termo para tratarmos o narcotráfico reside no pressuposto de que o negócio lucrativo envolve atores políticos, ou seja, o próprio Estado. De acordo com Norberto Emmerich (2015), na perspectiva globalizante, o narcotráfico é um resultado inevitável da expansão do capitalismo global, que atua como agente “estrangeiro”, onde o Estado é forçado a desregulamentar uma grande parte da atividade econômica a fim de moderar as consequências deste comportamento, visto que se aproveita das possibilidades da

circulação livre das mercadorias nas fronteiras, adquirindo um caráter transnacional.

Estamos num período histórico que registrou um progresso extraordinário em conhecimento e realizações científicas, técnicas e informacionais, definindo a constituição e a recriação dos lugares. Essa interação entre a técnica e a ciência se dá sob a égide do mercado que se torna global graças a essa união (SANTOS, 1996a). Para que possam funcionar em conjunto, há uma exigência de fluidez que ordena a redução das fronteiras e a melhoria dos transportes e comunicações no sentido de remover os obstáculos à circulação de dinheiro, facilitando a sua operação em tempo real como unidade em nível internacional.

Compreende-se, que esse novo espaço está disposto para ocorrência dos fluxos hegemônicos, que afirmam a soberania do Mercado com a colaboração do Estado. A globalização pode, portanto, ser definida como a intensificação das relações sociais, econômicas e políticas mundialmente, ligando lugares distantes de tal forma que os acontecimentos locais são condicionados pelos que sucedem a muitos quilômetros de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991). Lembrando que a escala global atinge a sua expressão máxima por meio das grandes corporações transnacionais e organizações multinacionais (GONÇALVES, 2006). No entanto, isso acontece de modo heterogêneo, seletivo, hierárquico e desigual, pois cada lugar é tocado diferentemente pelo processo da globalização, que se sustenta com o discurso de um mundo “sem fronteiras”.

Para entendermos melhor essas controversas da globalização, Milton Santos (2003, p.9), admite a existência de três mundos num só; “o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização”. A maioria considera a globalização como fábula e perversidade: fábula, porque edifica como verdade uma série de fantasias, cuja repetição se torna uma matéria sólida aparentemente, onde a máquina ideológica que sustenta as suas ações é construída sobre mitos como, por exemplo, a capacidade do mercado de homogeneizar o planeta quando, na realidade, as diferenças locais são agravadas (SANTOS, 2003; 1996 b).

Perversidade, pois age como fábrica da evolução negativa da humanidade, devido à aderência desenfreada aos comportamentos competitivos que caracterizam as ações hegemônicas. Neste mundo, encontramos formas concretas dominantes de concretização da globalidade, como o vício, a violência, o empobrecimento moral, material e cultural; aumento do desemprego, da pobreza e da fome (SANTOS, 2003). O que se tem buscado não é a união, mas antes a unificação (SANTOS, 1996 b). O Estado, neste sentido, tem um papel essencial a desempenhar, uma vez que a estrutura política é constantemente infiltrada por ligações criminosas, principalmente através da corrupção e do financiamento

ilegal de certas atividades, como é o caso do narcotráfico (CASTELLS, 2004).

Aqui está mais uma perspectiva sobre globalização de acordo com o pensamento de Manuel Castells (2002), no qual afirma que os mercados globais de bens e serviços estão se tornando cada vez mais globalizados. As unidades de comércio são as empresas e redes de empresas, em vez de países, ou seja, as empresas, independentemente do tamanho, buscam comercializar em todo o mundo, diretamente ou por meio de conexões com redes globais. É fundamental ressaltar que a economia global foi constituída politicamente, apesar das tecnologias de informações serem a fonte das tendências globalizadoras, não teria evoluído por si só.

O mesmo continua com esta perspectiva com a seguinte percepção, de que a economia global foi impulsionada por políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e investimentos implementados pelos governos e instituições econômicas internacionais. Além do mais, segundo Castells (2002), a globalização estimula a regionalização. Estudos mostram que a internacionalização das atividades econômicas tornou as regiões mais dependentes dessas atividades. Portanto, as regiões se estruturaram para competir na economia global, estabelecendo redes de cooperação entre instituições regionais e empresas locais. Isso significa que as regiões e localidades não desaparecem, mas se integram às redes internacionais que conectam seus setores mais dinâmicos.

Todavia, a presença do tráfico de drogas e o seu impacto na política não é algo inédito, mas a sua ligação com o crime organizado globalmente e o seu condicionamento das relações internacionais é novo devido à escala e o dinamismo da economia transnacional (CASTELLS, 2002). O narcotráfico, então, se estende por boa parte do mundo, em que cada espaço geográfico, lugar, região e território adquire uma função para concretização deste negócio que está interligada aos mercados financeiros mundiais, que operam como fluxos chaves para estimular ou desestabilizar economias nacionais, situando os países envolvidos numa conjuntura hierárquica de poder.

### 1.3. ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO

Considerados os principais conceitos da geografia, visto que se referem às ações do homem sobre a superfície terrestre. Procura-se neste tópico contextualizar os seguintes termos: Espaço Geográfico e Território, com o intuito de distingui-los. De acordo com Corrêa (2000), ao longo dos anos, o espaço geográfico foi concebido de várias maneiras, estando por vezes ligado a uma porção específica da terra identificada seja pela natureza, seja pelo modo em que o homem aí deixou as suas marcas, ou como referência à locali-

zação. Além de estar associado interdisciplinarmente a diferentes escalas, globais, continentais, regionais, da comunidade, do bairro, da rua e da casa.

Diante disso, para aprofundarmos sobre as diferentes expressões de Espaço, aborda-se as várias correntes do pensamento geográfico a fim de obter a definição principal do conceito, isto é, a escolhida para elaboração da pesquisa e, conseqüentemente, proceder à análise da concepção de território. Iniciamos com a corrente da Geografia Tradicional ou Clássica, que se estendeu de 1870 até a década de 1950, influenciada por três matrizes filosóficas: O positivismo, típico da Escola Alemã de Geografia, que teve como principal pensador Friedrich Ratzel (1844-1904), o determinista que enfatizou a noção de Território; o historicismo da Escola Francesa, que surgiu como contraponto ao determinismo, tendo Vidal De La Blache (1845-1918) como o possibilista que destacou nos seus estudos o conceito de Paisagem; por fim, o neokantismo, que caracterizou a Escola Anglo-saxônica, com o regionalismo do Richard Hartshorne (1899-1992) (CORRÊA, 2000; QUEIROZ, 2014).

Nota-se, então, que nesta corrente geográfica, Território, Paisagem e Região foram tratados de forma preferencial, ou seja, os geógrafos da época não consideravam o espaço como um conceito chave para os seus estudos. No entanto, segundo Corrêa (2000), o termo aparece implicitamente nas obras de Ratzel e Hartshorne. Conhecido como o “pai da geopolítica”, o Espaço Geográfico na concepção de Ratzel era visto como uma base indispensável para a vida humana, abrangendo as condições de trabalho, sejam elas naturais ou socialmente produzidas, tornando a dominação do espaço um elemento essencial na história do homem (CORRÊA, 2000). A partir disso, o geógrafo alemão dá início à sua investigação, desenvolvendo duas noções significativas no seu livro “*Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*”, publicado em 1882: Território e Espaço Vital (MORAES, 2009).

É importante abordar que Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo das influências (fisiológicas e psicológicas) exercidas pelas condições naturais sobre os indivíduos, e conseqüentemente, sobre a sociedade (MORAES, 2009). Uma perspectiva baseada nas teorias de Darwin e Lamarck sobre a evolução dos organismos, afirmando que se adaptam de acordo com o meio onde estão inseridos, em que são eventualmente modificados por ele.

Assim, o Território no pensamento ratzeliano aparece como um processo de apropriação de uma porção do espaço por um grupo, no qual este ato de dominação é visto como uma forma de luta pela sobrevivência, revelando a necessidade do homem de adquirir os recursos da natureza. É por este motivo que a sociedade cria o Estado, no qual a perda de território seria uma prova da decadência de uma sociedade, ou seja, o progres-

so (uso máximo dos recursos do meio) exige um esforço emergente de conquistar novas áreas (MORAES, 2009). Para justificar essas colocações, Ratzel elabora a concepção de Espaço Vital: “este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais” (MORAES, 2009, p. 70).

Em outras palavras, o Território constituiria as condições de existência de uma sociedade, que precisa ampliar a sua área para o seu progresso, isto é, conquistar outros territórios, evidenciando assim um estudo fortemente vinculado ao determinismo geográfico, lembrando que o conceito foi desenvolvido para atender um projeto imperial alemão, onde a expansão territorial é encarada como algo natural e inevitável numa sociedade que progride (POLON, 2016; SOUZA, 2005). Entende-se que, através da política, o espaço se transforma em território. Esta formulação da Geopolítica (domínio dos territórios referindo-se à ação do Estado sobre o Espaço) acabou servindo não apenas para fins acadêmicos, mas também para a expansão do nazismo mais tarde.

Hartshorne (1939 *apud* Corrêa, 2000), por outro lado, cunhou o conceito de Espaço Absoluto, ou seja, o Espaço é visto como um conjunto de pontos que têm existência entre si, independentemente de qualquer coisa. Esta visão do geógrafo americano tem como base as ideias de Kant, influenciado por Newton, o qual afirma que o espaço e o tempo estão associados a todas as dimensões da vida. Desse modo, para Hartshorne, a geografia consistiria numa ciência que analisa a integração e interação de todos os fenômenos (naturais e sociais) ordenados espacialmente (ao contrário da história, que estudaria os fenômenos de acordo com a dimensão temporal).

É neste sentido que o Espaço estaria fortemente empregado à ideia de área, sendo delimitado por uma combinação única de fenômenos, valorizando, a partir daí, o conceito de Região. “A área (...) é apenas um quadro intelectual de fenômenos, um conceito abstrato que não existe na realidade (...) a área, em si mesma, está relacionada aos fenômenos dentro dela, apenas na medida em que ela os contém em tais e tais locais” (HARTSHORNE, 1939, p.395, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Para Corrêa (2000), o espaço só ganha importância de fato no século XX, com a renovação metodológica e filosófica da Geografia, bem como de outras ciências. Assim, chegamos à segunda corrente, conhecida como Geografia Quantitativa ou Teorética. Com base no neopositivismo e no raciocínio hipotético-dedutivo, esta vertente exerceu a sua hegemonia entre os anos 1950 e 1970, introduzindo diversas críticas à Geografia

---

<sup>13</sup> No original: “*The area (...) it is only an intellectual framework of phenomena, an abstract concept which does not exist in reality (...) the area, in itself, is related to the phenomena within it, only in that it contains them in such and such locations*” (HARTSHORNE, 1939, p.395).

Tradicional, sendo a principal: a ausência do uso do pragmatismo (QUEIROZ, 2014).

Segundo Sposito (2003), esta influência do positivismo lógico foi consolidada após a Segunda Guerra Mundial, quando várias ciências optaram por uma linguagem matemática nos seus estudos. No caso da Geografia, privilegiou-se a utilização de modelos, onde o espaço aparece como um plano, ou seja, sem rugosidades, analisando as atividades que se estabelecem de forma fragmentada, afastando-se da visão total da realidade sócio-espacial, causando uma distorção ideológica, na qual muitos geógrafos foram considerados de serem "produtores neutros de conhecimento".

Se a Geografia tradicional pode ser acusada de ter sido ingênua e alienada dos problemas reais que afetam a sociedade, constituindo-se em uma ideologia, "Nova Geografia" esta acusação é mais cabível, acrescentando-se ainda que além de alienada ela alienante: mistificando sobre a realidade sócio-espacial com a "elegância", "neutralidade" e "cientificidade" que o positivismo lógico fornece, acaba transformando o geógrafo em um pesquisador alienado, que levanta falsas questões, que não questiona as hipóteses que formula ou repete de outros trabalhos, que muitas vezes se perde com "geometrias estéreis", e que se preocupa com a aparência dos fenômenos sociais, esquecendo-se de sua essência (CORRÊA, 1980, p. 8 *apud* CAMARGO; JUNIOR, 2004, p. 361).

Dando continuidade à contextualização do conceito de Espaço. Nesta corrente, a noção de Paisagem é esquecida e a da Região encontra-se limitada pelo resultado de um processo de classificação de unidades espaciais de acordo com procedimentos de agrupamento e divisão lógica baseada em normas estatísticas. Já Lugar e Território na geografia teórico-quantitativa são vistos como conceitos secundários ou até mesmo irrelevantes (CORRÊA, 2003).

Assim, o Espaço torna-se o conceito chave no âmbito da Geografia, que é convidada a assumir um papel fundamental para a organização espacial através de modelos pragmáticos, tendo em vista satisfazer as exigências do Estado e do Capital (SOUZA, 2005). Refere a uma visão delimitada do espaço, de acordo com Oliveira (1972) *apud* Azvedo e Berbosa (2011), durante a hegemonia da Geografia Quantitativa o entendimento deste termo foi marcado pela introdução da ideia de espaço relativo em detrimento do espaço absoluto de Hartshorne.

"O espaço relativo é entendido a partir das relações entre os objetos, relações estas que implicam em custos – dinheiro, tempo, energia - para se vencer a fricção imposta pela distância" (CORRÊA, 2000, p.21). Compreende-se que, por um lado, esta perspectiva do Espaço sobrevaloriza a distância e a sua estrutura organizacional, propondo uma abordagem em que os dados espaciais passavam por uma análise geométrica, descrevendo os tipos e padrões de distribuições espaciais por meio de

modelos que recorrem a técnicas cartográficas.

Por outro lado, as contradições dos sujeitos e as suas práticas sociais são negligenciadas e, por isso, é necessário que não confiemos somente nos números ao efetuar uma interpretação do espaço total, uma vez que estes camuflam a realidade quando são empregados sem quaisquer critérios sérios (AZVEDO; BERBOSA, 2011). Assim, busca-se abordar as duas perspectivas do Espaço desenvolvidas na corrente quantitativa que não são mutuamente excludentes: planície isotrópica e representação matricial (CORRÊA, 2000).

A primeira é definida como uma construção teórica que trata a concepção do espaço como resultado de um racionalismo hipotético-dedutivo que concebe matematicamente uma representação geométrica da realidade. A segunda, por outro lado, considera o espaço como uma superfície uniforme, onde vários aspectos estão associados a uma porção do território, seja naturais ou/e humanos, dos quais se desenvolvem ações e mecanismos econômicos que conduzem à diferenciação do espaço (CORRÊA, 2000).

Isto significa que a análise do espaço geográfico tem como ponto de partida a homogeneidade e, à medida que a distância aumenta, chegamos ao ponto de chegada (conclusão), ou seja, a ocorrência das diferenciações espaciais, em que são constituídos os meios operacionais que permitem extrair um conhecimento sobre locais e fluxos, hierarquias e especializações funcionais<sup>14</sup>. Esta visão limitada do Espaço não nos interessa na presente investigação, uma vez que esta representação topológica marginaliza os fenômenos sociais e as suas transformações. No entanto, é essencial ter em mente a evolução do conceito e o que está entre uma vertente e outra, a fim de compreender o que é o Espaço na atualidade e a sua influência na contextualização de outros termos, especialmente o de Território.

Finalmente, enfatiza-se o Espaço geográfico nos pressupostos da Geografia Crítica, uma perspectiva do conceito que nos importa. Essa vertente foi hegemônica entre os anos 70 e 90, tendo o materialismo histórico como base filosófica principal e a dialética como método<sup>15</sup> (CORRÊA, 2000). Refere-se a uma renovação da Geografia, que pretendia romper, por um lado, com a corrente Tradicional e, por outro, com a metodologia Quantitativa, ambas criticadas por comprometerem com as classes sociais dominantes e

---

<sup>14</sup> Esta noção é percebida nas teorias da cidade central de Von Thunen e da hierarquia das cidades centrais de Christaller.

<sup>15</sup> O materialismo histórico é impregnado pelas ideias de que as mudanças tecnológicas, assim como as transformações no modo de produção das sociedades, representam os elementos principais em termos de alterações no domínio social, político e jurídico. Já a questão dialética, baseia-se na perspectiva de compreender que os fenômenos sociais são examinados de um ponto de vista específico, levando em conta a tese, a antítese, e a síntese. O seu objetivo é questionar os problemas, não os considerando apenas a partir de metodologias descritivas ou numéricas (POLON, 2016).

por defenderem, na maioria dos casos, as ideologias burguesas (QUEIROZ, 2014).

Aqui, o Espaço aparece como conceito chave, inspirado nas linhas de pensamento de Karl Marx, de acordo com Soja (1993, p. 46), o desenrolar da análise espacial sob os princípios marxistas é fruto da “intensificação das contradições sociais e espaciais nos países centrais e periféricos, em virtude da crise geral do capitalismo iniciada na década de 1960”, transformando o espaço produzido num receptor de muitas contestações.

A partir desse momento, o Espaço começa a ser encarado como um instrumento político, um campo de ações de indivíduos ou/e grupos, associados à temática das relações de trabalho, que, além disso, é historicamente construído pelo homem, o qual se organiza de maneira política e econômica por meio das relações sociais, em virtude da produção/reprodução de bens materiais, em que, se for excessivo, haverá uma extrapolação entre os limites da dialética do espaço (MOREIRA, 1993 *apud* POLON, 2016).

Neste sentido, a formação sócio-espacial é um processo de acumulação, pois constitui o resultado e o motor do percurso histórico, sendo, portanto, o armazenamento das coisas que são produzidas pelo homem. Numa sociedade capitalista, as forças produtivas procuram obter elevados níveis de desenvolvimento, isto é, reprodução das relações de produção e das infraestruturas que, em conjunto, reproduzem as relações superestruturais à escala global, espelhadas nas estruturas de classe, favorecendo uma distribuição desigual da apropriação humana do meio. Para os marxistas, o espaço em si não possui valor de troca, porém somente o valor do uso que lhe é dado (MOREIRA, 1993 *apud* POLON, 2016).

Note-se que nesta perspectiva geográfica, o trabalho emerge como a essência do espaço produzido, já que a Geografia se renovou para dar ênfase aos países do "Terceiro Mundo" ou "subdesenvolvidos", seguindo o neomarxismo francês, sendo também influenciada pelo estruturalismo e existencialismo (POLON, 2016; QUEIROZ, 2014). Esta ideia é realçada por Milton Santos, que discute a natureza do espaço geográfico no período atual, abordando o uso do território nacional pela sociedade e o poder dos lugares no sentido de permitir uma outra globalização.

Já Henri Lefebvre, buscou relacionar o conceito de espaço com a prática social, onde este não deve ser visto como absoluto ou/e vazio, mas como espaço vivido, que se caracteriza não só como um instrumento de ação política, porém também como o lócus de reprodução das relações sociais de produção que se modificam ao longo do tempo em função das relações de poder existentes, especialmente as econômicas (CORRÊA, 2000).

O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os “produtos”, senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais (...) na estrita tradição marxista, o espaço social podia ser considerado uma superestrutura. Um resultado tanto das forças produtivas como das estruturas, das relações de propriedade, entre outras (...) O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico (LEFEBVRE, 2013, p. 125-126).

Continuando com o geógrafo brasileiro, a definição da natureza do espaço geográfico por Milton Santos (2004, 1988 b, 1996 a) passou por uma evolução, na qual o mesmo propõe três momentos da referida conceitualização. Inicialmente foi apresentada como sendo um conjunto de fixos e fluxos: os elementos fixos, fixados em cada lugar, possibilitam ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados capazes de recriar as condições ambientais e sociais, e redefinir cada lugar; os fluxos constituem um resultado direto ou indireto das ações e cruzam-se ou estabelecem-se nos elementos fixos, alterando o seu significado e valor, ao mesmo tempo que se modificam também.

Em segundo momento, como sendo um conjunto de configurações espaciais e dinâmicas sociais, pois os fixos estão cada vez mais fixados ao solo e os fluxos mais diversificados, abrangentes, numerosos e acelerados. Por fim, como um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos (fixos e configurações espaciais) e sistemas de ações (fluxos e dinâmicas sociais).

Ambos os sistemas são decorrentes da apropriação humana do espaço natural, que se realiza intencionalmente através de objetos técnicos, criando no espaço anteriormente natural, um espaço artificial o qual, por sua vez, é também sujeito a mudanças ao longo dos processos históricos, deixando transparecer a relação existente entre o tempo e o espaço (SANTOS, 1996 a). Portanto, o espaço é uma instância social, ou seja, um meio para a ação da sociedade; um condicionado e um condicionador; uma instância simultaneamente subordinada e subordinadora, cuja natureza corresponderia à junção entre formas-conteúdo, caracterizada pela imaterialidade da dinâmica social e pela materialidade das infraestruturas do espaço (SANTOS, 2004).

No período atual, o espaço é pautado pela materialização do meio técnico-científico-informacional, expressão geográfica da globalização e, por isso, deve ser analisado na sua totalidade, tendo em conta a integração entre formas (por exemplo: as habitações; os comércios; escolas e os serviços em uma região fronteira, etc.),

estruturas (são a natureza destas formas, que podem ser econômicas, políticas ou/e culturais), processos (fluxos, ações e dinâmicas atuais ou históricos que acontecem no interior de cada forma) e funções (as atividades desempenhadas pelas pessoas, instituições ou/e a sociedade como um todo) (SANTOS, 1988 a).

Podemos ver que Milton Santos (2004), induzido pelo pensamento marxista, tratou o espaço como uma "segunda natureza", "matéria por excelência" ou, como já foi mencionado, "natureza artificial/humanizada" através das relações homem/espaço mediatizadas pelo trabalho e pela produção de mercadorias, onde o espaço também visto como uma mercadoria. Refere-se a "acumulação desigual de tempo" e, em virtude disso, o conceito geográfico deve ser apreciado sob a forma de sistemas espaço-temporais, contando com categorias analíticas: formação sócio-espacial, com ênfase na escala do Estado-Nação (intermediador entre o local e o global), tempo espacial ou tempo empírico (compreendidos como processo), totalidade e modo de produção.

Ademais, não devemos ignorar as rugosidades do espaço, formas passadas que influenciam o presente e podem inclusive condicionar o futuro (BRAGA, 2007). Ao analisar a totalidade do espaço, considera-se a integridade entre as instâncias produtivas, em que Milton (1988 a) evidência três: espaços de produção (áreas agrícolas, industriais e de mineração); espaços de circulação (hidrovias, rodovias, ferrovias, aerovias, avenidas e ruas); e espaços de consumo (áreas agrícolas, comerciais, residenciais e de serviços) (QUEIROZ, 2014).

Além desses, ressalta-se dois conceitos fundamentais do espaço para a pesquisa presente, segundo Manuel Castells (2002): espaço de fluxos e espaço dos lugares. O espaço é a expressão de uma sociedade que organiza o tempo em rede, uma vez que estamos em constante mudança estrutural que resulta em novas formas e processos espaciais capazes de exercer influência no espaço, ainda que tenham interesses e valores contraditórios, visto que agem sobre o ambiente construído, hereditário de estruturas socioespaciais precedentes (CASTELLS, 2002).

Tanto o tempo como o espaço encontram-se em transformação devido ao efeito combinado do paradigma das tecnologias de informação e da economia global que comanda, coordena, inova, e administra as atividades interconectadas de redes empresariais. Conforme a economia global se expande e integra novos mercados, a produção dos serviços se organiza para gerir novas unidades que se juntam ao sistema e as condições das suas ligações. Assim, esta expansão acabou introduzindo um maior grau de flexibilidade do que no passado (CASTELLS, 2002).

É neste sentido que Castells (2002) desenvolve o primeiro conceito, afirmando que a nossa sociedade é construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos da

informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens e sons. Os fluxos não são apenas um elemento de organização social, mas uma expressão dos processos que dominam a nossa vida econômica, política e simbólica. Desta forma, propõe a ideia de que existe uma nova forma espacial que caracteriza as práticas sociais, as quais dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço dos fluxos. “O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (CASTELLS, 2002, p. 501). Para uma melhor compreensão do termo, mencionam-se três camadas de suportes materiais que, em conjunto, constituem o espaço de fluxo.

A primeira, consiste num circuito de impulso eletrônicos (telecomunicações, processamento informático, sistemas de transmissão e transporte); a segunda, é construída pelos seus nós (centros de funções estratégicas importantes) e centros de comunicação; a posição no nó conecta a localidade com toda a rede, seguindo uma hierarquia. A terceira refere-se à organização espacial das elites dirigentes dominantes que exercem as funções direcionais em torno das quais este espaço é articulado.

Como oposição a esta lógica, Castells (2002) apresenta uma outra forma de organização espacial, que assenta historicamente na nossa experiência comum: o espaço dos lugares. Como justificativa para tal, defende que o espaço dos fluxos não permeia toda a esfera da vivência humana em rede. Sem dúvida, a maioria das pessoas, tanto nas sociedades tradicionais como nas desenvolvidas, vivem em lugares e, portanto, percebem o seu espaço com base no lugar. Mas como a função e o poder nas nossas sociedades estão organizados no espaço dos fluxos, o domínio estrutural da sua lógica altera fundamentalmente o significado e a dinâmica dos lugares.

Segundo Santos (1996 b), todos os lugares são mundiais, porém não existe espaço mundial, pois quem se globaliza são as pessoas e os lugares. E a globalização em si estrutura os lugares, sob o impulso dos governos e elites empresariais, para competirem na economia global de forma desigual entre escalas e níveis diferentes, constituindo o que Milton chama de espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações, resumindo, o espaço geográfico.

De fato, os lugares não desaparecerem com a evolução seletiva e hierárquica espacial, mas se integraram em redes internacionais para atender os interesses dos atores hegemônicos da economia, da política e da cultura, criando espaços do mandar e espaço do fazer: “Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer (...) O espaço geográfico sempre foi objeto de uma compartimentação” (SANTOS, 1996 b, p.51; SANTOS, 2003, p. 39).

Compreendemos a partir do primeiro tópico e do segundo até então que o processo de globalização conduz à mundialização do espaço geográfico, cujas consequências vão para além de uma tendência de formação de um meio técnico-científico-informacional, a medida em que, para Santos (1996 b), transforma os territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional, ou seja, o território antecede o espaço, que é, por sua vez, mais amplo e complexo. Todavia, no que diz respeito ao conceito de território, pretendemos seguir a linha de pensamento de Claude Raffestin (1993, p. 143), onde indica que o espaço é preexistente a qualquer ação, quer dizer, neste caso, "o espaço geográfico é anterior ao território".

A partir disso, buscamos discutir a noção de território, embora fosse necessário começar por entender o conceito de espaço de acordo com cada corrente geográfica, de modo a perceber as dificuldades e a evolução do mesmo, posto que, para nós, o espaço é anterior ao território, e, por conseguinte, através do espaço, formam-se múltiplos territórios.

É na corrente humanista que o conceito de Território é aproveitado, devido à renovação do pensamento geográfico nos anos 70, impulsionando pesquisas sobre a relação das pessoas com o espaço, a fim de entender os processos dos fenômenos de produção, comunicação, circulação, identidades, e relações de poder (SAQUET, 2007). É importante saber, de acordo com Raffestin (1993), que o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, uma vez que este é "dado" como se fosse matéria-prima.

É uma produção do espaço, que revela uma ação de apropriação e dominação conduzida por um ator ou vários a qualquer nível, territorializando, assim, o espaço com conexões políticas, econômicas, culturais e sociais, sendo estas relações abastecidas por fluxos que ocorrem em múltiplas escalas, do local ao global (FUINI, 2018). Para Haesbaert (2006), territorializar implica a criação de mediações espaciais capazes de fornecer um "poder" eficaz sobre a nossa reprodução como grupos sociais ou indivíduos, um poder que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial ao mesmo tempo. Dessa forma, o território é "fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995, p. 78).

Verifica-se que, para muitos autores, o território é um instrumento de exercício de poder, onde, para o construir, a sociedade ou o indivíduo precisa projetar no espaço geográfico um trabalho, isto é, energia e informação, o qual, conseqüentemente, revela relações marcadas pelo poder (concreto e simbólico). "O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Esta afirmação pode ser interpretada com maior clareza a partir da concepção de Hannah

(1985) sobre o poder, que corresponde à capacidade humana não só de agir, mas também de agir em conjunto e de acordo comum.

O poder nunca é propriedade de uma pessoa, pois pertence a um grupo e somente existe enquanto o mesmo se mantiver coeso. Quando se diz que um indivíduo está no poder, na verdade refere-se ao fato deste estar sendo investido de poder por um determinado número de pessoas para atuar em seu nome. Portanto, o território é continuamente construído e desconstruído por relações de poder que envolvem um conjunto de atores hegemônicos que territorializam as suas ações ao longo do tempo.

Nesta pesquisa destacamos a vertente política do território, uma vez que qualquer apropriação é assinalada por limites visíveis ou invisíveis, que cristalizados se tornam ideológicos, justificando territorialmente as relações de poder. Segundo Haesbaert (2006), o território político é encarado como um espaço delimitado e controlado através do qual um certo poder é exercido, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado com o poder político do Estado.

Isso deve-se ao surgimento, com a evolução da ciência e da tecnologia resultantes da globalização, de novas formas e recortes de funcionamento do território, criando condições para a atuação de novos agentes, atores e instituições, configurando as horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2004). No seu livro, “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006), se aprofundam sobre a transnacionalização do território, partindo de dois aspectos.

Primeiro, como um nome político dado ao espaço de um país (relação Estado-Território); segundo, por meio do seu uso que é caracterizado pela construção de infraestruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade, abrangendo os movimentos (população), a distribuição das atividades e o alcance/extensão da cidadania, portanto, o território é visto por eles como unidade e diversidade, tendo em consideração a sua materialidade (sistemas de engenharia) e os seus fluxos, além do quadro normativo-regulador subjacente à relação Estado-Empresa e Território.

“O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2003, p. 47). O autor está mencionando o Território Usado, que é explorado e dominado por uma determinada população, provocando um sentimento de pertencimento ao território em termos de exclusividade e limite, em outras palavras, conduzindo à noção de territorialidade.

A territorialidade é, de acordo com Becker (1988), a relação com o espaço que se tenta alcançar, influenciar, ou controlar ações, reforçando o domínio sobre uma área

geográfica específica, ou seja, o território, a face vivida do poder. Influenciada pelo pensamento de Sack (1986) e Bordreuil; Ostrowetsky (1979), Becker (1988) acrescenta: A territorialidade expressa-se em todas as escalas, desde as relações pessoais presentes na vida cotidiana até as relações sociais mais complexas. Trata-se, então, de como as pessoas se organizam e utilizam o espaço, dando significados aos lugares.

Assim, a territorialidade é o processo de construção de comportamentos humanos sobre o território, sejam eles materiais ou/e imateriais. Para Raffestin (1993), a territorialidade assume um valor muito especial, já que espelha a multidimensionalidade da "vivência" territorial dos membros de uma coletividade, das sociedades em geral. Atualmente, as territorialidades apresentam uma complexidade e sobreposição de territórios muito maior do que as antigas territorialidades que eram mais fáceis de serem identificadas.

Isto deve-se à forma como ocorre a edificação identitária dos Estados-nações, os quais redefinem as delimitações políticas-territoriais conforme os fluxos de pessoas de diferentes classes, religião, cultura, bem como de mercadorias, informações e capital, escolhidos seletivamente para serem introduzidos nos circuitos da globalização, encaixando vários territórios numa rede, ou seja, multiterritorialidade (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

A rede pode ser tanto uma forma de organização ou/e expressão do território, sobretudo, no atual período da globalização, como um elemento constitutivo do território (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Assim, com a aceleração dos meios de transporte, a flexibilização das relações de trabalho e produção, e a hibridização e massificação cultural, verificou-se uma "multiterritorialidade", quer dizer, uma perspectiva de ser e estar na simultaneidade de vários territórios (instituições, pessoas, Estados etc), gerando uma interdependência entre os lugares que ocorre de forma hierárquica em escalas distintas (FUINI, 2018).

Refere-se a uma mudança quantitativa e qualitativa do território. De fato, é uma representação territorial que mais cresceu nos últimos anos, em que destacamos a seguinte abordagem de Haesbaert (2006) para compreender melhor este processo multiescalar e multidimensional: territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). O autor critica a concepção pós-moderna de que a desterritorialização consiste no fim dos territórios ou no seu esvaziamento de sentido, classificando-a como um mito.

Entretanto, antes disso, é importante abordar os seguintes conceitos: região, regionalização e regionalidade, de acordo com o pensamento de Haesbaert (2010). Primeiro, focalizamos o conceito de regionalização como uma região em processo, isto é, em constante rearticulação, centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na

interação que eles estabelecem. Já a regionalidade refere-se ao "ser" regional pautado na diversidade cultural, diferenciando uma região da outra por meio de valores simbólicos e identitários.

Desse modo, pensar em região é pensar nas dinâmicas espaço-temporais vividas e produzidas pelos grupos sociais. Segundo Haesbaert (2010), a região deve ser vista como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas diferentes combinações e intensidades, significando, portanto, trabalhar na extensão e força das principais redes de coesão ou, de preferência, de articulação regional, o que implica também identificar, por outro lado, o nível de desarticulação e/ou fragmentação dos espaços dentro do espaço regional em um sentido mais vasto.

Assim, no contexto do processo de globalização e da capitalização mundial, o que estaria a acontecer seria um movimento mais regular de desterritorialização, concomitante à reterritorialização. A desterritorialização pode ocorrer simultaneamente numa escala (regional/local) e a reterritorialização em outra (nacional/global). A construção da hidroelétrica de Itaipu, por exemplo, formou enclaves modernos, onde o seu desenvolvimento político rompeu com as redes, os laços e as atividades que conformavam as relações de identidade com o território, modificando-as ou substituindo-as por outras. Isto significa que as relações dos habitantes das duas cidades são confrontadas por um novo ambiente propiciado pela nova infraestrutura. Este espaço "de desterritorialização, de desraizamento das identidades territoriais está nas fronteiras" (HAESBAERT, 2001, p.126 *apud* ALMEIDA, 2005, p. 104).

## 2. GUERRA CONTRA AS DROGAS: FORMAÇÃO DE UMA FORÇA - TAREFA MILITARISTA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA DO SUL

Neste capítulo aborda-se sobre a problemática do tráfico de drogas nos Estados Unidos, especialmente a partir da década de 1960, pois foi onde começaram a ser estabelecidas várias políticas proibicionistas, tendo a América do Sul como foco, que se insere devido ao mercado de consumo mundial. Isto significa que tanto a posição dos Estados Unidos como de outros países ocidentais considera o continente do Sul como a origem dos problemas de produção e distribuição da droga, deixando de lado que esta depende da procura vinda dos seus países, o que tem gerado uma visão distorcida da realidade de que o "inimigo" está no Sul. Para aprofundar-se sobre a temática do narcotráfico, são utilizados mapas e dados, na sua maioria obtidos a partir do portal do UNODC.

O primeiro tópico apresenta as características climáticas e cartográficas dos países da América do Sul, com o objetivo de enfatizar os fatores que facilitam a produção e o trânsito das drogas para abastecer o mercado. Obviamente, há fatores, além de físicos, que contribuem para a constante transformação do narcotráfico no Sul, como: globalização do consumo de drogas; manutenção da Guerra contra as Drogas liderada pelos Estados Unidos, especialmente nos Andes; a proliferação de áreas de cultivo e de rotas de contrabando na América do Sul; organização do crime organizado em rede, seja nacional ou/e internacional; o fracasso da reforma política e desinstitucionalização; a falha das políticas de controle de drogas e crime estadunidense; a ineficiência das políticas de controle de drogas (BAGLEY, 2013 *apud* SOUSA; PFRIMER, 2021).

Já no segundo tópico, discute-se sobre a "Guerra contra as Drogas", protagonizada pelo Estados Unidos que exige o apoio dos países da América do Sul. Com isso, o "fracasso" desta geopolítica é salientado, uma vez que não eliminou a oferta e procura de substâncias ilícitas, nem os lucros inerentes às mesmas. Além disso, a insistência dos EUA em tal abordagem não só conduziu ao fracasso completo desta guerra, como se provou ser contraproducente para os interesses de todos os países da América do Sul, uma vez que as intervenções militares feitas intensificaram a repressão policial nas fronteiras. Assim, mostra-se mapas de bases militares estadunidenses, bem como acordos estabelecidos entre os Estados sul-americanos, contando com a assistência de blocos regionais e econômicos, tais como o MERCOSUL e a UNASUL.

Figura 4 – Países da América do Sul



# AMÉRICA DO SUL



Fonte: IBGE.

## 2.1. NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA DO SUL: PAÍSES PRODUTORES, CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORES

De acordo com Oliveira e Mata (2021), com a intensificação da globalização no final da era bipolar (EUA X URSS), abriu-se espaços propícios à emergência de novos atores, que passaram a atuar de forma significativa sobre os Estados e suas normas e leis ditadas dentro do sistema internacional. Até então, pouco se ouvia falar sobre drogas e sua repreensão, pois existiam poucas leis e proibições extremamente flexíveis sobre sua produção e consumo. Para ter uma idéia de como era dada pouca atenção ao tráfico de drogas, de acordo com Rodrigues (2012), o primeiro país a criar regulamentações sobre drogas foram os Estados Unidos com a *Food and Drug Act* em 1906, que visava controlar a fabricação, supervisão e distribuição de fármacos através de parâmetros sanitários.

Entretanto, este proibicionismo acabou seguindo um rumo diferente do planejado, pois ao invés de coibir o uso dessas substâncias, os efeitos gerados impulsionaram o consumo e a venda ilegal dos mesmos, os quais antes nem sequer eram considerados como problemas intraestatais, se tornaram uma fraqueza da administração pública, colocando em risco a saúde da população em determinados casos (OLIVEIRA; MATA, 2021). De fato, aqui se encaixa a discussão feita no capítulo anterior sobre a política proibicionista, que, segundo Thiago Rodrigues (2003), em seu livro "Narcotráfico: Uma guerra na guerra", afirma que a lógica está no desejo dos consumidores, onde o mercado se alimenta à medida que proíbe a comercialização das drogas, ou seja, este mercado que se globalizou depende do grau de controle dessas substâncias.

O tráfico de drogas tornou-se um problema real não só para os Estados Unidos, mas para outros Estados após os anos 50, e não é por acaso, pois em 1961 foi realizada uma convenção internacional pela ONU que estabeleceu políticas proibicionistas sobre as drogas em muitos países, especialmente na América do Sul. O critério consistia em proibir as drogas que não possuíam utilidade médica. Assim, as substâncias que não eram consideradas de uso medicinal começaram, a partir de então, a ter seu consumo proibido ou submetido a controle, o que foi reforçado após a Convenção de Viena de 1988, que definiu quais substâncias seriam banidas, e aquelas que foram colocadas na lista continuam sendo alvos da guerra contra as drogas até hoje<sup>16</sup> (RODRIGUES, 2003).

Devido aos aspectos de proibição, emergiu o narcotráfico, revelando-se um negócio lucrativo e bem-sucedido, com potencial de crescimento, onde suas próprias regras e leis devem ser regulamentadas e respeitadas, tornando-o um ator transnacional independente que se propaga além das fronteiras (RODRIGUES, 2012). Certamente, isto se deve

---

<sup>16</sup> Com efeito, a cocaína, na passagem da década de 1970 para a década de 1980, tornou-se extensamente consumida, uma vez que conseguiu encaixar-se precisamente

à acentuação dos fluxos de mercadorias, consumo, informação, pessoas e capitais decorrentes da globalização, na qual, assim como a ordem política e econômica, o tráfico de drogas também se globalizou, criando novas rotas para impulsionar o compartilhamento de formas inovadoras de comercialização de drogas dentro do sistema internacional, ou seja, expandir-se para além das fronteiras nacionais, buscando dominar o território para manter seus negócios, ou seja, difundir o narcotráfico.

A América do Sul se insere nesta discussão sobre o tráfico por causa do mercado consumidor estadunidense, em outras palavras, através do fato de que se tratava de um problema doméstico norte-americano. No entanto, isso nunca foi levado em consideração, pois desde o início, tanto o posicionamento dos EUA quanto de outros países ocidentais frente a temática, sempre interpretaram os países do Sul como a origem dos problemas de produção e distribuição de drogas ilegais, deixando de lado a questão da alta demanda provinda de seus países que controlam a demanda e o consumo, gerando uma perspectiva distorcida da realidade de que o “inimigo” está no Sul, ignorando as razões socioeconômicas da produção destas substâncias (SANTANA, 1999).

Ao consolidar-se a problemática na região sul-americana, os Estados passaram a se unir para enfrentar o problema, no qual a primeira tentativa de cooperação foi o Acordo Sul-Americano sobre Drogas sobre Entorpecentes e Psicotrópicos (ASEP), que entrou em operação em 1977, sem a participação ou/e liderança do Estados Unidos. Devido ao caráter ideológico do conflito da Guerra Fria, não acomodou a ação de países que não tinham posição ou ação na guerra. Entretanto, o sucesso desta colaboração deparou-se com uma dificuldade: a falta de recursos financeiros e de compromisso de seus membros (SILVA, 2013). Nos anos 1980, outros projetos propostos pelos Estados Unidos não prosperaram em função do medo ainda sentido pelos países da região. Somente após os anos oitenta<sup>17</sup> que o governo estadunidense conseguiu estabelecer uma linha cooperativa com a região. Sendo assim, busca-se abordar dados estatísticos e mapas de origem e destino das drogas de acordo com *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC).

Inicialmente, aborda-se características climáticas e cartográficas da região, com a intenção de mostrar os fatores naturais que facilitam tanto a produção das drogas quanto a concepção da região como uma grande produtora dessas substâncias pelos países ocidentais, que a vêem como uma excelente oportunidade para o abastecimento de seus mercados. De acordo com Emmerich (2015), a América do Sul é um território geograficamente difícil, pois a maior parte do seu território fica na zona equatorial com clima fre-

---

<sup>17</sup> Especificamente, após 1971, quando o então presidente dos EUA, Richard Nixon, declarou guerra às drogas e, com ela, aos cartéis de drogas da América Latina, vista como a maior produtora e exportadora mundial.

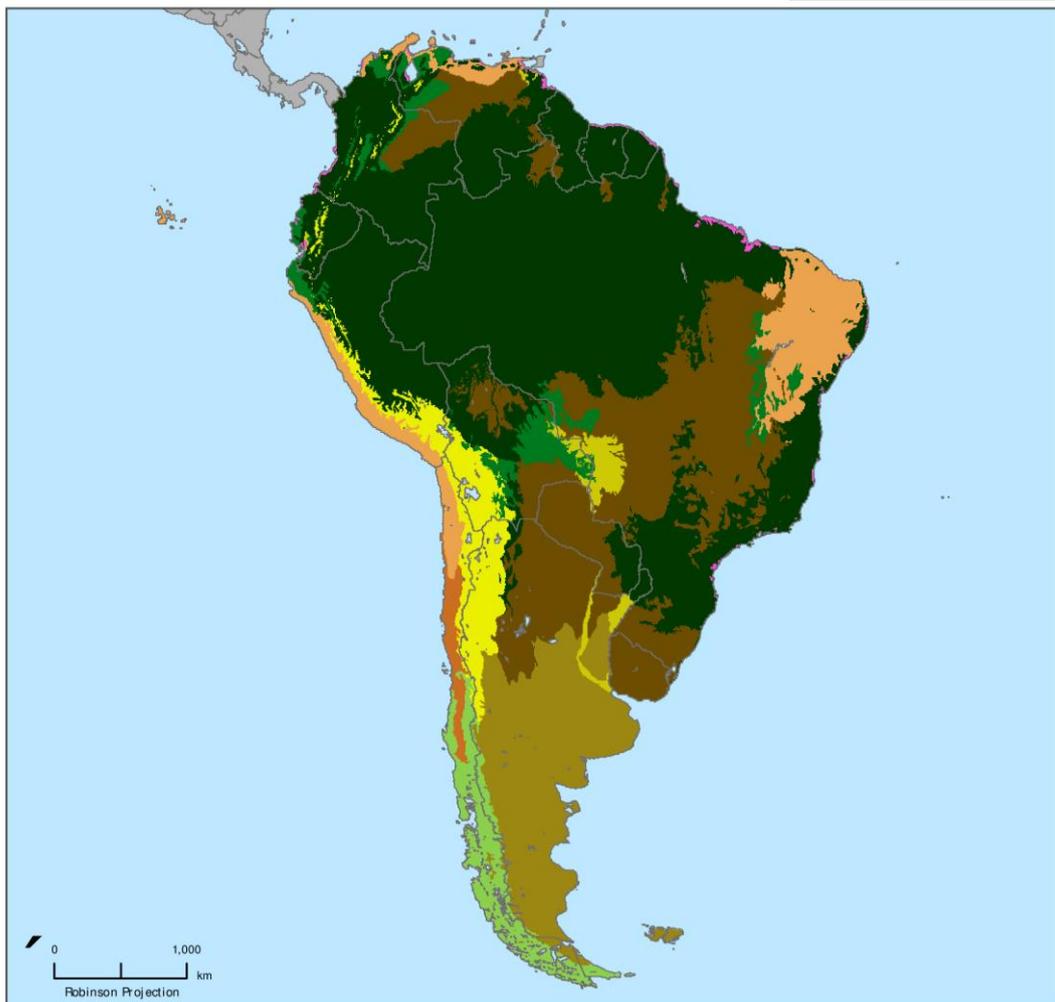
quentemente úmido, predominando o bioma de floresta tropical, uma das mais difíceis de se adaptar às atividades econômicas. A Colômbia e o Equador, por exemplo, estão localizados nos trópicos e nos Andes, com seus centros econômicos não costeiros, mas altos nos vales andinos (mais frios e secos), o que atenua um pouco as dificuldades dos trópicos. A seguir apresenta-se dois mapas que evidenciam os tipos de clima e biomas existentes na região.

**Figura 5 – Os biomas da América do Sul**

## Biomes

South America

PLACE II   
Population, Landscape, and Climate Estimates



Global Biomes data were obtained from the World Wildlife Fund (WWF) Terrestrial Ecoregions of the World dataset, February, 2006. The data depict global terrestrial vegetation biodiversity patterns for the world's 825 ecoregions and 14 biomes. Biome classes 99 (Rock & Ice) and 98 (Lake) from the WWF data were recoded to match the dominant surrounding Biome class.

Source Information:

<http://www.worldwildlife.org/science/ecoregions/terrestrial.cfm>.



Copyright 2007, The Trustees of Columbia University in the City of New York.  
Source: Center for International Earth Science Information Network (CIESIN),  
Columbia University, Population, Landscape, and Climate Estimates (PLACE).  
Further information available at: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/place/>

### Biomes

-  Tropical, Subtropical Moist Broadleaf Forest
-  Tropical, Subtropical Dry Broadleaf Forest
-  Tropical, Subtropical Conifer Forest
-  Temperate Broadleaf, Mixed Forest
-  Temperate Conifer Forest
-  Boreal Forest/Taiga
-  Tropical, Subtropical Grasslands, Savannas, Shrublands
-  Temperate Grasslands, Savannas, Shrublands
-  Flooded Grasslands, Savannas
-  Montane Grasslands, Shrublands
-  Tundra
-  Mediterranean Forest, Woodlands, Scrub
-  Deserts, Xeric Shrublands
-  Mangroves

Publish Date: 03/13/07

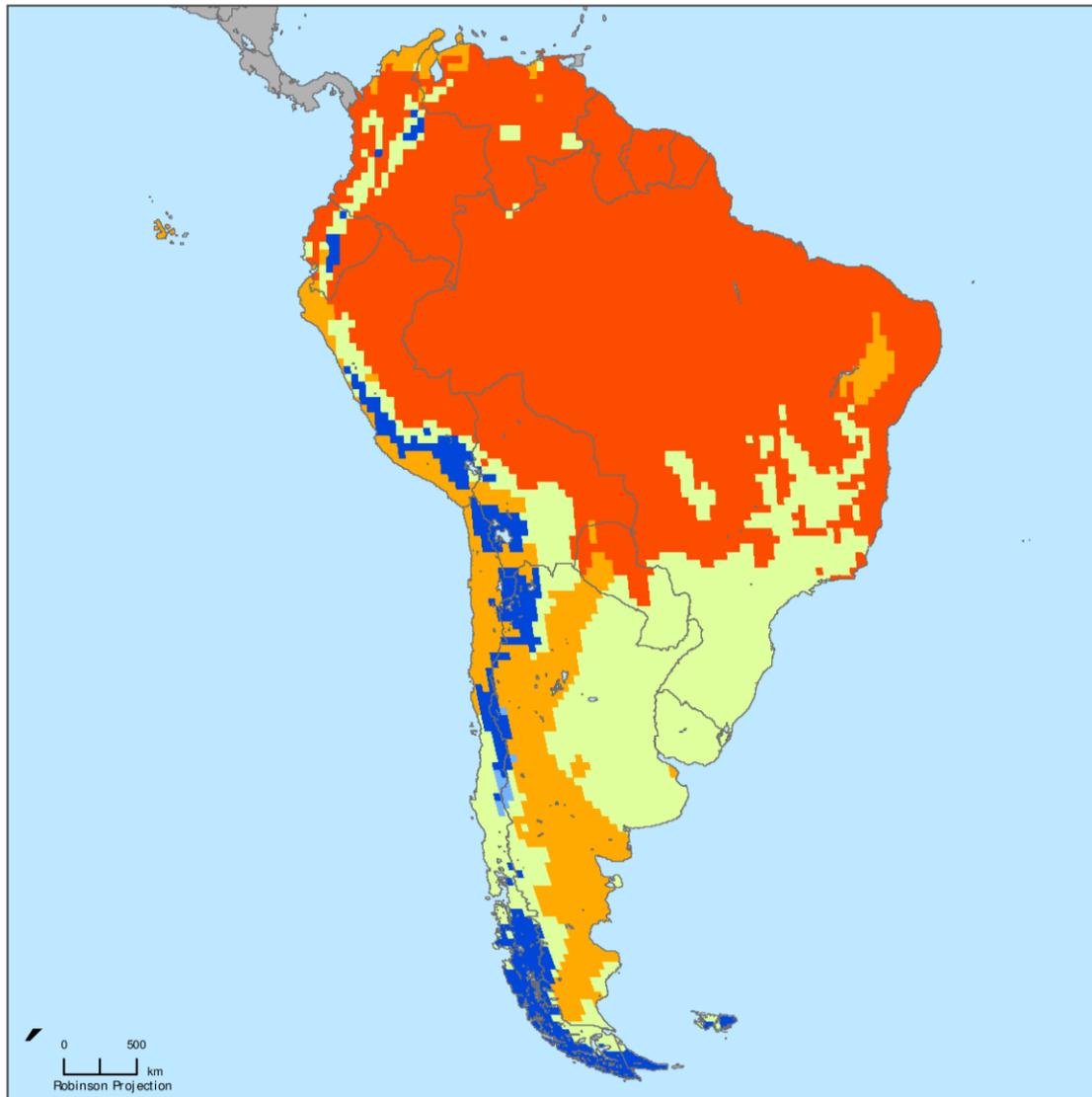
Fonte: SEDAC, 2007.

**Figura 6 – As zonas climáticas da América do Sul**

## Climate Zones

South America

PLACE II   
Population, Landscape, and Climate Estimates



**Generalized Climate Zones:** ■ Tropical ■ Dry/Desert ■ Temperate ■ Cold ■ Polar/Tundra

Climate zones were taken from the Köppen Climate Classification map of the world, distributed by the U.N. Food and Agriculture Organization (FAO) (Feb. 2006). The 46 global classes possess membership to 5 super classes, based on general annual distributions of temperature and rainfall. Source Information: FAO's Sustainable Development Department (SD) - 2006. <http://www.fao.org/sd/Eldirect/climate/Elsp0002.htm>.



Copyright 2007, The Trustees of Columbia University in the City of New York.  
Source: Center for International Earth Science Information Network (CIESIN),  
Columbia University, Population, Landscape, and Climate Estimates (PLACE).  
Further information available at: <http://sedac.ciesin.columbia.edu/place/>

Publish Date: 03/13/07

**Fonte: SEDAC, 2007.**

Grande parte das drogas preferem um ambiente seco e quente, assim, as condições climáticas, ou melhor, as condições geoeconômicas do continente, favorecem o plantio das mesmas e, com isso, tornando o cultivo menos dispendioso. No entanto, de acordo com Ene I Ette (2004), em climas tropicais, onde prevalecem a alta umidade e altas temperaturas, podem surgir problemas. Tanto a temperatura elevada quanto a alta

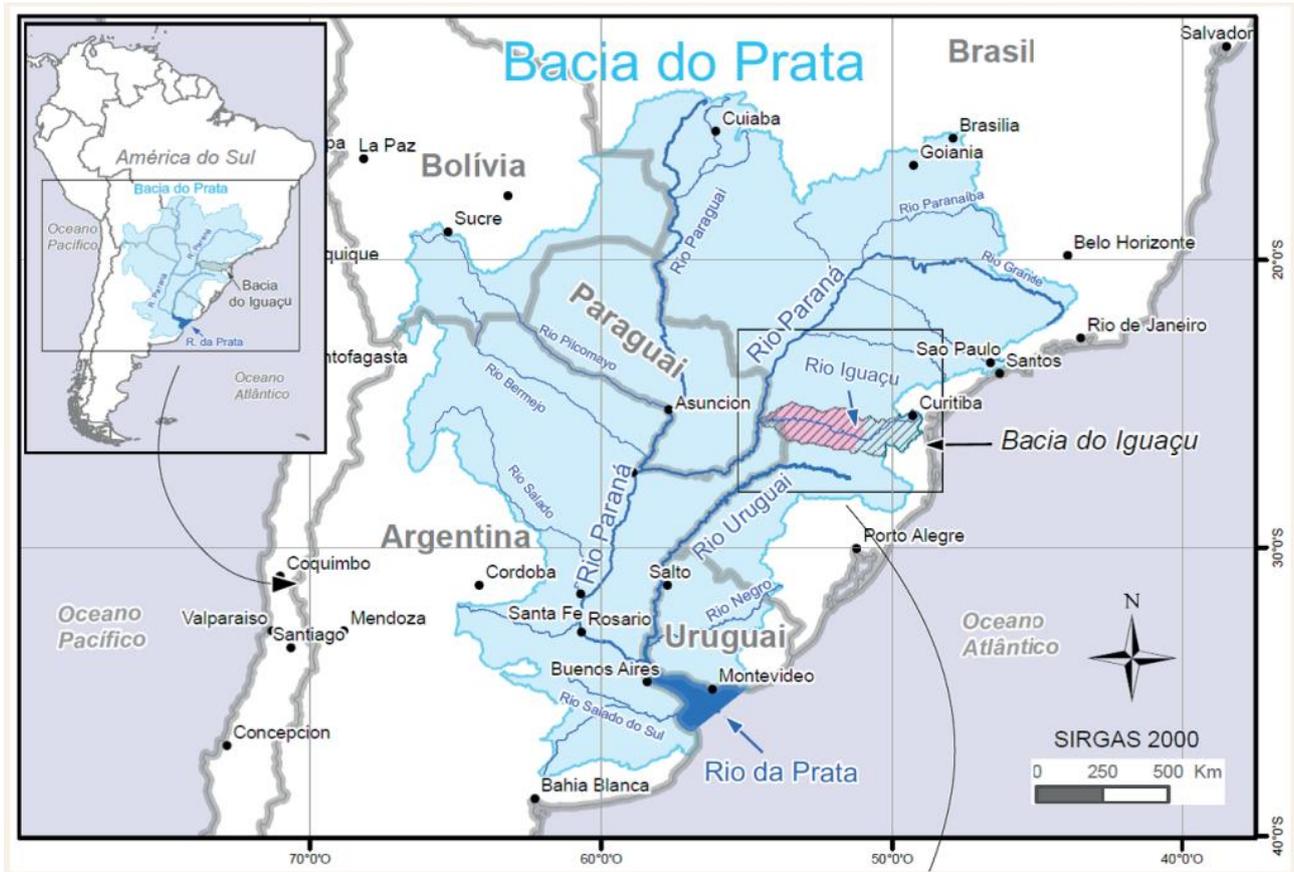
umidade podem levar a taxas elevadas de decomposição de medicamentos e, consequentemente, a uma redução na vida útil dos produtos. Por exemplo, a cannabis requer temperaturas diurnas de 24-30° C; a maconha precisa de uma temperatura que não ultrapasse 33°C para prosperar, etc.

Continuando com Emmerich (2015), aborda-se as terras temperadas do Cone Sul<sup>18</sup>, onde os verões são suficientemente secos para que os grãos amadureçam, enquanto o clima mais frio, especialmente o inverno mata insetos, limitando o impacto de surtos de doenças. Em contraste com as montanhas e selvas que dominam a maior parte da América do Sul, as planícies do Cone Sul são as melhores terras do continente. Sua planicidade, combinada com suas pastagens naturais, reduz o custo de construção, e o clima temperado torna as áreas agrícolas ricas. Mas uma das verdadeiras vantagens está na estrutura fluvial da região. Os rios Paraná, Uruguai e Paraguai, combinados com o Rio da Prata, um enorme estuário que se esvazia no Atlântico entre as cidades contemporâneas de Buenos Aires e Montevideú, são todos navegáveis por grande parte de sua extensão. Assim, diferentemente da região Andina, o Cone Sul é uma grande extensão de território em sua maioria plano e moderadamente irrigado.

---

<sup>18</sup> É o nome dado ao triângulo geográfico formado pelo Chile, Argentina, Uruguai e o sul do Brasil, regiões com características geopolíticas semelhantes.

**Figura 7 –** Bacia hidrográfica do rio da Prata



Fonte: ICMBio-MMA, 2018.

A bacia hidrográfica do Rio da Prata é composta por Estados fronteiriços, entre eles: Brasil, Argentina e Paraguai. Trata-se de uma região denominada de Tríplice Fronteira, que constitui uma localização fundamental para a passagem de produtos comercializados entre os países do MERCOSUL, por exemplo. Assim, uma série de capitais, mercadorias, pessoas, serviços, etc. flui diariamente, assim como diferentes tipos de tráfico, especialmente de drogas. Esta ambiguidade entre o legal e o ilegal torna a Tríplice Fronteira uma fonte de tensões constantes entre os três países que partilham a região (FILHO, 2014). A partir disso, podemos chegar à conclusão de que esses fatores naturais (biomas e clima) da América do Sul influenciam a comercialização das drogas em escala internacional, pois oferecem condições geoeconômicas que favorecem a produção, circulação e distribuição das drogas, tornando-se uma região próspera para o narcotráfico. No entanto, obviamente, não podemos nos basear somente nas questões ambientais, mas também nas políticas, econômicas e sociais.

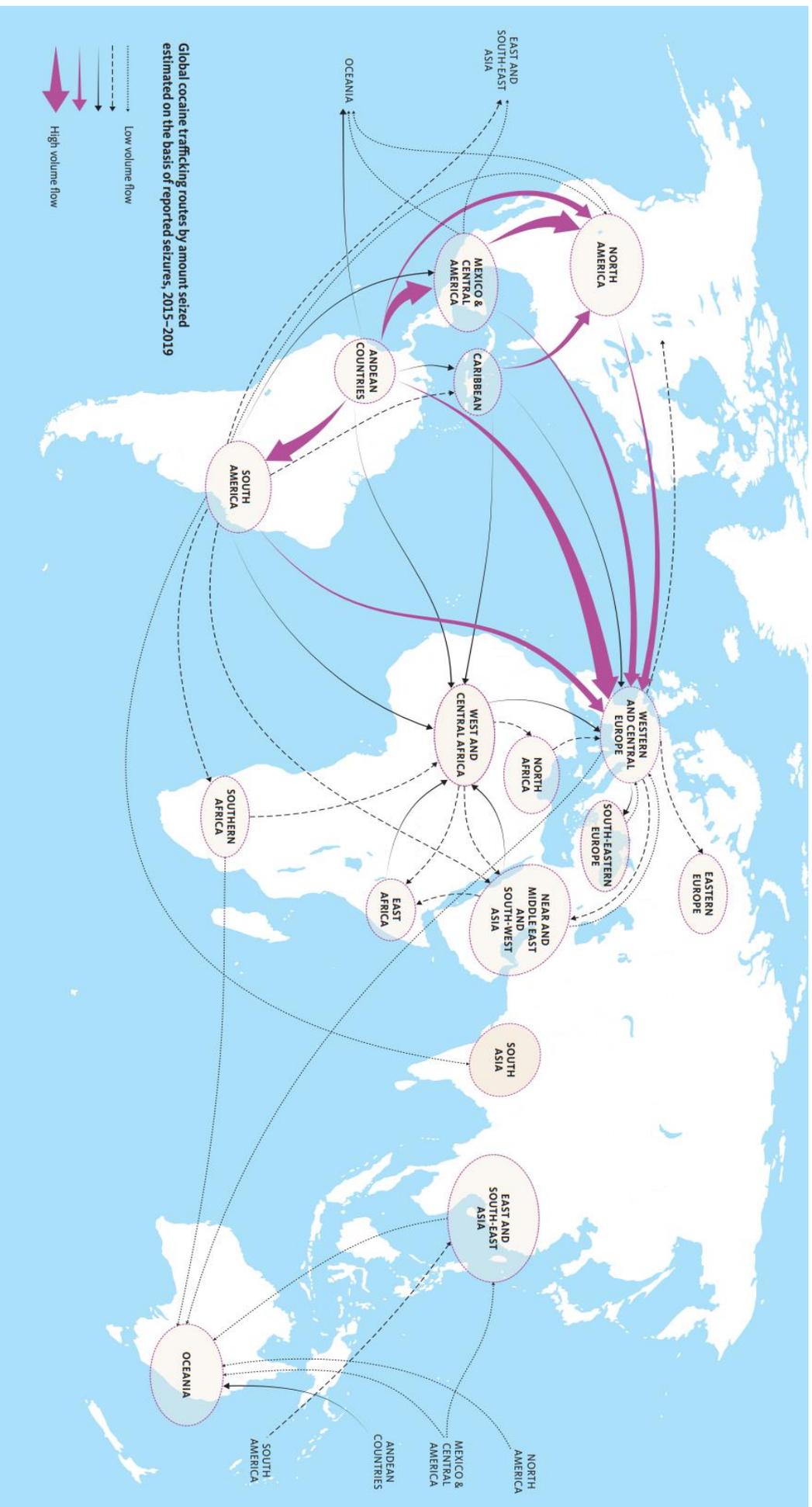
Há elementos que vão além dos fatores geoeconômicos que contribuírem para a constante transformação do narcotráfico na região sul, tais como: globalização do consumo de drogas; manutenção da Guerra contra as Drogas liderada pelos Estados Unidos, especialmente nos Andes; a proliferação de áreas de cultivo e de rotas de contrabando na

América do Sul; organização do crime organizado em rede, seja nacional ou/e internacional; o fracasso da reforma política e desinstitucionalização; a falha das políticas de controle de drogas e crime estadunidense; a ineficiência das políticas de controle de drogas (BAGLEY, 2013 *apud* SOUSA; PFRIMER, 2021).

Esses aspectos implicaram numa nova espacialidade do narcotráfico, que se organizou a partir das redes deste negócio o papel que os países sul-americanos desempenharam conforme a cadeia logística do tráfico em diversas escalas: produtores, distribuidores e consumidores (explicado no capítulo anterior). Nesse cenário, encontra-se os Estados produtores de folhas de coca, como Colômbia, Equador, Bolívia e Peru; países de trânsito, como Paraguai, Uruguai e Venezuela; e os países como Brasil e Argentina, que além de exercerem a função de países de trânsito na rede logística do narcotráfico, dirigindo-se para outros continentes (Europa, África e Ásia), também são vistos como países consumidores juntamente com os países do Norte. Lembrando-se que cada etapa desta cadeia logística possui maior ou menor ligação com a violência armada (SOUSA; PFRIMER, 2021).

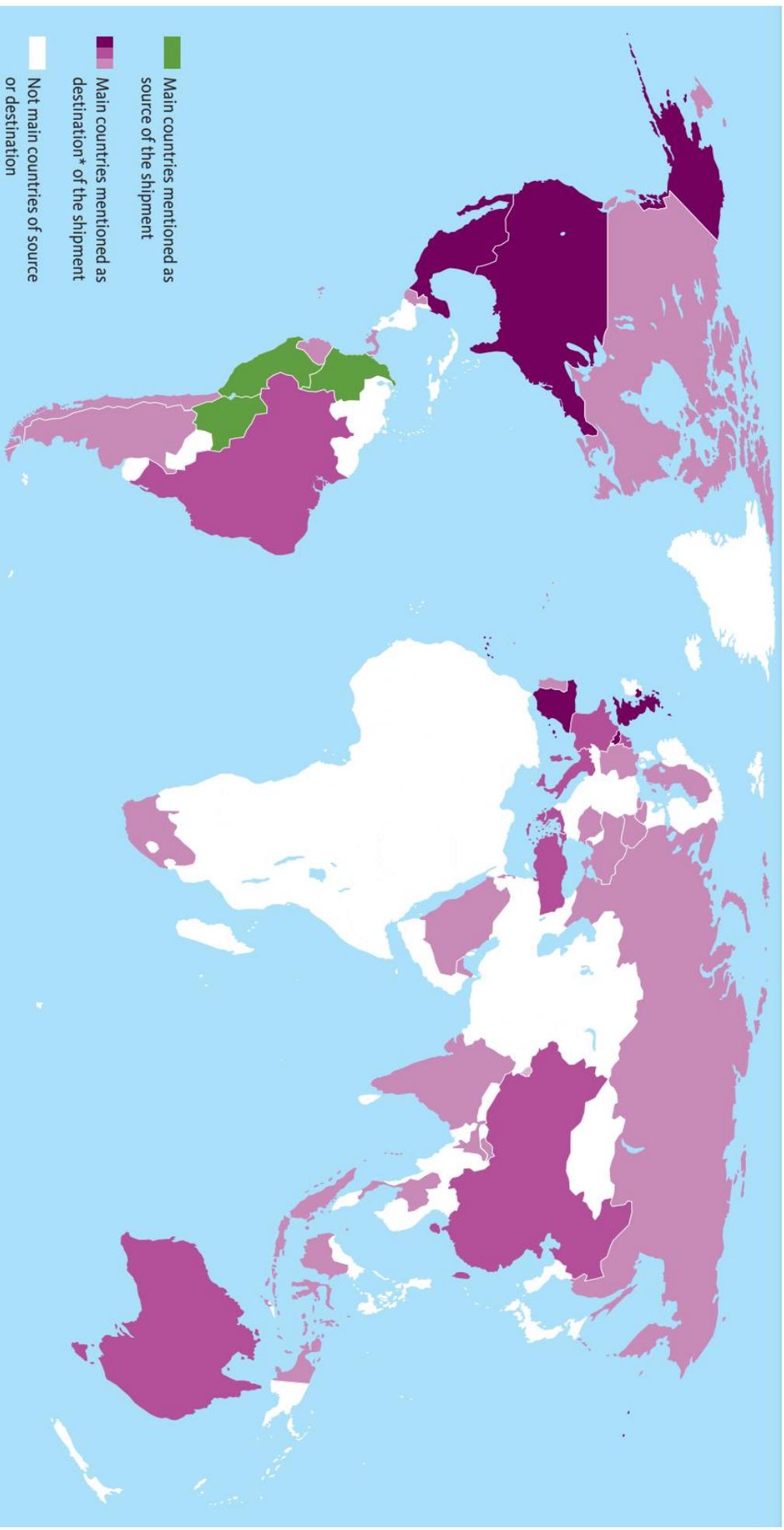
Os países da América do Sul adquirem uma função importante nas fases do narcotráfico devido, em grande parte, a um elemento essencial, que é a sua localização territorial (saída para o mar). De acordo com Sousa e Pfrimer (2021), as redes de narcotráfico frequentemente atuam na territorialização dos espaços, explorando-os estrategicamente tanto para operacionalizar os fluxos de cocaína no continente sul-americano, como para assegurar que a mercadoria chegue aos consumidores finais fora do continente. Para territorializar, procuram conquistar espaços com características típicas como a baixa densidade demográfica e a dificuldade de acesso, seja devido ao relevo ou mesmo à floresta, como em muitas regiões fronteiriças. Observa-se nos mapas a seguir os fluxos de cocaína em escala global conforme as apreensões realizadas em 2015-2019, enfatizando origem e destino.

**Figura 8 – As principais operações de rastreo de cocaína conforme as apreensões comunicadas (2015 - 2019)**



Fonte: UNODC.

**Figura 9 –** Principais países identificados como origem e destino das remessas de cocaína, como descrito pelas apreensões comunicadas (2015-2019)

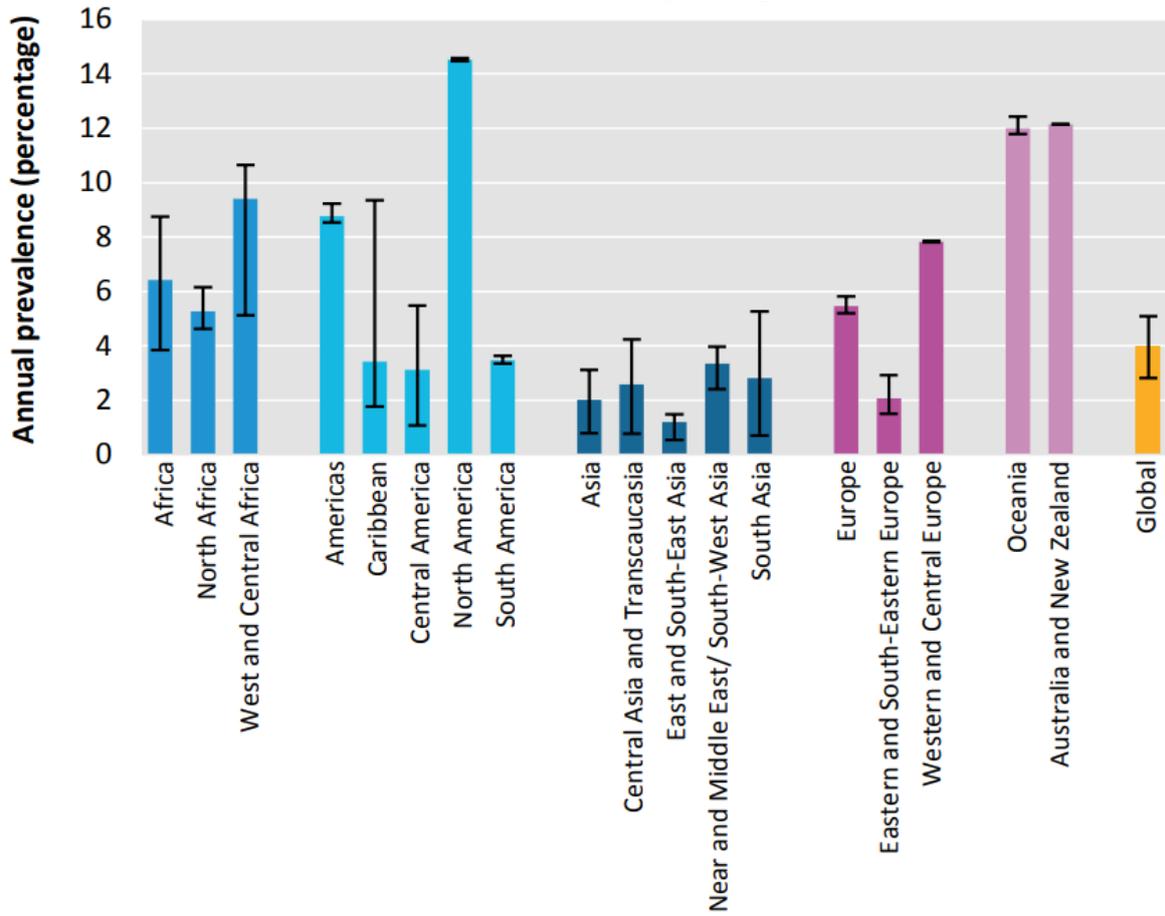


Fonte: UNODC.

Pode-se notar a constituição de uma divisão transnacional do narcotráfico que é dividida entre países centrais/estados potentes e países periféricos/estados falidos. Enquanto os primeiros funcionam como mercados de consumo (destino), os outros desempenham as tarefas de produção, em que a articulação entre eles, em diferentes escalas, ocorre através de rotas de distribuição (fluxos). Analisando a Figura 7, percebeu-se a existência de vários corredores de passagem de cocaína que ligam os países sul-americanos com outros países, nos quais, antes de chegarem ao destino final, passam por outros países de distribuição, como o Brasil, que é considerado como um país de trânsito para outros continentes. Sendo assim, podemos afirmar que as regiões portuárias são também pontos estratégicos para manutenção do narcotráfico, pois são as plataformas marítimas que facilitam a chegada da droga aos mercados norte-americano, europeu e africano.

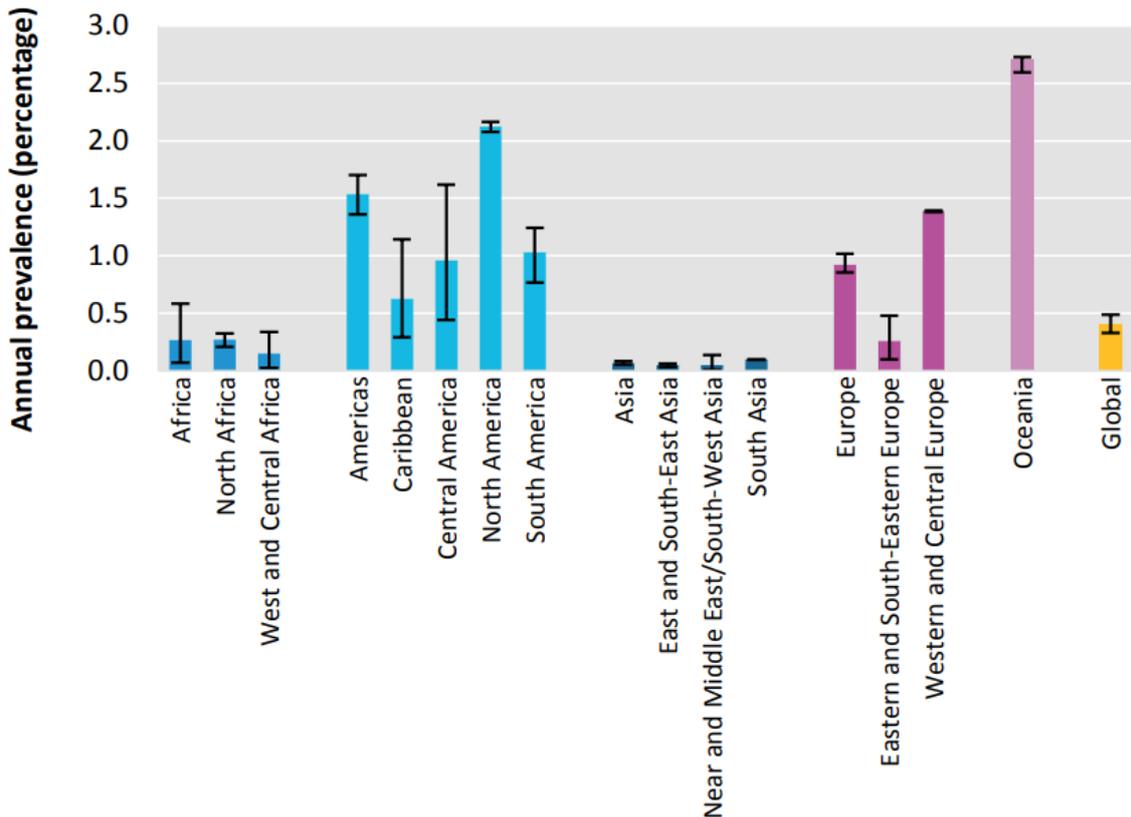
A seguir, observa-se nos gráficos (1e 2) dados mais recentes sobre o uso anual de cannabis e cocaína por região e globalmente de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2019). A escala mundial, estima-se que em 2019 existiam 200 milhões de utilizadores de cannabis por ano, o que corresponde a 4% da população mundial com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, na maioria homens. A prevalência anual do uso de cannabis continua a ser maior no Norte América (14,5 %), a sub-região da Austrália e Nova Zelândia (12,1 %), e África Ocidental e Central (9,4 %). Já o uso de cocaína, estimou-se que 20 milhões de pessoas consumiram a droga em 2019, sendo elevado na Oceania (2,7%); em seguida América do Norte com 2,1%, Europa (1,4%) e América do Sul (1%).

**Gráfico 1 – Uso de cannabis por região e globalmente (2019)**



Fonte: UNODC, 2019.

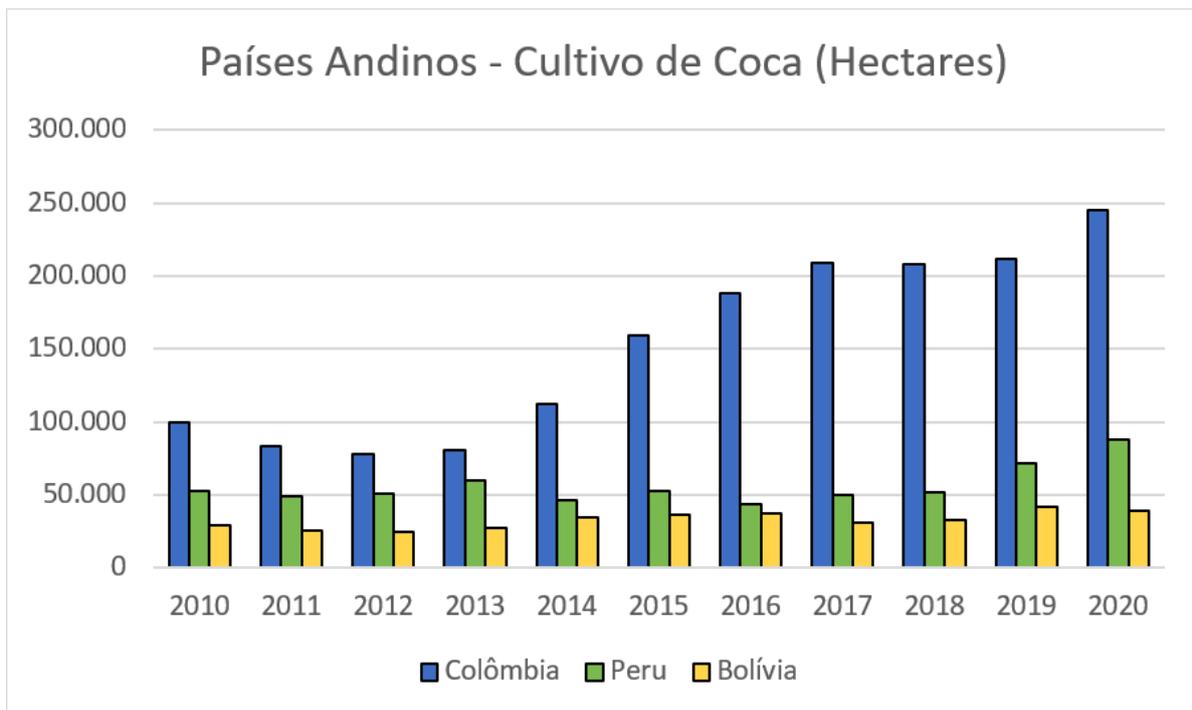
**Gráfico 2 – Uso de cocaína por região e globalmente (2019)**



Fonte: UNODC, 2019.

Os principais produtores desse negócio são os países Andinos<sup>19</sup>, que se tornaram economicamente dependentes do cultivo de coca, sobretudo dos narcodólares, a partir dos anos 1980 para sobreviverem à crise econômica internacional<sup>20</sup>, favorecendo, de acordo com Boville (2004) *apud* Sousa e Pfrimer (2021), a chamada “cocalização da economia”. Como resultado desta dependência, as plantações passaram a ser mais rentáveis do que qualquer outra cultura agrícola. Ao mesmo tempo, os chamados cartéis expandiram a sua forma de organização, conseguindo adaptar-se às adversidades, e estabelecendo-se como organizações criminosas transnacionais. Os cartéis colombianos depararam-se com condições ideais para a intensificação do cultivo da folha de coca na Bolívia. Um processo semelhante ocorreu também com o Peru, que começou a fornecer coca aos cartéis colombianos. Para percepção da capacidade produtiva, elaborou-se dois gráficos que evidenciam a produção de cocaína nos países Andinos nos últimos 10 anos.

**Gráfico 3 – Cultivo de coca nos países Andinos**

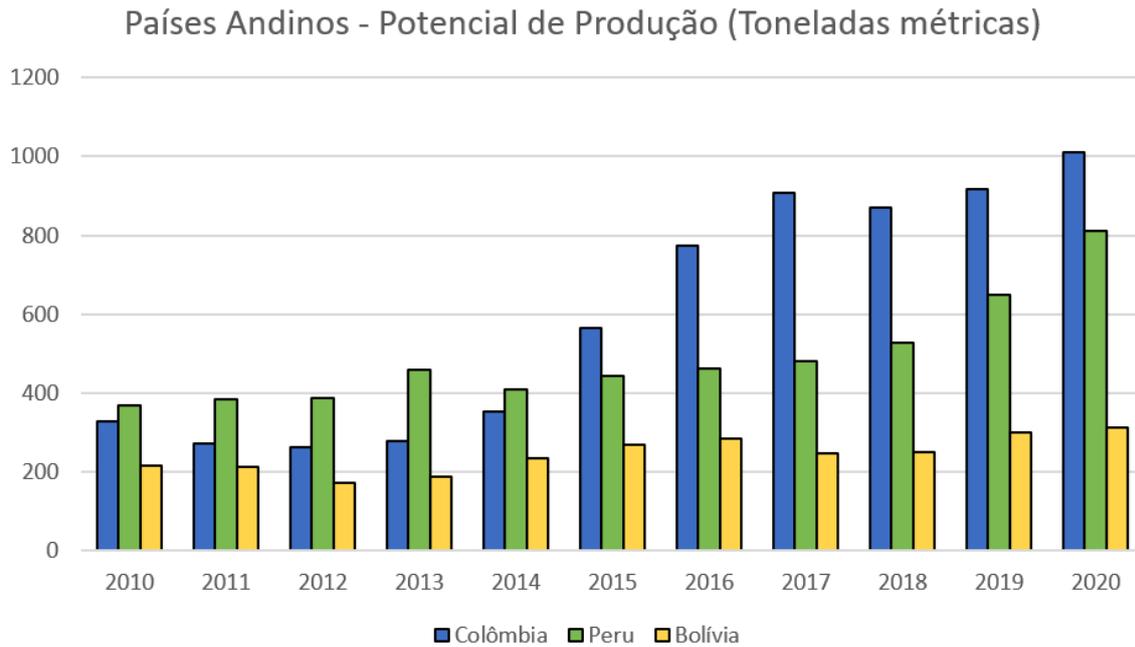


**Fonte:** ONDCP, 2021.

<sup>19</sup> Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Chile e Venezuela.

<sup>20</sup> Conhecida como a década perdida, em que foi marcada pelo aumento da dívida externa, grande déficit fiscais e volatilidade inflacionária e cambial, diminuindo a demanda dos produtos exportados pelos países da América Latina.

### Gráfico 4 – Potencial de produção nos países Andinos



Fonte: ONDCP, 2021.

De acordo com Souza e Pfrimer (2021), a transnacionalização do tráfico de droga pode ser compreendida como um processo ligado ao avanço das políticas de globalização econômica (neoliberais), uma vez que, visando tornar os procedimentos burocráticos mais flexíveis e aumentar a participação do investimento estrangeiro nas economias nacionais, foram criadas facilidades para um agravamento das atividades ilegais. A partir da dominação territorial, o narcotráfico começou a investir em infraestruturas em comunidades locais, gerando uma dependência da comunidade com os narcotraficantes. Não há dúvida que os protagonistas são das Américas, onde os EUA constituem a força motriz por detrás das políticas internacionais de combate ao narcotráfico. Sendo assim, no próximo tópico aprofunda-se sobre tais políticas proibicionistas, que na sua maioria envolveram operações militaristas, destacando a "Guerra contra a Droga", que surgiu com o apoio dos estados sul-americanos.

#### 2.2. A CONQUISTA MILITARISTA DA POLÍTICA PROIBICIONISTA IMPERIALISTA: BASES MILITARES, ACORDOS MULTILATERIAS E OPERAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Partindo do pensamento do escritor militar, Carl von Clausewitz (1780 – 1831), a guerra é abordada como um ato de força (seja física ou/e moral) que obriga o adversário a executar a vontade nacional por um determinado tempo, no qual, para desarmá-lo, necessita-se de um ato político capaz de evidenciar uma pulsação de violência. Dessa forma, o autor afirma que a guerra é “um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 91). Isso sig-

nifica que há uma relação entre o propósito político (meta) e a guerra (meio). Trata-se de um instrumento racional da política, onde nem todos os caminhos da guerra levem à derrota do oponente, pois em muitos casos causam a destruição das forças “inimigas”, sobretudo, através da conquista do seu território, seja uma ocupação temporária ou uma invasão planejada.

Refere-se a um choque de interesses de dois ou vários Estados, e é nesse contexto que a Geopolítica se manifesta. Traduzida do vocabulário alemão *Geopolitik*, um termo elaborado em 1905 por Rudolf Kjéllen (1864 – 1922) em virtude do seu interesse crescente pela geografia no final do século XIX, embora o conceito só tenha sido utilizado pela primeira vez em 1916 com a publicação do seu livro "O Estado como Forma de Vida", influenciado pelas ideias de Fredrich Ratzel (1844 – 1904), especialmente a de “espaço vital”. Para o cientista sueco, a Geopolítica é a ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico ou um fenômeno no espaço (CORREIA, 2012). De forma simplificada, podemos dizer que o objeto de estudo da Geopolítica consiste nas relações entre o Estado e os fatores geográficos (MELLO, 1999; CORREIA, 2012). Portanto, a Geopolítica baseia-se na necessidade do Estado de obter espaço (recursos que garantem poder) para assegurar a sua sobrevivência, realizando, dessa forma, um fim político.

A partir disso, buscamos abordar o “fracasso” da política proibicionista “Guerra contra as drogas” liderada pelos Estados Unidos, uma vez que esta estratégia não eliminou a procura e a oferta destas substâncias, nem os lucros associados ao abastecimento dos mercados localizados nos Estados mais potentes. De acordo com Bruce Bagley (2014), a insistência dos EUA numa tal abordagem política não só levou ao fracasso total desta guerra ao longo dos últimos vinte e cinco anos, como se revelou contraproducente para os interesses de cada país da América Latina. O preço que a Colômbia pagou pelo seu papel na guerra da droga tem sido considerável, tanto em vidas como em dinheiro, o que gerou novos debates sobre as formas possíveis de minimizar as consequências causadas por esta estratégia, entre elas a legalização.

Sabe-se que desde o começo do século XX, os EUA têm enfrentado um problema relacionado com o tráfico de drogas, sendo o maior mercado consumidor de tais substâncias. Neste sentido, com vistas a combater esta atividade que se intensificou nos anos 1980, o governo norte-americano impulsionou medidas domésticas, colaborando com outras nações com o objetivo de controlar e fiscalizar o tráfico e a comercialização dos mais diferentes narcóticos produzidos em várias partes do mundo (GUZZI, 2008). Entre estas regiões encontra-se a América do Sul, mais especificamente a região andina, que se envolveu neste processo como uma "experiência" na luta contra a droga, que veio a ser chamada de "guerra" devido ao envolvimento das forças armadas.

Com isso, iniciamos abordando as medidas repressivas tomadas pelos EUA, sejam elas jurídicas ou/e militares, a fim de entendermos como se processou a "guerra contra as drogas". De acordo com Carvalho (2015), foi a partir do discurso do presidente Richard Nixon (1913 – 1994), feita no dia 17 de junho de 1971, que o tráfico e o uso ilegal de drogas ganhou um novo aspecto, ou melhor, se oficializou como um “novo inimigo” que deve ser combatido. O mesmo iniciou a sua declaração afirmando que interdependência dessas substâncias é o “inimigo público número um, em que para combater e derrotar este inimigo, é necessário travar uma nova e completa ofensiva” (nixonfoundation, 1971, tradução nossa<sup>21</sup>). Dando início a “guerra contra as drogas”.

De fato, trata-se de uma ameaça nacional, onde os responsáveis não eram estadunidenses, pois para o governo Nixon, a ameaça que provinha do sudeste asiático (heroína), mudou-se para o México, Colômbia, Peru e Bolívia (cocaína) (CARVALHO, 2015). Isso pode ser visto na sua afirmação:

Se quisermos parar o fluxo de narcóticos no sangue deste país, creio que temos que pará-lo na fonte (...) para travar uma guerra eficaz contra o vício da heroína, temos de ter cooperação internacional. A fim de assegurar essa cooperação, estou a iniciar uma escalada mundial nos nossos programas existentes para o controle do tráfico de narcóticos, e eu sou propondo uma série de novos passos para este fim (nixonfoundation, 1971, tradução nossa<sup>22</sup>)

Como consequência das declarações de Nixon, os EUA remodelaram o seu aparelho repressivo, criando em 1974 uma agência central de planejamento para medidas anti-drogas, a *Drug Enforcement Administration* (DEA). Assim, começaram as primeiras operações contra o narcotráfico na América do Sul, com elevado investimento na preparação e formação de grupos militares especiais, inicialmente no México e depois nos países andinos (RIBEIRO, 2000).

Embora Nixon tenha desencadeado essa guerra, foi o Presidente Ronald Reagan (1911 – 2004) que a amplificou militarmente. Segundo Rodrigues (2012), na década de 70, o narcotráfico era visto como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, agregando o seu potencial como perigo à segurança nacional de cada país do hemisfério onde houvesse atividade narcotraficante. No entanto, isso muda nos finais dos anos oitenta, onde o narcotráfico deixa de ser encarado apenas como um problema doméstico estadunidense para ser, também, classificado como ameaça global, na qual todos os países,

---

<sup>21</sup> No original: America's public enemy number one in the United States is drug abuse. In order to fight and defeat this enemy, it is necessary to wage a new, all-out offensive.

<sup>22</sup> No original: If we are to stop the flow of narcotics into the lifeblood of this country, I believe we must stop it at the source. To wage an effective war against heroin addiction, we must have international cooperation. In order to secure such cooperation, I am initiating a worldwide escalation in our existing programs for the control of narcotics traffic, and I am proposing a number of new steps for this purpose.

especialmente os envolvidos, deveriam colaborar na luta contra as atividades relacionadas a este negócio.

Neste sentido, em 1986, por meio do Decreto de Segurança Nacional 221, o presidente Ronald Reagan declarou guerra contra as drogas, indicando que o tráfico de drogas era o inimigo principal de todo o continente americano (GUZZI, 2008). No documento, o narcotráfico é referido como uma ameaça à integridade da democracia governos, corrompendo políticos e instituições judiciais, dando atenção ao perigo das narcoguerrilhas a partir da afirmação de que esta atividade é inevitavelmente acompanhada por um aumento da taxa de violência:

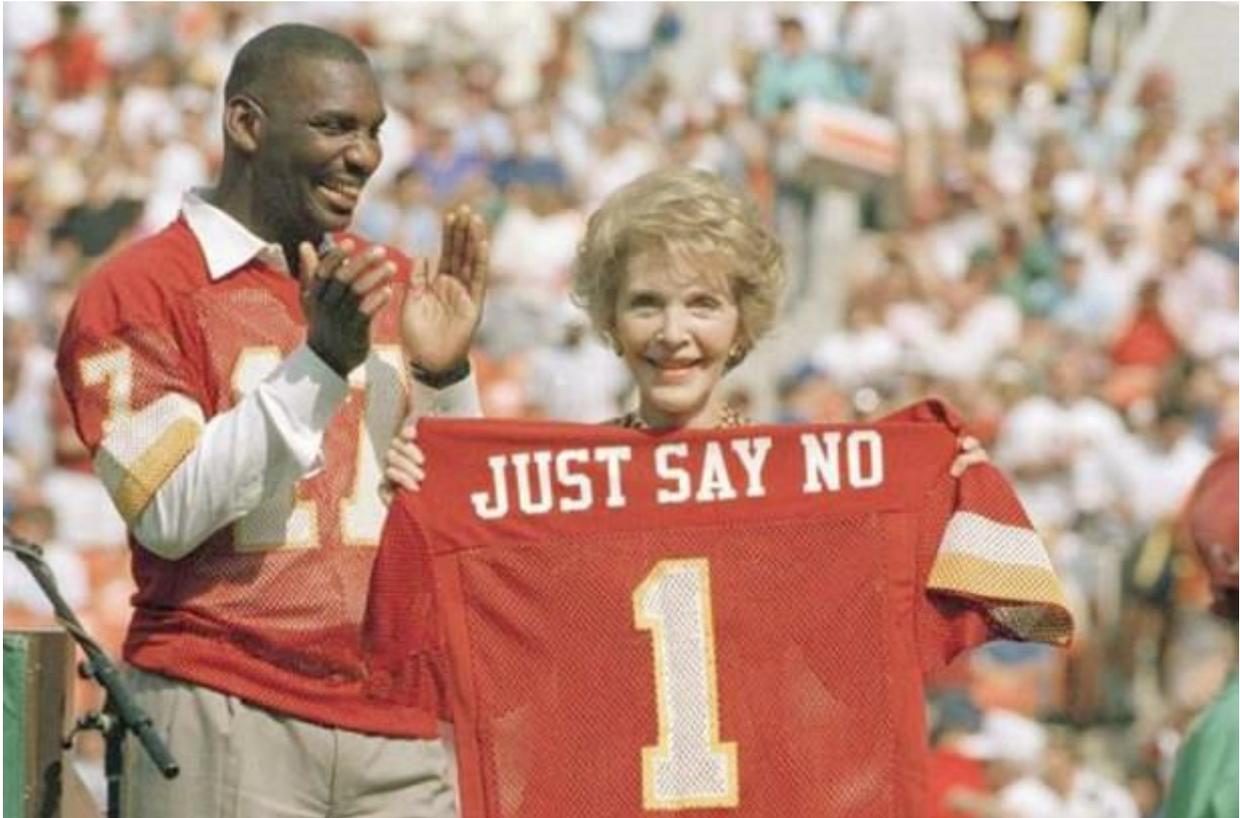
(...) O comércio de drogas é particularmente grave fora das fronteiras dos EUA. São motivo de preocupação as nações com uma próspera indústria de narcóticos, onde uma combinação de organizações criminosas internacionais de tráfico, insurrectos rurais e terroristas urbanos pode minar a estabilidade do governo local (...) alguns grupos insurgentes financiam as suas atividades através de tributação das atividades relacionadas às drogas, proporcionando proteção aos criminosos traficantes (...) (NSDD-221, 1986, p. 1-2; tradução nossa<sup>23</sup>)

Nancy Reagan (1921-2016), esposa de Ronald Reagan, também contribuiu para a política de proibição das drogas por meio de uma campanha publicitária. Essa campanha tinha como objetivo desencorajar os jovens a se envolverem no uso recreativo ilegal de drogas, fornecendo várias maneiras de dizer "não". De acordo com Douglas Quenqua (2016), a década de 1980 nos trouxe slogans duradouros como "*Just Do It*" e "*Just for the Taste of It*". No entanto, nada capturou o espírito da era Reagan como "*Just Say No*", o grito de guerra o movimento antidrogas defendido pela primeira-dama Nancy Reagan. Alcançando o auge durante a epidemia do crack em 1986, "*Just Say No*" estava em todos os lugares graças aos constantes anúncios de utilidade pública e à cooperação de Hollywood. Não, não funcionou e possivelmente piorou o problema.

---

<sup>23</sup> No original: (...) drug trade is particularly serious outside U.S. borders. Of primary concern are those nations with a flourishing narcotics industry, where a combination of international criminal trafficking organizations, rural insurgents, and urban terrorists can undermine the stability of the local government (...) Some insurgent groups finance their activities through taxing drug activities, providing protection to local criminal traffickers, or growing their own drug crops (...).

**Figura 10** – Nancy Reagan, Primeira-Dama dos Estados Unidos, segura uma camiseta estampada com seu famoso slogan antidrogas "Just say no"



Fonte: PRWeek (2016).

Com a identificação do inimigo, era preciso legitimizar a intervenção militar no continente sul-americano e isso foi possível com o Decreto de Segurança Nacional 221, que possibilitou a crescente participação das forças armadas dos Estados Unidos em territórios estrangeiros para eliminar as fontes produtoras de ilícitos (BAGLEY, 1993). Segundo Guzzi (2008, p.28), essa atuação só poderia ocorrer dadas três regras essenciais: "(i) se houvesse um convite oficial do país receptor da ajuda; (ii) se as Forças fossem coordenadas por agências dos EUA e (iii) se o papel dos militares estadunidenses ficasse limitado apenas à função de apoio aos militares locais".

Desse modo, o governo dos EUA ficou encarregado de prestar assistência técnica, financeira e logística aos países da região para se empenharem na luta contra as drogas, no entanto, sabe-se que os efeitos foram negativos, especialmente para os países periféricos. A fim de coordenar a intervenção militar, foi necessário contar com um esforço coletivo por parte das agências federais, entre elas: Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes (*The International Narcotics Control Board- INCB*) do Departamento do Estado; o Departamento de Defesa (*Department of Defense – DOD* – a partir da NDAA, como visto acima; *Drug Enforcement Administration – DEA*), do Departamento de Justiça; e a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency-CIA*) (GUZZI, 2008).

Além dessas agências, o governo norte-americano também contou com os seguintes programas de apoio e treinamento militar: o Programa de Assistência Militar (Military Assistance Program – MAP); a Educação e Capacitação Militar Internacional (International Military Education and Training – IMET) e o Financiamento Militar Estrangeiro (Foreign Military Financing – FMF) (...) percebe-se que as mesmas instituições que antes eram usadas para combater internacionalmente a expansão do comunismo, passaram a ser destinadas à eliminação do tráfico de drogas. Dessa forma, é possível dizer que, apesar do discurso sobre defesa ter se alterado após a Guerra Fria, ou seja, do combate ao comunismo para o combate ao tráfico de drogas (GUZZI, 2008, p. 32).

Resumidamente, podemos dizer que uma das principais características deste governo reside nas suas estratégias imperialistas hegemônicas exigentes: a) apoio aos governos aliados e oposição aos governos e movimentos insurgentes na América Latina; b) intervenção militar direta; c) combate às fontes de produção de droga na região andina. Essas estratégias implicaram na transferência das medidas internas dos EUA de repressão policial e militar para além das suas fronteiras, onde através da utilização das Forças Armadas (FFAA) foi possível expandir ao decorrer do tempo a instalação de bases militares, não apenas à escala regional, mas também globalmente.

# U.S. MILITARY BASES ABROAD, 1989

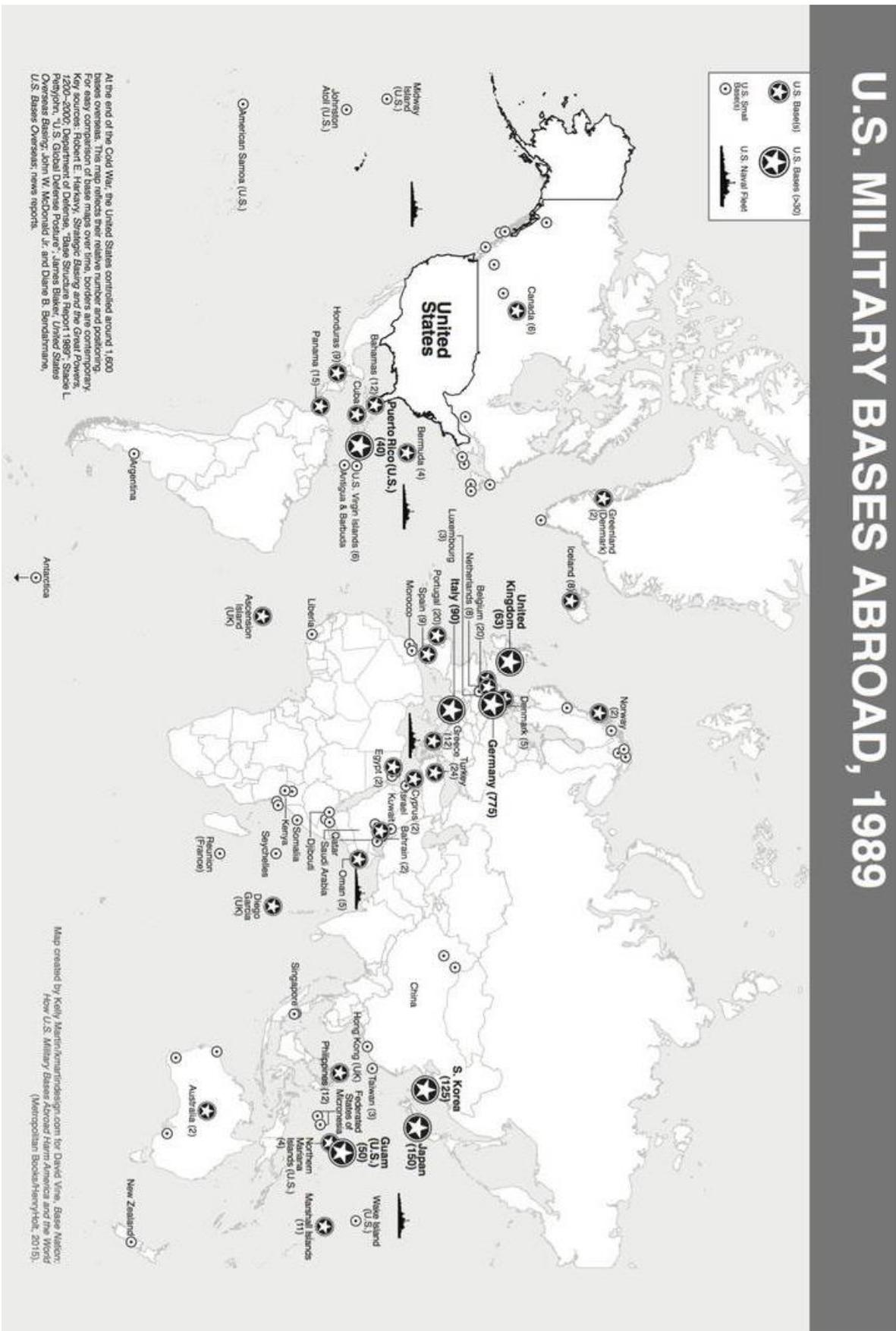


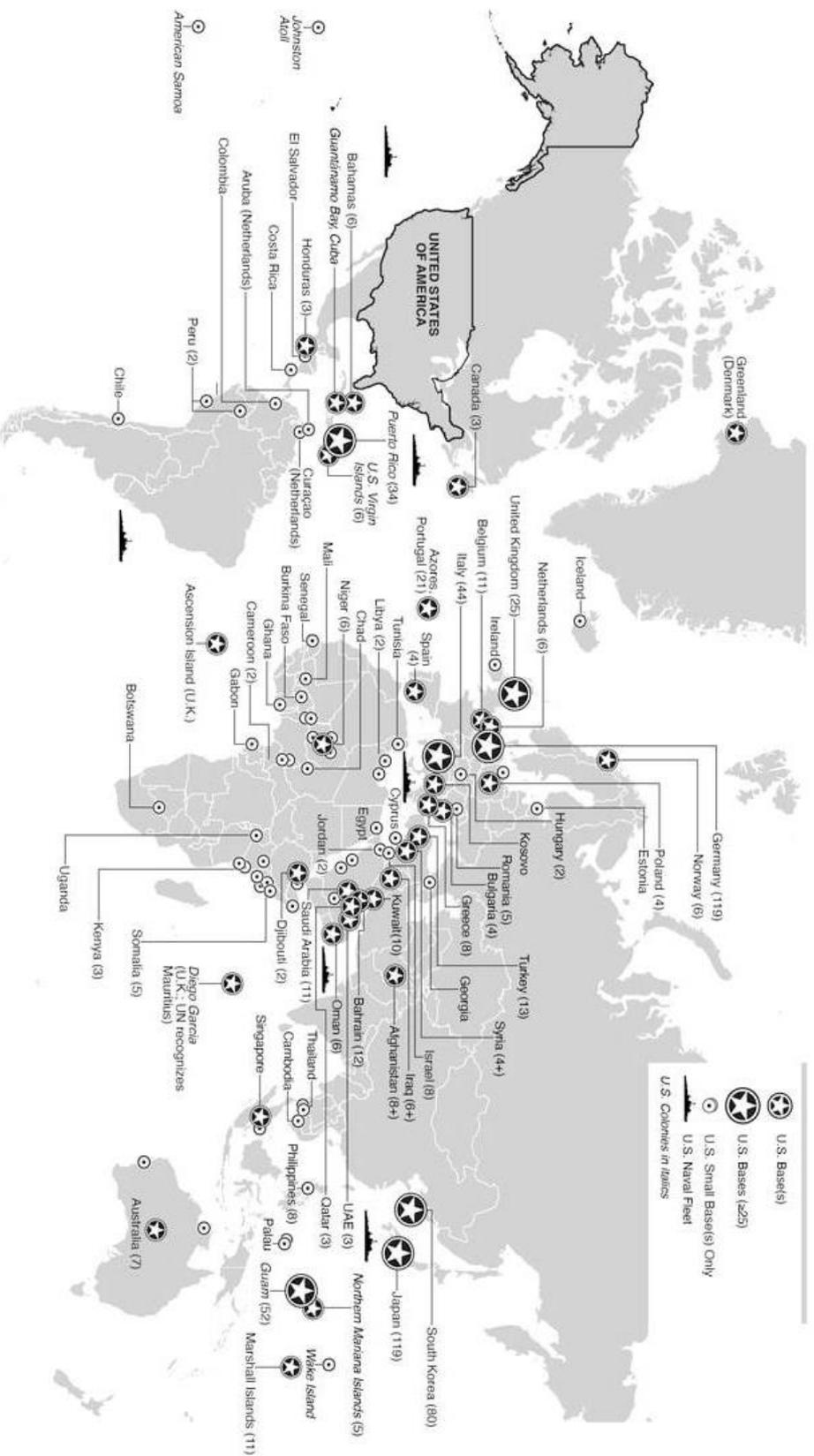
Figura 11 – Bases militares dos EUA a nível mundial (1989)

Fonte: basenation, 2021.

Figura 12 – Bases militares dos EUA a nível mundial (2020)

### U.S. Military Bases Abroad, 2020

In 2020, the United States controlled around 800 bases outside the 50 U.S. states and Washington, DC. Map reflects bases' relative number and positioning given best available data. For ease of comparison we use contemporary borders and a Mercator projection.



Map by Kelly Martin / kmanindesign.com for David Vine. *The United States of War: A Global History of America's Endless Conflicts*, from Columbus to the Islamic State (University of California Press, 2020).

Fonte: basenation, 2021.

Compreende-se, então, que durante o mandato de Ronald Reagan, a ênfase na militarização da "guerra contra as drogas" foi reforçada, na medida em que para mobilizar as forças armadas estadunidenses para intervir no continente sul-americano era necessário encontrar um inimigo violento, causador de medo. Assim, identificaram na região uma associação entre guerrilheiros e paramilitares com o tráfico de cocaína que constituiria uma nova ameaça à segurança continental. Esse fenômeno, de acordo com Rodrigues (2006) *apud* Rodrigues (2012), foi chamado de narcoterrorismo, servindo de justificação para os EUA continuarem com a instalação de bases militares para combater o "narcotráfico", exigindo em certos casos aos governos sul-americano, principalmente os andinos, a aplicação de leis excepcionais e medidas repressivas que resultaram num aumento generalizado da violência, sem reduzir a oferta de cocaína e outras drogas.

A partir disso é importante salientar as cooperações bi- e multilaterais sobre a problemática das drogas, com ênfase no contexto sul-americano, bem como as operações policiais e militares, especialmente nas regiões fronteiriças. Existem vários obstáculos na articulação das políticas de segurança e defesa entre os países e até nacionalmente. No entanto, isto não impediu os Estados de estabelecerem acordos para enfrentar o narcotráfico, conforme exigido pelos EUA e pela ONU, que deram uma "ajuda" para facilitar este processo. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), criado em 1997, assume uma importância significativa para o estudo sobre a cooperação sul-americana, uma vez que é uma das instituições responsáveis pela divulgação de princípios e mecanismos de intervenção para combater o problema mundial das drogas ilícitas (DIAS, 2013).

Isso pode ser visto através da presente pesquisa, na qual dados sobre colheitas, apreensões e/ou origens foram obtidos por relatórios produzidos pelo UNODC, que são considerados como uma das principais fontes para estudos sobre cultivos ilícitos na América do Sul. Assim, monitorada por uma agência internacional, a região obedece a três convenções das Nações Unidas sobre substâncias psicotrópicas, já que são forçadas a seguirem princípios e objetivos das mesmas, são elas:

Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961 (emendada em 1972) (...) Esta convenção tem o objetivo de combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas. Existem duas formas de intervenção e controle que trabalham juntas: a primeira é a limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação, da exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico; a segunda é combater o tráfico de drogas por meio da cooperação internacional para deter e desencorajar os traficantes.

Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, 1971 (...) Esta convenção estabelece um sistema de controle internacional para substâncias psicotrópicas, e é uma reação à expansão e diversificação do espectro do abuso de drogas. A convenção criou ainda formas de controle sobre

diversas drogas sintéticas de acordo, por um lado, a seu potencial de criar dependência, e por outro lado, a poder terapêutico.

Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, 1988 (...) Essa convenção fornece medidas abrangentes contra o tráfico de drogas, inclusive métodos contra a lavagem de dinheiro e o fortalecimento do controle de percussores químicos. Ela também fornece informações para uma cooperação internacional por meio, por exemplo, da extradição de traficantes de drogas, seu transporte e procedimentos de transferência. (UNODC, 2023).

Além disso, grande parte dos acordos foram efetuados com mais facilidade devido aos blocos econômicos e regionais estabelecidos entre os países sul-americanos, como é o caso da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas)<sup>24</sup> e MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)<sup>25</sup>. Um dos objetivos do primeiro é construir, de forma participativa e consensual, um espaço de integração e união nas esferas econômica, social, cultural e política entre os seus povos, dando prioridade ao diálogo político. Assim, foi possível conceber o seguinte objetivo específico:

A coordenação entre os organismos especializados dos Estados-Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras armas, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a desminagem (UNASUL, 2008, p.8).

Já o segundo, refere-se a um projeto integracionista que tem sido desenvolvido através de negociações e tentativas entre nações sul-americanas já na década de 1960, especificamente, a partir das primeiras iniciativas de cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina, com o intuito de buscar incrementar o comércio entre os países, visando a livre circulação de bens e serviços, sem tarifas e restrições alfandegárias para o deslocamento das mercadorias (Neves *et al.*, 2016). De acordo com Dias (2013), o bloco concebeu diversas reuniões que promoveram a integração dos países, permitindo institucionalização da cooperação multilateral de segurança para luta contra o tráfico de drogas.

O MERCOSUL organizou uma Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção de seu Uso Indevido e Reabilitação de Dependentes de Drogas em 1998, que tinha como objetivo fomentar programas e atividades de capacitação e trocas de informações sobre temas relacionados às drogas. Em 2000, foi

---

<sup>24</sup> Foi assinado em 23 de maio de 2008, na Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada no Brasil. Membros: Argentina (ex-membro), Bolívia, Brasil (ex-membro), Chile (ex-membro), Colômbia (ex-membro), Equador (ex-membro), Guiana, Paraguai (ex-membro), Peru (ex-membro), Suriname, Uruguai (ex-membro) e Venezuela.

<sup>25</sup> Criada através do Tratado de Assunção em 1991. Membros plenos: Argentina (1991); Brasil (1991); Paraguai (1991); Uruguai (1991) e Venezuela (2012).

estabelecido uma Comissão Técnica sobre Tráfico Ilícito de Drogas e Fiscalização de Substâncias Químicas Controladas, com a proposta de desenvolver planos e programas de investigação conjuntamente, para em seguida, realização de operações simultâneas contra o tráfico, sobretudo, nas regiões fronteiriças. Em 2010, um acordo de cooperação firmado pelo Mercosul e países parceiros intensificou a cooperação em matéria penal, que tinha sido instituída com o Acordo de 2001 sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (DIAS, 2013).

EM 2019, ocorreu um encontro dos Ministérios Públicos do Mercosul, com o intuito de fortalecer o combate ao narcotráfico e a cooperação em fronteiras, reforçando a importância da cooperação entre as autoridades (MERCOSUL, 2019). Uma das reuniões mais recentes aconteceu em outubro de 2022, para discutir temas como: luta contra o crime organizado transnacional, narcocriminidade, problemáticas na persecução penal, entre outros (MPF, 2022). A partir disso, destaca-se alguns acordos internacionais de cooperação firmados pelos países sul-americanos, que contribuem para as ações de fiscalização e o intercâmbio de informações entre as polícias dos Estados envolvidos.

**Tabela 1 – Acordos, decretos e tratados relativos às drogas e crimes conexos entre os países da América do Sul (1976 -2020)**

DESCRIÇÃO	ANO	PAÍS
Convênio de Assistência Recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência.	1976	Peru
Acordo de assistência recíproca entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Venezuela para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência	1977	Venezuela
Acordo de assistência recíproca para a prevenção do uso e tráfico ilícitos de substâncias estupefacientes e psicotrópicas.	1981	Colômbia
Acordo sobre prevenção, controle, fiscalização e repressão ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.	1987	Venezuela
Acordo para criação de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação.	1988	Bolívia
Protocolo adicional ao convênio de assistência recíproca celebrado em 1977.	1988	Bolívia
Acordo de cooperação para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.	1990	Chile
Ajuste sobre cooperação judiciária complementar ao acordo de assistência recíproca celebrado em 1981.	1991	Colômbia
Acordo de cooperação para a prevenção do uso indevido e combate ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.	1993	Argentina
"Acordo para a Aplicação dos Controles Integrados na Fronteira entre os países do MERCOSUL" denominado "ACORDO DE RECIFE".	1993	Paraguai
"Convênio de Cooperação e Assistência Recíproca entre as Administrações das Alfândegas no Mercosul Relativo à Prevenção e à Luta Contra as Ilegalidades Aduaneiras".	1997	Uruguai

Acordo de cooperação mútua para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais.	1997	Colômbia
Acordo de cooperação para impedir o uso ilegal de precursores e substâncias químicas essenciais para o processamento de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.	1999	Bolívia
Acordo de cooperação mútua para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais.	2000	Paraguai
Programa de Ação do MERCOSUL de Combate aos Ilícitos no Comércio Internacional.	2001	Paraguai
Acordo de cooperação para o combate ao tráfico de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais.	2002	Argentina
Memorando de entendimento para o estabelecimento de cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana.	2002	Guiana
Ajuste complementar ao acordo celebrado em 1988 para cooperação no campo da redução da demanda de entorpecentes entre municípios fronteiriços	2002	Paraguai
Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica e científica em matéria de proteção e vigilância da Amazônia.	2003	Peru
Plano de Segurança Regional em Matéria de Contrabando entre os Estados Partes do Mercosul.	2003	Paraguai
Memorando de entendimento sobre cooperação policial.	2005	Colômbia
Decreto nº 6.870 de 4 de junho de 2009: Dispõe sobre a vigência de Decisões do Conselho do Mercado Comum, Resolução do Grupo Mercado Comum e de Diretrizes da Comissão de Comércio o Mercosul.	2009	Brasil
Acordo relativo aos procedimentos para autorização de sobrevoos em área de fronteira	2010	Venezuela
Decreto nº 5519 de 29 de novembro de 2010: <i>Convenio de Cooperación, Intercambio de Información, Consulta de Datos y Asistencia Mutua entre las Administraciones Aduaneras del Mercosur.</i>	2010	Paraguai
Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica para a implementação do projeto “capacitação técnica para repressão do crime organizado no Peru”.	2011	Peru
Acordo-quadro para intercâmbio de informações e cooperação em segurança pública.	2011	Uruguai
Ajuste Complementar ao Acordo Entre o Governo Da República Federativa do Brasil E O Governo da República do Paraguai de 29 de março de 1988, para Cooperação em Segurança Pública e Enfrentamento ao Tráfico De Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Crimes Conexos”.	2011	Paraguai
26ª Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM), para fortalecer combate ao narcotráfico e cooperação em fronteiras.	2019	Brasil
Decreto nº 10.452, que promulga o texto do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010.	2020	Brasil

**Fonte:** Decisões Conselho Mercado Comum (CMC), MERCOSUL; SCI. Elaborado pela autora

Esses acordos multilaterais reforçam o intercâmbio de informações de inteligência e investigação, materiais e inquéritos entre os países, promovendo operações policiais

exigidas, sobretudo nas fronteiras, que são comuns na América do Sul, como: Trapézio 3 (2013); Nações Unidas (2013); Nova Aliança V (2013); Brabo (2011); Aliança (2010); Encruzilhada (2010); Aliança (2010), entre outros. De acordo com Dias (2013), essas operações conjuntas envolvem mandados de prisão simultâneos que visam o desmantelamento de organizações criminosas. Como consequência dessas operações militares e da repressão policial nas fronteiras é a intensificação maciça das pressões, ou seja, encarceramento.

Apesar de todas estas medidas adotadas pelos países sul americanos recorrentes da opressão dos EUA, o narcotráfico e temas afins não foram reduzidos, pois na implementação deste modelo, em muitos casos as particularidades nacionais e locais do fenômeno da droga e as suas complexidades sociais, culturais, econômicas e de segurança foram ignoradas, com base numa concepção unilateral de controle punitivo discriminatório, que gerou distorções nas funções institucionais da polícia, militarizando-as em alguns casos (MANAUT, 2014).

Los altos costos sociales, políticos e institucionales del modelo de antinarcoóticos norteamericano y los medios de represión que lo caracterizan, contrastan con los escasos logros en materia de erradicación y solución a largo plazo del problema de la droga, como asunto de dimensiones mundiales con un entramado complejo que exige respuestas integrales. De hecho, en la región, aún no se ha arribado a una definición suficientemente consensuada sobre el fenómeno, sus alcances y medios de combate; e incluso se presentan polémicas internas en los países acerca de las políticas y sistemas institucionales para su enfrentamiento (MANAUT, 2014, p. 34).

Na maioria dos países, a luta contra o tráfico de droga é uma questão militar, embora em outros casos a ação subsidiária das forças armadas seja considerada em circunstâncias excepcionais, sob limitações legais de proporcionalidade e temporalidade, em situações em que as forças policiais se encontram sobrecarregadas. Um dos pontos críticos do problema reside precisamente nos riscos de sobreposição e/ou transferência de funções policiais e militares, com os efeitos da desprofissionalização e da confusão de papéis. A este respeito, a tensão política sobre a utilização das forças armadas em problemas de segurança pública e a eventual militarização da luta contra atividades criminosas é uma questão grave, que foi e ainda é apoiada pelos Estados Unidos.

Por exemplo, durante o mandato de George W. Bush, procurou dar continuidade a inserção das Forças Armadas estadunidense na América do Sul através da justificativa do narcotráfico nos países Andinas, investindo fortemente em atividades militares e polícias, mesmo com a insatisfação com determinadas altitudes unilaterais da aplicação deste modelo imperialista. Claro que para tornar esta intervenção legítima, precisou-se estabelecer diversas leis. Sendo assim, segundo Guzzi (2018), durante o período Reagan-Bush

(1981-1993) na presidência dos EUA, houve uma ênfase crescente na aplicação da lei, interdição e apreensão, reforçando a prioridade das medidas de redução da oferta sobre a redução da procura. Já no governo de Barack Obama (2009-2017), a ideia permaneceu a mesma, modificando apenas o título de “Guerra contra as Drogas” para “geopolítica das drogas”, com a intenção de parecer mais diplomático. Algumas destas podem ser vistas na tabela abaixo, bem com as internacionais.

**Tabela 2 – Leis estadunidenses e internacionais para combater o tráfico de drogas e temas afins (1961 - 2009)**

Ano	Internacional ou EUA	Leis
1961	Internacional	ONU Convenção Única - proíbe estupefacientes (108 substâncias orgânicas e sintéticas; (ratificada 115 países)
1965	EUA	Emenda constitucional Controle do Abuso de Drogas (barbitúricos, anfetaminas, alucinógenos)
1970	EUA	Lei de Controle e Prevenção do abuso de drogas (Nixon); controla manufatura de drogas legais
1970	EUA	Bank Secrecy Act (repressão da lavagem)
1971	EUA	Nixon declara as drogas "inimigo público número 1 dos Estados Unidos"
1971	Internacional	ONU Convenção de Viena - contra Tráfico ilícito de narcóticos e psicotrópicos (ratificada por 76 países)
1973	EUA	Nixon - "Drogas ameaçam a segurança nacional dos EUA" - "War on Drugs"
1973	EUA	Criação da Drug Enforcement Agency (DEA)
1970s	EUA	Leis contra organizações corruptas, permitindo apreensão de bens pelo Estado (RICO)
1982	EUA	Emenda permitindo uso de forças militares (treinamento, inteligência, investigação) no combate às drogas
1984	EUA	Lei Nacional dos Narcóticos (repressão à oferta);
1986	EUA	Lei Abuso Anti-droga; sanções à lavagem de dinheiro
1986	EUA	Promulgação pelo Congresso dos EUA do estatuto que estabelece a certificação dos países que cooperam com os EUA na luta antidroga.
1986	EUA/A. Latina	Países membros da OEA estabelecem a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
1988	Internacional	ONU Convenção de Viena - reforça a repressão ao tráfico
1996	EUA/A. Latina	Estratégia Antidroga no Hemisfério
1998	Internacional	Conferência das Nações Unidas sobre Drogas: resolução de medidas coletivas para promover a cooperação internacional para o controle do problema mundial das drogas: planos de combate às anfetaminas (ATS), precursores químicos; lavagem de dinheiro; promover a cooperação judicial e a cooperação para erradicação do plantio de drogas ilícitas pela introdução de desenvolvimento alternativo
2006	Internacional	Nações Unidas estabelecem estratégia global para combater terrorismo
2009	Internacional	Conferência das Nações Unidas sobre Drogas (Viena): intento de revisão das políticas globais sobre drogas

**Fonte:** MACHADO, 2010. Elaborado pela autora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: APLICAÇÃO DA TEORIA DOS ESTADOS POTENTES E ESTADOS FALIDOS AO TEMA DO NARCOTRÁFICO**

Com a intensificação dos fluxos provocada pela globalização, o tráfico de droga também se globalizou. Nesta perspectiva, o narcotráfico é uma consequência inevitável da expansão do capitalismo global, que opera como agente "estrangeiro", onde o Estado é constrangido a desregular uma grande parte da sua atividade econômica a fim de moderar as sequelas deste comportamento, uma vez que aproveita as possibilidades da livre circulação de mercadorias entre as fronteiras, adquirindo um caráter transnacional.

Na presente pesquisa, o narcotráfico foi abordado como um conceito mais amplo e complexo, uma vez que envolve o Estado e a sua formação histórica. Dessa forma, o narcotráfico é um processo e não uma acumulação de fatos que podem ser investigados um a um. o Estado é visto como um agente chave para a sustentação deste negócio industrial-lucrativo, uma vez que pode agir como o impulsionador da violência, através da repressão policial e militar nas fronteiras, provocando uma disputa pelo e controle territorial com grupos criminosos.

Além disso, evidenciou-se a hipocrisia do proibicionismo, que é incentivada por Estados potentes para que se torne uma tendência ideológica, principalmente nos países subdesenvolvidos, ou seja, nos Estados falidos, que autorizam ou/e contribuem a invasão dos seus territórios. Esta intervenção, muitas vezes é legitimada por meio de acordos e decretos internacionais. De fato, as substâncias proibidas se tornaram mais baratas e mais fáceis em termos de acesso. Assim, a proibição do mercado não significou a sua destruição, uma vez que a ilegalidade do produto o deixou sob o controle de organizações criminosas.

Baseando-se na teoria dos Estados potentes e falidos, é visível a relação hierárquica entre os Estados Unidos, ONU e os demais países ocidentais com os países sul-americanos, que são considerados os países produtores. Devido a isso, procurou-se compreender as redes do narcotráfico que envolve cinco mercados: o mercado de produção, o mercado de trânsito, os produtos químicos precursores, lavagem de dinheiro e o mercado de consumo. A partir desta análise, notou-se a importância da dominação territorial, que é realizado através de vários crimes predatórios, com o intuito de eliminar o "inimigo". O controle territorial é frequentemente efetuado em cumplicidade com as autoridades policiais, judiciais e políticas da área, adquirindo um estado de abandono de autoridade e legalidade.

Isto é visto nas análises sobre "Guerra contra as drogas", que serviu mais para legítima a intervenção e instalação de bases militares estadunidense na América do Sul.

Além de aspectos físicos, abordou-se os políticos que contribuem para a constante transformação do narcotráfico, entre eles está a falha das políticas proibicionistas. Estas, por sua vez, exigiam o apoio dos países que serão invadidos, com o discurso de que existe um “inimigo” global que precisa ser combatido. A guerra liderada pelos EUA, por exemplo, mostrou ser contraproducente para os interesses dos países sul-americanos, uma vez que não eliminou a produção de substâncias ilícitas, nem os lucros obtidos através da sua comercialização.

Portanto, a América do Sul está envolvida devido ao mercado consumidor dos EUA, ou seja, para resolver um problema doméstico norte-americano. Além do mais, por meio dos mapas apresentados, percebeu-se a formação de uma divisão transnacional do narcotráfico que divide o Estados potentes e falidos de acordo com a função de cada, contribuindo para manutenção desta rede lucrativa, onde os primeiros atuam como mercados de consumo (destino), enquanto os demais ficam responsáveis pelas tarefas de produção e trânsito (origem). No entanto, é necessário aprofundar a influência desta política na vida cotidiana dos habitantes das cidades transfronteiriças, como é o caso do Brasil (Foz do Iguaçu) e do Paraguai (*Ciudad del Este*), enfatizando, sobretudo, a ação dos países centrais, especialmente dos EUA na região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDELAL, R.; TEDLOW, R.S. Theodore Levitt's "The globalization of markets": an evaluation after two decades. **Harvard NOM Working Paper**, n.03- 20, Harvard Business School Working Paper n.03- 082. 2003.
- AGNEW, J. A nova configuração do poder global. **Caderno CRH**, 21.53: 207-218, 2008.
- ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da UNB, 1985.
- ARRIGHI, G. Globalização e macrosociologia histórica. **Revista de Sociologia Política, Curitiba**, p. 13-23, 2003.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Editora Unesp, 1994.
- ALCOFORADO, I. G. Giovanni Arrighi, Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. **Revista Nexos Econômicos**, v. 4, n. 1, p. 179-182, 2010.
- ALMEIDA, M. A. B; GUTIERREZ, G. L. O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. **Conexões**, 3.1: 36-57, 2005.
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.
- AZEVEDO, J. R. N; BARBOSA, T. A GEOGRAFIA QUANTITATIVA: ensaios. **Espaço em Revista**, vol. 13 n., P. 1-15, 2011.
- BAGLEY, B. Narcotráfico y crimen organizado en las Américas: principales tendencias en el siglo XXI. **El narcotráfico y su combate. Sus efectos sobre las relaciones internacionales**, México, Konrad Adenauer stiftung. 2014.
- BARROSO, Y. J; CARVALHO, E. R. **Brasil e Paraguai na troca de estratégias para combate ao narcotráfico internacional**. P. 33, 2020.
- Basenation. **The United States of War: A Global History of America's Endless Conflicts, from Columbus to the Islamic State**, 2021. Disponível em:< <https://www.basenation.us/maps.html> >:Acesso no dia 21 de janeiro de 2023.
- BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, v. 2, n. 1, p. 99-125, 1988.
- BRAGA, R. M. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 22, pp. 65 - 72, 2007.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, 30.62: 261-294, 1965.
- BIAGI, O. L. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p.61-111, dez. 2001.
- BORDREUIL, J; OSTROWETSKY, S. Pour une réévaluation de la puissance sociale dès dispositifs spatiaux. **Espaces et Societies**, v. 28-29, p. 3-8, 1979.

- BOVILLE, B. L. T. **The Cocaine War in Context Drugs**. New York: Algora, 2004.
- CAMARGO, J. C. G; JUNIOR, D. F. C. R. Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil. **Geografia**, 29.3: 355-382, 2004.
- CARNEIRO FILHO, C, P. Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: transfronteirização através do crime. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 11, p. 84-101, 2012.
- CARVALHO, J. A América Latina e a criminalização das drogas entre 1960-1970: prenúncios de outra guerra por outra América. **UNIFESO-Humanas e Sociais**, 2015.
- CASTELLS, M. **A SOCIEDADE EM REDE**. 6ª edição totalmente revista e ampliada. Tradução: Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. PAZ E TERRA, 2002.
- CASTELLS, M. **La era de la información: economía, sociedad y cultura**. siglo XXI, 2004.
- CASTRO, I, E. O problema da escala. *In*: CASTRO, I. E; GOMES, P. C.C; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução para o inglês, Michael Howard e Peter Paret; Tradução do inglês para o português, CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro, 1984. 857p.
- CÓRDOVA, N. **La Narcocultura: Simbología de la Transgresión, el Poder y la Muerte. Sinaloa y la "leyenda negra"**. Culiacán: Universidad Autónoma de Sinaloa, 2011.
- CORRÊA, R. L. Da “nova geografia” a “geografia nova”. **Revista de Cultura Vozes**, 5-12, 1980.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos E Temas**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- CORREIA, P. P. Geopolítica e geoestratégia. **Nação e Defesa**, 2012, 229-246p.
- COSTA, B.A; OLIVEIRA, B. G. A estratégia de desenvolvimento do Paraguai no contexto das teorias de crescimento e desenvolvimento regional. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2019.
- COSTA, W. M. **GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA**. São Paulo, Editora HUCITEC, 1992.
- CRUZ, M. V. Brasil nacional-desenvolvimentista (1946-1964). **Seleção de textos sobre a História da Educação no Brasil República**, 24, 2008.
- DIAS, M. G. Cooperação sul-americana no combate ao tráfico de drogas. **GT 29 – Política Internacional**. 2013.
- Drogas: marco legal. **UNODC**. 2023. Disponível em :< <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html> >: Acesso no dia 05 de fevereiro de 2023.

Drug Trafficking. **UNITED NATIONS and the RULE OF LAW**. Disponível em: < <https://www.un.org/ruleoflaw/thematic-areas/transnational-threats/drug-trafficking/> > Acesso em: 10 de novembro de 2021.

DEL OLMO, R. **La socio-política de las drogas**. Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, División de Publicaciones, 1985.

ETTE, E. I. Conscience, the law, and donation of expired drugs. **Annals of Pharmacotherapy**, 38(7-8), 1310-1313.2004.

EMMERICH, N. **Geopolítica del narcotráfico en América Latina**. IAPEM, 2015.

Encontro de dos Ministérios Públicos Mercosul busca fortalecer combate ao narcotráfico e cooperação em fronteiras. **MERCOSUL**, 2019. Disponível em:< <https://www.mercosur.int/pt-br/encontro-de-dos-ministerios-publicos-mercopol-busca-fortalecer-combate-ao-narcotrafico-e-cooperacao-em-fronteiras/> >: Acesso no dia 07 de fevereiro de 2023.

FERREIRA, O. A América Latina dos señoritos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 21: 55-72, 1990.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

FERNANDES, F. D. **DISTRIBUIÇÃO DO NARCOTRÁFICO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**. 2016.

FERNANDEZ, O. Drogas e (des)controle social. In: PASSETTI, Edson, SILVA, Roberto B. Dias. (Org.). **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBCCrim, 1997.

FILHO, C. P. C. A GEOPOLÍTICA DO PRATA E A CONSTRUÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

FRAGA, P. C. P. A geopolítica das drogas na América Latina. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 67-88, 2007.

FREEMAN, G. **The Next 100 Years: A Forecast of the Twentieth First Century**. Doubleday, 2009.

FUINI, L. L. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 38-52, 2018.

COGGIOLA, O. O comércio de drogas hoje. **Rev Olho da História**, 2001.

GUZZI, A. C. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. 2008

- GRIMSON, A. **Nacion En Sus Limites**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. unesp, 1991.
- GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.
- GONÇALVES, C. W. P. "Processos planetários e fronteiras móveis". In: BRANDÃO, M. A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- GLENNY, M. **McMafia: un viaje a los bajos fondos globales**. PENÍNSULA REALIDADE. 2018.
- HAESBAERT, Rogério. **A nova des-ordem mundial**. Unesp, 2005.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. **São Paulo: Editora UNESP**, p. 19- 99, 2006.
- HAESBAERT, R. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA R. L.(orgs.) **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro, EdUERJ, pp.115-144, 2001.
- HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, 2010.
- HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, 15 de agosto de 2007.
- HARRIS, S; WHEELER, C. Entrepreneurs' relationships for internationalization: functions, origins and strategies. **International business review**, 14.2: 187-207, 2005.
- HARRY S. Truman. **American Rhetoric**, 2017. Disponível em: < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/harrystrumaninauguraladdress.html> > Acesso em: 25 de novembro de 2021.
- HARTSHORNE, R. **THE NATURE OF GEOGRAPHY**. THE ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS, 1939.
- HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo**. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KARAM, M. L. **Revista o Viés**. Entrevistador: Coletivo Desentorpecendo a Razão. 2010. Disponível em: < <https://www.revistaovies.com/2010/10/16/coletivo-desentorpecendo-a-razao-entrevista-maria-lucia-karam/> > Acesso no dia 27 de abril de 2022.
- KAPLAN, M. Aspectos Sociopolíticos del Narcotráfico. México D.F.: **Instituto Nacional de Ciencias Penales**, 1992.
- KNIGHT, J. Updating the Definition of Internationalization. **International Higher Education**. The Boston College Center for International Higher Education N, 2: 33, 2003.
- LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. **estudos avançados**, 27: 123-132, 2013.
- LÓPEZ, L. R; SEGURA, J. L. Las redes del narcotráfico y sus interacciones: un modelo teórico. **Revista de Economía Institucional**, 17(32), 183-212, 2015.

- LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. Boitempo Editorial, 2015.
- MACHADO, L. O. Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. **Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos)**, 2011.
- MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. Contexto, 1998.
- MARQUES, J. A. L. F. **Integração e cooperação territorial da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad Del Este (Paraguai)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, 2017.
- MANAUT, R. B. LA GUERRA AL NARCOTRÁFICO EN AMÉRICA LATINA: ¿ VICTORIA MILITAR?, FRACASO SOCIAL Y POLÍTICO. **EL NARCOTRÁFICO Y SU COMBATE**, 2014.
- MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da geopolítica?**. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.
- MICHALET, C. A. **Que é a mundialização (O)**. Edicoes Loyola, 2003.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2009.
- MOREIRA, R. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MPF participa da XXXIII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul. **MPF**, 2022. Disponível em:< <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-da-xxxiii-reuniao-especializada-de-ministerios-publicos-do-mercosul> >: Acesso no dia 07 de fevereiro de 2023.
- NATIONAL Security Decision Directive 221 (NSDD-221). **Narcotics and National Security**. Washington, Casa Branca, 08, abr. de 1986. Disponível em:< <https://irp.fas.org/offdocs/nsdd/nsdd-221.pdf> >: Acesso no dia 21 de janeiro de 2023.
- NEVES, P. D. M et al. Tríplice fronteira: Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu. **Revista Interface** (Porto Nacional), n. 10, 2016.
- NORMATIVA UNASUL-CDS-CEED-ESUDE**, 2008. Disponível em:< [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes\\_internacionais/unasul/normativaa\\_unasula\\_2017.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf) >: Acesso no dia 05 de fevereiro de 2023.
- OLIVEIRA, L. P; MATA, A. L. A Relação do Narcotráfico na América Latina e a Guerra às Drogas Norte Americana. **São Paulo: Trabalho de Conclusão de Curso**. 2021.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. SP: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- Public Enemy Number One: A Pragmatic Approach to America's Drug Problem. **Nixonfoundation**. 1971. Disponível em:<

<https://www.nixonfoundation.org/2016/06/26404/#:~:text=At%20a%20press%20conferenc,e%20on,%E2%80%9Cwar%20on%20drugs%E2%80%9D%20began.> :> Acesso no dia 20 de janeiro de 2023.

POLON, L. C. K. Espaço Geográfico: Breve discussão teórica acerca do conceito. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 10, n. 2, p. 82-92, 2016.

Population, Landscape, And Climate Estimates (PLACE), v2 (1990, 2000).

**Socioeconomic Data and Applications Center (sedac)**. Disponível em:<

<https://sedac.ciesin.columbia.edu/data/set/nagdc-population-landscape-climate-estimates-v2/maps?facets=region:south%20america>>: Acesso no dia 15 de novembro de 2022.

PROCÓPIO FILHO, A; VAZ, A. C. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 75-122, 1997.

QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.

QUENQUA, D. **PRWeek**, 2016. Disponível em: <

<https://www.prweek.com/article/1386405/nancy-reagans-memorable-just-say-no-moments>> Acesso em: 10 de maio de 2023.

Um desafio do século XXI. **UNIFESP**, 2016. Disponível em: <

<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/edicoes-antiores-entreteses/item/2195-um-desafio-do-seculo-xxi> > Acesso em: 10 de novembro de 2021.

UPDATED: ONDCP Releases Data on Coca Cultivation and Potential Cocaine Production in the Andean Region. **THE WHITE HOUSE**, 2021. Disponível em:<

<https://www.whitehouse.gov/ondcp/briefing-room/2021/07/16/ondcp-releases-data-on-coca-cultivation-and-potential-cocaine-production-in-the-andean-region/> >Acesso no dia 10 de janeiro de 2023.

RACS, M. K; SZILÁGYI, Á. J. INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA COMO TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DEPOIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. **e-Dossier IHC**, n. ° 1, abril de 2016.

RAFFESTIN, C. **POR UMA GEOGRAFIA DO PODER**. São Paulo, Editora Ática, 1993.

ROCHA, A. P. Relações de trabalho no narcotráfico: exploração, riscos e criminalização. **Argumentum**, 7.1: 55-68, 2015.

RIBEIRO, A. M. M. Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RODRIGUES, T. Narcoterror e o warfare state. In: PASSETTI, E.; OLIVEIRA, S. (Org.). **Terrorismos**. São Paulo: Educ, 2006.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, 2012.

RODRIGUES, T. Narcotráfico: **uma guerra na guerra**. 2003.

- RYDELL, C. P; EVERINGHAM, S. **Controlling Cocaine – Supply Versus Demand Programs**. Santa Monica: RAND Corporation, 1994.
- RUCKERT, A. A; DIETZ, C I. **Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão Confins** [Online], 17 | 2013, posto online no dia 18 março 2012, consultado o 03 setembro 2019.
- SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SALAMA, P. The economy of narco-dollars: from production to recycling of earnings. **International Journal of Politics, Culture and Society**. Vol. 14, n. 1, 2000.
- SALAZAR, L. S. Conflictos sociales y políticos generados por la droga. **Nueva Sociedad**, 102: 108-120, 1989.
- SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista brasileira de política internacional**, v. 42, n. 2, p. 99-116, 1999.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996 a.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988 a.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988 b.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1996 b.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. Ed, São Paulo: USP, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 18, p. 5-17, 1996.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2006.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. A. **Mundialização e globalização**. *Formação (Online)*, 1.5,1998.
- SILVA, Luiza Lopes. **A Questão das Drogas nas Relações Internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília: Editora Funag, 2013.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução [da 2ª ed. Inglesa]: Vera Ribeiro; revisão técnica: Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1993.
- SOUSA, A. S; PFRIMER, M. H. Narcotráfico na América do Sul: uma análise sobre violência nas redes da cadeia logística do tráfico de drogas na América do Sul (2010–

2015). **Plural-Revista de Ciências Sociais/USP**, 2021.

SOUZA, E. B. C; GEMELLI, V. TERRITÓRIO, REGIÃO E FRONTEIRA. Análise Geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, 2011, 13.2: 101-116.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**, Rio de Janeiro – ed. Bertrand Brasil, 320p, 2013.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento (pág. 77 – 116) In CASTRO, Iná et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, S. T. Algumas reflexões sobre o espaço geográfico e produção do espaço no capitalismo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

SOUZA, T. S; DA SILVA, A. L. G. Guerra às drogas: a lógica econômica da proibição. **Em Sociedade**, 1.1: 221-241, 2018.

SUÁREZ SALAZAR, L. Conflictos sociales y políticos generados por la droga. **Nueva Sociedad**, v. 102, p. 107-119, 1989.

Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a conservação da fauna aquática e semiaquática do Baixo Iguaçu - PAN Baixo Iguaçu. **ICMBio-MMA**. Disponível em:< <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/pan-baixo-iguacu/1-ciclo/pan-baixo-iguacu-sumario.pdf> >: Acesso no dia 15 de novembro de 2022.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escalas geográficas. In: Arantes, Antonio A. (org.). **O Espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, Ano 18, n. 19 p. 127-146 jul./dez. 2002.

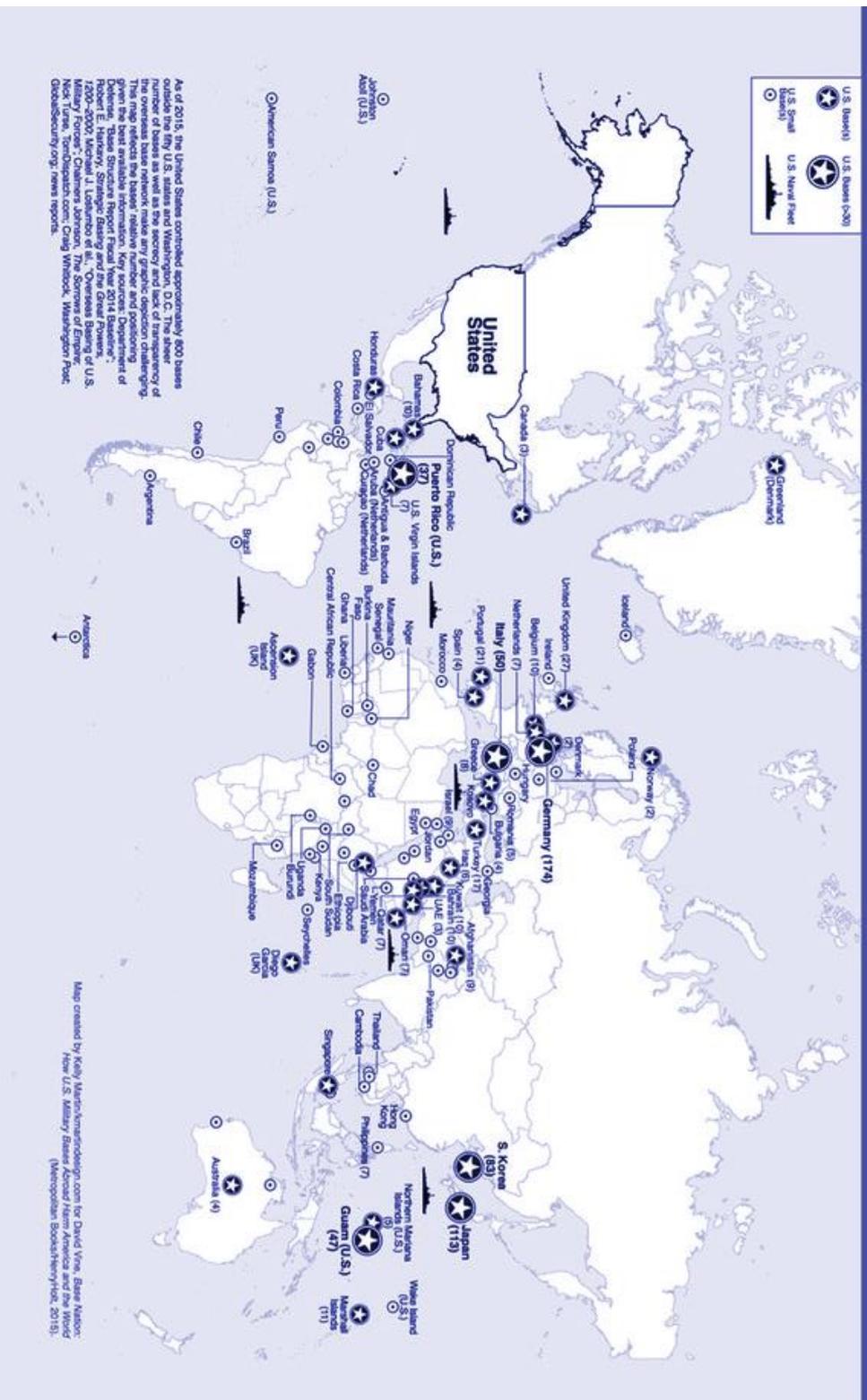
SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. unesp,2003.

VILLATORO, C. Aspectos socioculturales e imágenes del narcotráfico. *Imagonautas: revista Interdisciplinaria sobre imaginarios sociales*, 2013.

World Drug Report 2021. **UNODC**. Disponível em:< [https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021\\_annex.html](https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021_annex.html) >: Acesso no dia 25 de novembro de 2022.

Anexo 1 – bases militares dos EUA no mundo (2015)

# U.S. MILITARY BASES ABROAD, 2015



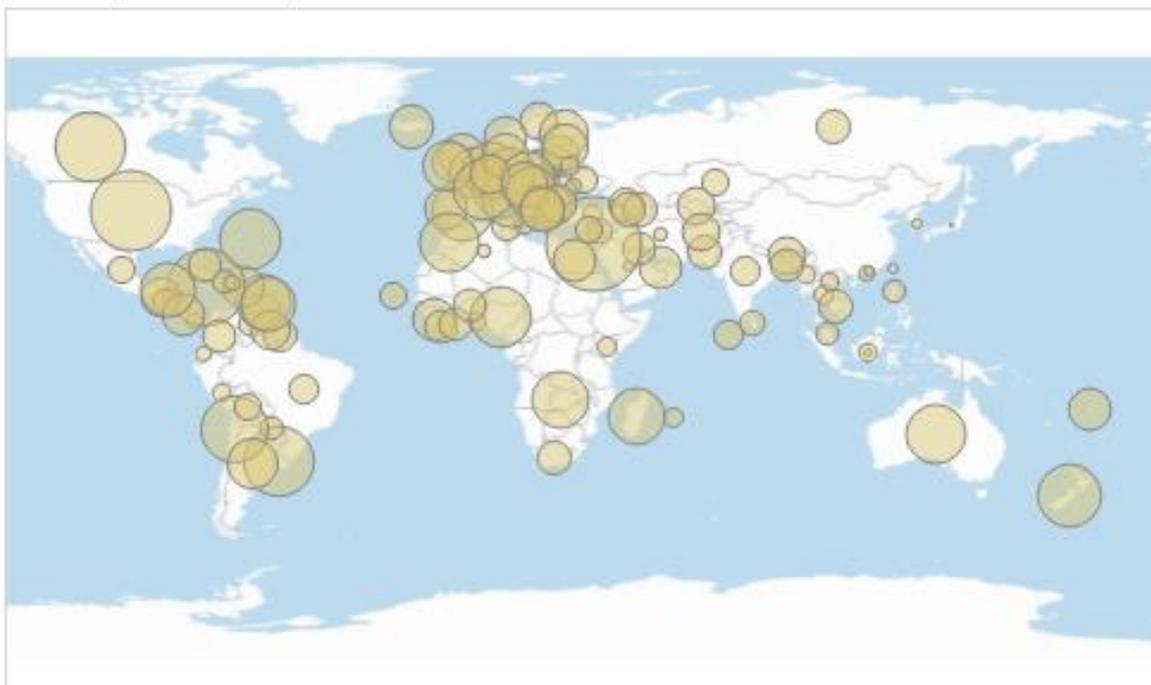
Fonte: 911tap, 2017. Disponível em: < <https://www.911tap.org/10-publications/news-releases/711-9-11-and-the-expansion-of-us-foreign-military-bases-> > Acesso no dia 02 de março de 2023.

**Anexo 2 – Prevalência anual do uso de drogas – Cannabis (2020)**

Cannabis

**Annual prevalence of drug use**

(or latest year available)



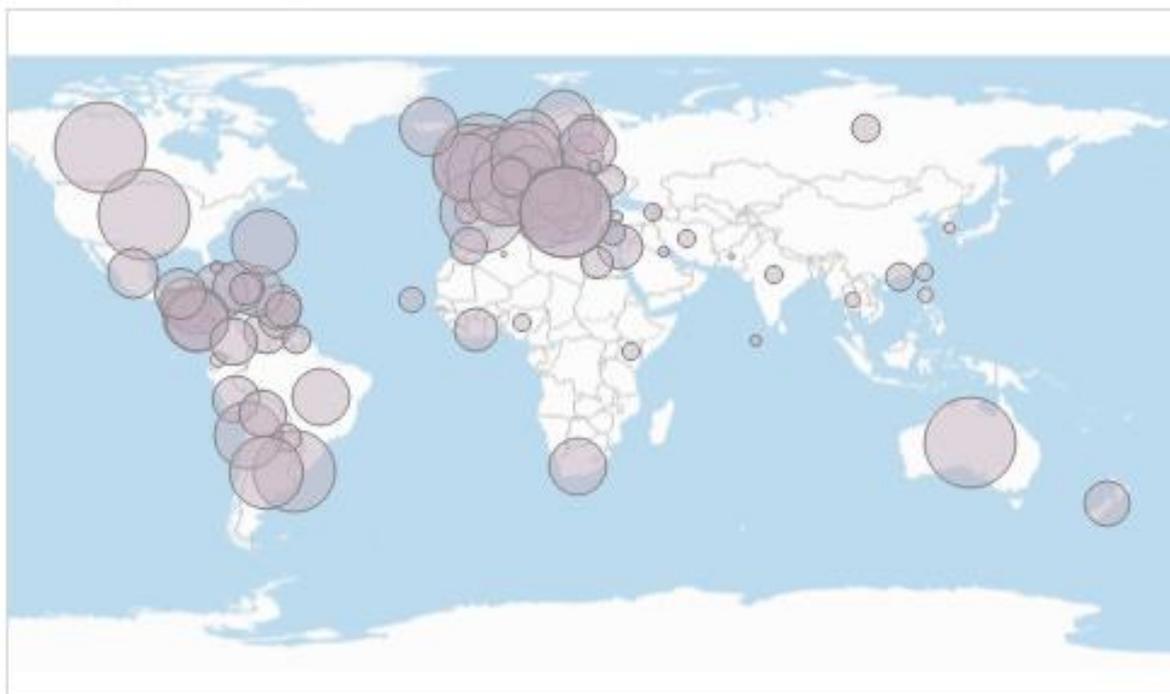
Fonte: UNODC (2020).

**Anexo 3 – Prevalência anual do uso de drogas – Cocaína (2020)**

Cocaine

**Annual prevalence of drug use**

(or latest year available)

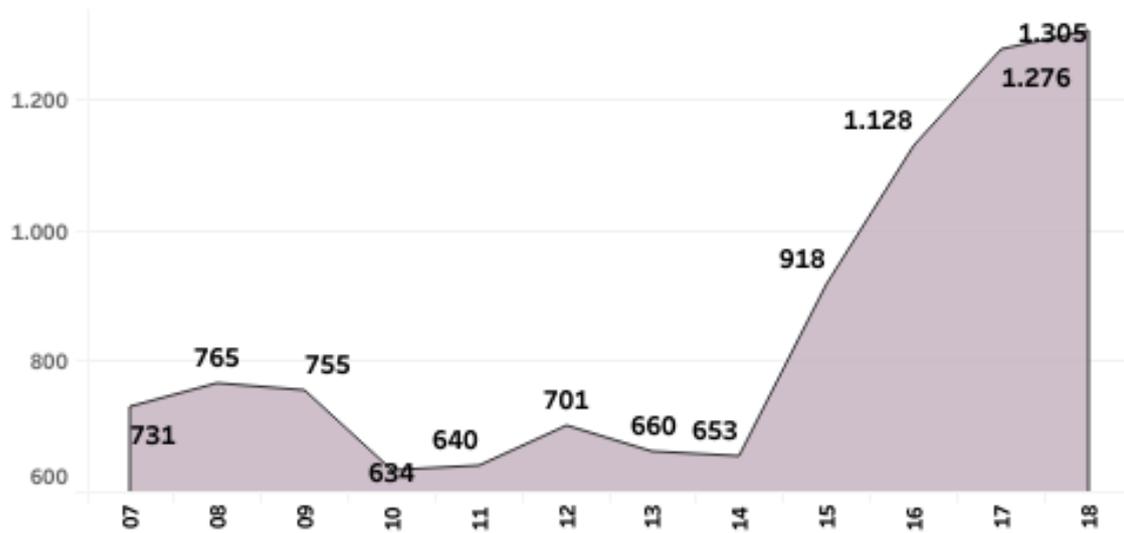


Fonte: UNODC (2020).

**Anexo 4 – Apreensões globais de cocaína (2007-2018)**

**Global seizures of Cocaine  
2007-2018**

Cocaine



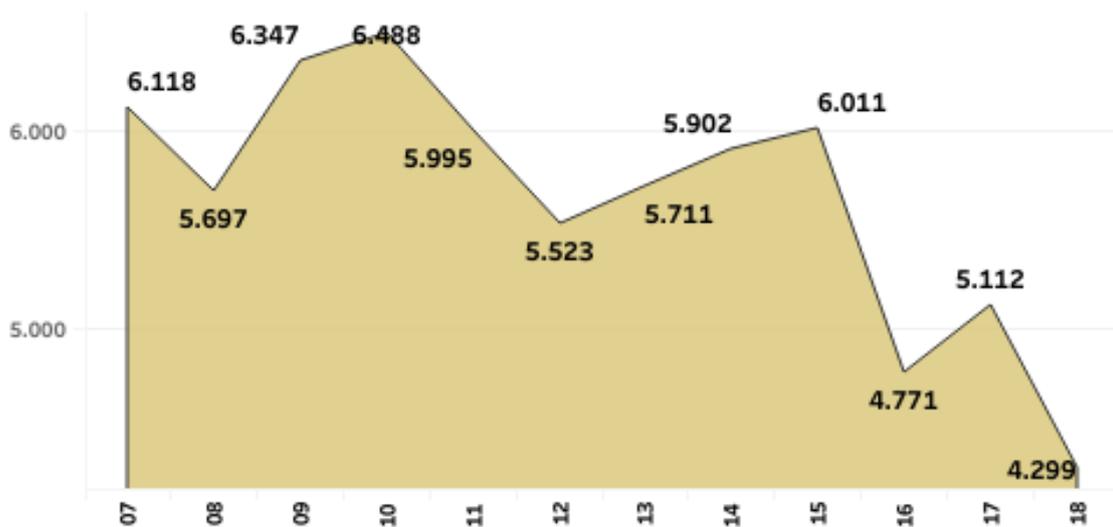
Sum of Metring Tons for each year. Color shows details about Drug Group. The data is filtered on Region, which keeps Africa, Americas, Asia, Europe and Oceania.

Fonte: UNODC (2020).

**Anexo 5 – Apreensões globais de maconha (erva)**

**Global seizures of Marijuana (herb)  
2007-2018**

Marijuana (herb)



Sum of Metring Tons for each year. Color shows details about Drug Group. The data is filtered on Region, which keeps Africa, Americas, Asia, Europe and Oceania.

Fonte: UNODC (2020).